



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Instituto Português da Juventude 707

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Justiça

Despacho conjunto 707

Ministério da Administração Interna

Secretaria-Geral 707
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana 708
Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública 718

Ministérios da Administração Interna e das Finanças e da Administração Pública

Portaria n.º 228/2006 (2.ª série):

Portaria de extensão de encargos para aquisição de
fardamento para a PSP 719
Despacho conjunto 719

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orça-
mento e da Administração Pública 720
Direcção-Geral dos Impostos 720
Direcção-Geral do Tesouro 722

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Portaria n.º 229/2006 (2.ª série):

Celebração de um contrato de aquisição de serviços
de manutenção de *software* 722

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde

Despacho conjunto 722

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 230/2006 (2.ª série):

Regulamento Escolar do Curso de Faroleiros Auxí-
liares 723
Direcção-Geral de Infra-Estruturas 725
Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional 725
Marinha 725
Exército 726

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do
Território e das Cidades 727
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo 729
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 729

Ministério da Economia e da Inovação

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.	731
---	-----

**Ministério da Agricultura,
do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Direcção-Geral dos Recursos Florestais	731
Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho	731
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	731
Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.	731

**Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações**

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes	731
Secretaria-Geral	748
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.	748
Laboratório Nacional de Engenharia Civil	748

**Ministério do Trabalho
e da Solidariedade Social**

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação	748
Casa Pia de Lisboa, I. P.	748
Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.	749

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro	749
----------------------------	-----

Ministério da Educação

Direcção Regional de Educação do Alentejo	750
Direcção Regional de Educação do Algarve	750
Direcção Regional de Educação do Centro	751
Direcção Regional de Educação de Lisboa	751
Direcção Regional de Educação do Norte	751

**Ministério da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior**

Gabinete do Ministro	752
Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo	752
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	752

Tribunal da Relação do Porto	756
------------------------------------	-----

Ministério Público	756
--------------------------	-----

Universidade do Algarve	756
-------------------------------	-----

Universidade da Beira Interior	760
--------------------------------------	-----

Universidade de Coimbra	761
-------------------------------	-----

Universidade de Évora	762
-----------------------------	-----

Universidade de Lisboa	762
------------------------------	-----

Universidade da Madeira	768
-------------------------------	-----

Universidade do Minho	768
-----------------------------	-----

Universidade Nova de Lisboa	769
-----------------------------------	-----

Universidade do Porto	770
-----------------------------	-----

Universidade Técnica de Lisboa	771
--------------------------------------	-----

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	774
---	-----

Instituto Politécnico de Beja	774
-------------------------------------	-----

Instituto Politécnico de Bragança	775
---	-----

Instituto Politécnico de Lisboa	776
---------------------------------------	-----

Instituto Politécnico da Saúde de Lisboa	778
--	-----

Instituto Politécnico de Portalegre	778
---	-----

Instituto Politécnico do Porto	780
--------------------------------------	-----

Instituto Politécnico da Saúde do Porto	781
---	-----

Instituto Politécnico de Santarém	781
---	-----

Instituto Politécnico de Viana do Castelo	781
---	-----

Instituto Politécnico de Viseu	782
--------------------------------------	-----

Centro Hospitalar do Alto Minho, S. A.	782
---	-----

Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A.	782
---	-----

Hospital Distrital de Santarém, S. A.	782
--	-----

Hospital Nossa Senhora da Oliveira, S. A.	783
--	-----

Hospital de São Francisco Xavier, S. A.	783
--	-----

Hospital São João de Deus, S. A.	783
---------------------------------------	-----

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 1018/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Maria João Teixeira Almeida Rocha Marques (1.ª), técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior do mesmo quadro (escalão 1, índice 510), precedendo concurso, com efeitos a 15 de Dezembro.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 1019/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Maria Luísa Sousa Pereira Marques Anastácio (2.ª), técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnica superior principal da carreira técnica superior do mesmo quadro (escalão 1, índice 510), precedendo concurso, com efeitos a 15 de Dezembro de 2005.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 1020/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Anabela Gomes Marques Oliveira (2.ª), assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do mesmo quadro (escalão 1, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 15 de Dezembro.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 1021/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Maria Alice Santos Rocha (1.ª), assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do mesmo quadro (escalão 1, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 15 de Dezembro.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho conjunto n.º 42/2006. — Nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o n.º 6 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeada presidente do Instituto de Reinserção Social a licenciada Leonor do Rosário Mesquita Furtado, procuradora da República, possuidora de competência técnica, aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções e cujo *curriculum vitae* se publica em anexo.

O presente despacho conjunto produz efeitos a 6 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Leonor do Rosário Mesquita Furtado.
Estado civil — casada.
Idade — 47 anos (23 de Junho de 1958).

Profissão — procuradora da República.
Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, 1976-1981, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Estudos Europeus (vertente económica), 1991-1992, Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso de pós-graduação em Direito dos Menores, 1997-1998, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Habilitações profissionais:

Curso de formação de magistrados do Ministério Público, auditora de justiça do Centro de Estudos Judiciários (IV Curso Especial para o Ministério Público), de 15 de Março a 28 de Setembro de 1982;
Curso de formação de formadores — CEJ, 2000.

Experiência profissional:

Presidente da Comissão de Protecção de Menores da Comarca de Oeiras, desde a sua instalação, em 1 de Fevereiro de 1995, até 5 de Julho de 1996;
Docente da área de Família e Menores no Centro de Estudos Judiciários desde o ano lectivo de 1997-1998 ao ano lectivo de 2001-2002;
Procuradora da República, junto do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, Procuradoria-Geral da República, desde 19 de Junho de 2001;
Perito do Conselho da Europa no Comité PC-TI, Comité de Peritos em Técnicas Especiais de Investigação no Inquérito Penal, desde 2003;
Perito em *acquis communautaire*, TAIEX Expert Database, Direcção-Geral do Alargamento da Comissão Europeia, desde 2004;
Como magistrada do Ministério Público, tem tido intervenção como conferencista em diversos seminários e congressos, quer em Portugal quer noutros países, em cursos de mestrado e de pós-graduação e em diversas acções de formação dirigidas a técnicos de áreas diversificadas, como sejam, a da saúde, da psicologia, da educação, dos serviços sociais e da reinserção social, da justiça e das forças de segurança, designadamente os seguintes:

Pós-graduação em Psicologia da Gravidez e da Maternidade, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, anos lectivos de 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004, Lisboa;
«Maus tratos e abusos sexuais na criança e adolescente», acção de formação, Administração Regional da Saúde do Algarve, Faro, Lagoa, 19, 20 e 21 de Maio de 2003;
«A exploração sexual de menores e o tráfico de crianças», Lisboa, 21 de Julho de 2003;
1.º curso de pós-graduação «Protecção de Menores — Prof. F. M. Pereira Coelho», sessão sobre o tema «Sistema de tutela educativa», Açores, 2004;
I Seminário de Educação Especial — palestra sobre o tema «Cidadania e direitos da criança», Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 21 de Maio de 2004.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1022/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 23 de Dezembro de 2005:

Soldado de infantaria n.º 1820618, Francisco Fernandes de Sousa Correia Carvalho, da Brigada Territorial n.º 2 da Guarda Nacional Republicana — autorizada a aceitar e usar as medalhas prateada e cobreada com que foi agraciado pelo Ministro da Saúde como dador benévolo de sangue.

28 de Dezembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes*.

Despacho n.º 1023/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 23 de Dezembro de 2005:

Soldado de cavalaria n.º 1900141, Adelino Augusto Silvestre Pinheiro, do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana —

autorizado a aceitar e usar a medalha cobreada com que foi agraciado pelo Ministro da Saúde como dador benévolo de sangue.

28 de Dezembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 442/2006 (2.ª série). — Por despacho do general comandante-geral de 3 de Novembro de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do artigo 109.º do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, foram promovidos ao posto de segundo-sargento os cabos de SS/medicina a seguir indicados, desta Guarda, contando a antiguidade e os vencimentos do novo posto desde 1 de Outubro de 2004:

1940532, Pedro Nuno Francisco Martins, FCGERAL.
1950077, Fernando Manuel Teixeira dos Santos, BF.

19 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior, *Mário Augusto Mourato Cabrita*, major-general.

Aviso n.º 443/2006 (2.ª série). — Por despacho do general comandante geral de 14 de Dezembro de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, foram promovidos ao posto de sargento-chefe os sargentos-ajudantes desta Guarda abaixo indicados, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde a data que a cada um se indica:

Infantaria:

BF 1786185, Amadeu Figueira Almeida (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1836056, Lúcio da Encarnação Pinela Guerreiro (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1836057, Adérito de Jesus Marques (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1826604, Manuel José Aguiar Martins (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1800981, José Joaquim Lourenço — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1800193, Amaro Simões — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1810408, António Manuel Peixeiro Gamboa — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1771167, José João Monteiro — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1826278, Jorge Manuel Pessoa Ladeiro (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1816187, Joaquim Manuel Ramalho Tendeiro (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1826301, Evaristo Narciso Antunes Videira (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
EPG 1850035, Carlos Alberto Canteiro Loureiro — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1786062, Manuel Fernando Fidalgo (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1790498, Abel Joaquim Lopes Amaral — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/INT 1801519, Francisco Luís Cardoso da Silva — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1820374, Flávio Augusto Cedovim dos Santos — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/SS 1826275, José Batista Saraiva (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1801453, Henriques Madureira de Jesus — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/SS 1800668, Carlos Alberto Pereira Abrantes (*b*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1826091, José dos Santos Reis — 3 de Fevereiro de 2003(*a*)
CG/Form. 1810648, Manuel João Branco — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1806046, Inácio Joaquim Concha Bravo Madeira (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1796173, Adérito Rodrigues Pereira (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1816064, Armando Manuel Rufino Lopes (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1836177, Rogério António Maria Cabrita (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1801259, Jorge Manuel Pinheiro Afonso — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1816198, Albano Martins Lopes (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1826252, António Luís Grilo Garcias (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003
CG/AAS 1810747, Joaquim Manuel Candeias Lopes — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1830977, Fernando Manuel Lopes Matias — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1811266, José Carlos Oliveira Tomé — 3 de Fevereiro de 2003.
BT 1801399, Armando Maria Dias — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1801317, José Manuel Pereira Fernandes — 3 de Fevereiro de 2003.

B5 1790152, Francisco Manuel Gaspar Portela — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1801270, Victor José Vivas da Silva — 3 de Fevereiro de 2003.
EPG 1810521, José Horácio Moreno — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1826018, Virgílio Esteves Morais (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1786506, José Botelho Batista (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1826055, Jorge Marques Mousinho (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1781169, Luís Eduardo Afonso Andrade — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1770993, Domingos Correia Ferreira — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1782214, António Domingos Fernandes Pires — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1790021, José Frutuoso de Araújo Neves — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1790727, José Barroso Sousa Bicho — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1790161, Amadeu Luís Panda — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1780847, Acácio Manuel da Silva Reis Belo — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1836003, José António Morais Rodrigues (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1810306, Fernando da Silva Araújo — 3 de Fevereiro de 2003.
R1 1826544, José dos Reis Martinho (*a*) — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1820442, Arlindo Monteiro Guerra — 3 de Fevereiro de 2003
CG/Form. 1782335, Manuel Augusto Fidalgo — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1800373, Francisco Praia Morais — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1820100, José Manuel Garcia Gomes — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1810619, Adriano Hélder Marinho da Fonseca Carvalho — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1800395, José dos Santos Marques Padrão — 3 de Fevereiro de 2003.
B5 1801839, António José Arcanjo Ferreira da Costa — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1810095, Carlos Lourenço Pereira — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/INT 1801208, António Gaspar Tavares — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1820302, José Claudino Fernandes Afonso — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1820065, Alfredo Abílio Fernandes — 3 de Fevereiro de 2003
BF 1786186, Sebastião Manuel da Costa Mestre (*a*) — 19 de Fevereiro de 2003.
B3 1796001, Diamantino António Silvestre Soares (*a*) — 19 de Fevereiro de 2003.
B5 1811120, Amílcar dos Santos Ramos Moutinho — 19 de Fevereiro de 2003.
B3 1826165, Adriano Alfredo Bernardo Domingues (*a*) — 1 de Março de 2003.
B2 1780486, Carlos Manuel Morais — 1 de Março de 2003.
B4 1850256, Joaquim Francisco Macedo Leitão — 17 de Junho de 2003.
B4 1836012, Celso José Veiga Ribeiro (*a*) — 23 de Junho de 2003.
EPG 1816204, Delfim dos Santos Peludo Pereira (*a*) — 1 de Julho de 2003.
EPG 1836392, Jorge José Alves Ferreira (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B5 1846170, Vasco João Cardoso da Silva (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
BF 1836232, João Luís Sanches Natário (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
EPG 1820886, Sebastião Manuel Martins Carlos — 2 de Outubro de 2003.
B4 1800601, António Teixeira de Magalhães — 2 de Outubro de 2003.
B2 1801854, Henrique Manuel Mendes Fernandes — 2 de Outubro de 2003.
B3 1801344, Luís António Marques Cardoso — 2 de Outubro de 2003.
EPG 1846300, Fernando Silvestre Tomé (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B3 1846250, Victor Isidro Cardoso dos Santos (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B2 1846327, Augusto Lopes Belo dos Santos (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B2 1836440, Claudino António Gonçalves Seco (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B3 1836179, António José Gonçalves Neves (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B3 1830801, José Augusto Pereira David — 2 de Outubro de 2003.
CG/Form. 1826027, José Eduardo Rodrigues Vicente (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B2 1790319, Francisco Firmino Fernandes João Lourenço — 2 de Outubro de 2003.
EPG 1826656, Luís Manuel Martins Toscano (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
B2 1826285, Jorge Manuel Filipe dos Coitos (*a*) — 2 de Outubro de 2003.
CG/CSINT 1800266, Humberto José Pinheiro — 2 de Outubro de 2003

B3 1810762, João Augusto Correia Lagarto Menino de Ouro — 2 de Outubro de 2003.
BF 1836007, Joaquim Manuel Pinheiro de Faria (a) — 2 de Outubro de 2003.

Cavalaria:

EPG 1830599, Luís Manuel Ribeirinha Dinis da Costa — 3 de Fevereiro de 2003.
RC 1790416, Carlos Manuel da Silva Tavares — 3 de Fevereiro de 2003.
RC 1801155, José Esteves Dias — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1781777, António José Fialho Velho — 3 de Fevereiro de 2003.
B2 1781822, Romão Alves — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1801933, Carlos Manuel Tapada Gouveia — 3 de Fevereiro de 2003.
RC 1790415, Manuel Rui Fernandes — 3 de Fevereiro de 2003.

Administração militar:

CG/INT 1836207, António José Dias Rouco (a) — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/INT 1836622, Jorge António Nunes Teles (a) — 3 de Fevereiro de 2003.
EPG 1830143, Carlos Alberto Mata Raposo — 3 de Fevereiro de 2003.

Transmissões exploração:

B3 1810755, Manuel João Salvador Fernandes Conchinha — 6 de Janeiro de 2003.
CG/Form. 1770669, Ângelo António Fernandes — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1811031, Jorge Albano da Fonseca Ribeiro — 3 de Fevereiro de 2003.

Transmissões manutenção:

B2 1830539, Rui Manuel Henriques Martins — 3 de Fevereiro de 2003.
BF 1796067, Manuel Gameiro Rodrigues — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1831058, Carlos Vitorio da Silva — 3 de Fevereiro de 2003.
B3 1830780, José Luís Narciso Taniça — 23 de Junho de 2003.

Saúde medicina:

CG/Form. 1801201, Paulo João Correia Amaral — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1801193, Alcides Ramos Ferreira — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1826335, Francisco Pereira Ferreira (a) — 1 de Julho de 2003.

Material auto:

B3 1810084, Francisco Brás Letras Pitéu — 3 de Fevereiro de 2003.

Honorífico músico:

B4 1801173, Mário Leite Gonçalves — 3 de Fevereiro de 2003.
B4 1826009, Agostinho José Sebastião (a) — 3 de Fevereiro de 2003.
CG/Form. 1801174, José Eduardo Balsinha Tavares — 1 de Julho de 2003.
CG/Form. 1830638, Manuel Luís Sintra de Sousa Pinto Cochofel — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1816006, António José Godinho Fialho (a) — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1816007, José Carvalho Abrantes Abreu (a) — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1826574, José Manuel Vieira Pinheiro de Jesus (a) — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1816003, Joaquim António Rosmaninho Mendes Galinha (a) — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1766045, Lopo José Novais Castro (a) — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1781136, João José das Neves Costa — 2 de Dezembro de 2003.
CG/Form. 1806007, Vasco Nunes Pereira (a) — 2 de Dezembro de 2003.

(a) Adido nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 230/93.

(b) Adido nos termos da alínea c) do n.º 10 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 265/93.

20 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior, *Mário Augusto Mourato Cabrita*, major-general.

Aviso n.º 444/2006 (2.ª série). — Por despacho do general comandante geral de 14 de Dezembro de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do n.º 1 do artigo 112.º

do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, foram promovidos ao posto de sargento-mor os sargentos-chefe desta Guarda, abaixo indicados, contando a antiguidade e o vencimentos do novo posto desde a data que a cada um se indica:

Infantaria:

BRIG 5 1800034, José Joaquim Sobreira — 9 de Fevereiro de 2004.
RI 1800257, Eduardo Coutinho Augusto Bexiga — 1 de Abril de 2004.
CG/Form. 1796018, José Manuel Antunes Serrano (a) — 2 de Agosto de 2004.
BF 1806120, José Manuel Marques Marcelino (a) — 2 de Agosto de 2004.
BRIG 4 1801726, Américo Gomes Miguel — 2 de Agosto de 2004.
RI 1796138, António da Conceição Perfeito Vitorino (a) — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 2 1786234, Fernando Martins Lages (a) — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 4 1796127, Manuel Dias Lages (a) — 19 de Outubro de 2004.
BF 1786028, Domingos Francisco de Moura (a) — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 3 1806134, Vítor Manuel da Silva (a) — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 4 1796078, José Amadeu Dias Lages (a) — 19 de Outubro de 2004.
BF 1806100, José António Estácio Rodolfo (a) — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 2 1800741, Domingos Afonso da Cunha — 19 de Outubro de 2004.
BRIG 5 1811246, António Manuel Mendes Ribeiro — 30 de Outubro de 2004.
BRIG 2 1780083, Aurélio de Jesus Ribeiro — 1 de Novembro de 2004.
BRIG 2 1790892, João Freire — 20 de Dezembro de 2004.
BRIG 2 1800815, Domingos Augusto Alves — 20 de Dezembro de 2004.
BRIG 4 1801777, Óscar Maurício Pires Lousada — 22 de Dezembro de 2004.
BT 1760008, José Fernando Ribeiro do Nascimento — 29 de Dezembro de 2004.
BRIG 4 1800271, António Pereira da Rocha — 30 de Dezembro de 2004.

Administração militar:

BRIG 4 1800283, António Brás Teixeira — 30 de Dezembro de 2004.

Transmissões/manutenção:

BRIG 4 1790252, Adriano Gonçalves Vila Verde — 26 de Fevereiro de 2004.

Material auto:

CG/AAS 1770974, Agostinho dos Santos Pinto Morinha — 23 de Fevereiro de 2004.

SS/medicina:

CG/Form. 786227, José da Silva Alves (a) — 19 de Outubro de 2004.
CG/Form 771226, Mário Fernando da Silva Vieira — 31 de Dezembro de 2004.

Honoríficos músicos:

CG/Form. 781139, João Fortunato Panta Nunes — 31 de Dezembro de 2004.

(a) Adido ao quadro nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de Junho.

20 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior, *Mário Augusto Mourato Cabrita*, major-general.

Aviso n.º 445/2006 (2.ª série). — *Rescisão de contrato.* — Por despacho de 27 de Outubro de 2005 do comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, foi rescindido o contrato administrativo de provimento da professora Rosa de Jesus Nogueira Fino Zorro, da Escola Prática da Guarda, produzindo efeitos desde 2 de Janeiro de 2006. (Não são devidos emolumentos.)

30 de Dezembro de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *Carlos Alberto*, tenente-coronel de infantaria.

Aviso n.º 446/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 do comandante-geral (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos do n.º 1) da alínea b) do artigo 266.º do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho,

foram promovidos ao posto de cabo por excepção os soldados desta Guarda a seguir mencionados, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde a data que a cada um se indica:

B4, INF, 1780693, Eliseu Dias Órfão — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1790207, José Carlos Silva Vieira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1800626, João Alves Gandarela — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1801732, Henrique Morais Simões — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1816230, Jorge Manuel da Silva Xavier — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1810442, Augusto João Melo Vieira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1810506, José Manuel Cruz Inverno — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1810514, José João Leal Silva — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1810518, José Fernando Barreira Caria — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1810548, Elísio António César — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1810701, António Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1810773, Joaquim Manuel Moreira Martinho — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1810904, Jorge Borges Parada — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1811323, Joaquim Batista Taniça — 8 de Abril de 2004.
 BT, CAV, 1811344, João António Pereira de Macedo — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820163, Miguel António Massa — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1820314, Alberto Carlos Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820420, José Jerónimo Martins Lourenço — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1826505, Marcial César Lopo — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820757, António Fernando de Carvalho Fontoura — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820785, Serafim Fernandes Moreira de Azevedo — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820804, César Manuel Lopes de Matos — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1820869, Mário Abel Guerra — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1820911, Manuel António Domingues Mendes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1826644, António Manuel Martins — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830034, Fernando António Pessoa Moutinho — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830062, Alberto Manuel dos Santos — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830384, Manuel António Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830386, Tito Batista Meirim — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830390, Carlos Barros Marques — 8 de Abril de 2004.
 B4, TM/EXP, 1830391, Fernando José Domingues — 8 de Abril de 2004.
 B3, MAT/AUTO, 1830392, João Manuel Costa — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830393, José Gonçalves Malheiro — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830394, José Félix Rocha — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830396, Manuel António Silva — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830397, Joaquim Gomes Meneses — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830398, Jorge Ferreira Martins — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830399, Luís Crisóstomo Gomes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830400, António Carlos da Coelho — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830403, Miguel Soares Carvalho — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830404, José Fernando Sá Cruz — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830406, José Oliveira Duarte — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830408, David Ferreira Gomes — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830409, Carlos Alberto Santos — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830410, Joaquim Augusto Bogas — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830412, Armando Jesus Máximo — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830413, Nuno Augusto Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830414, Manuel Henrique Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830415, Luís Manuel Martinho — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830416, José Alberto Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830418, Júlio Nogueira Silva — 8 de Abril de 2004.
 B2, MAT/AUTO, 1830419, António Vitorino Vale — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830420, João Francisco Conceição — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830422, Rui Manuel Trigo — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830427, José Manuel Santana — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830429, Fernando José Borges — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830432, Manuel Freitas Barroso — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830433, Joaquim Correia Soares — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830439, Francisco Renato Morgado — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830441, Carlos Alberto Vasco — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830442, Filipe Manuel Figueiredo — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830444, José Manuel Silva Neves — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830446, Celestino Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B5, SS/MED, 1830447, António Manuel Tarrafa — 8 de Abril de 2004.
 BT, TM/EXP, 1830451, Alberto Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830452, Joaquim Lino Esteves — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830456, Abílio Gonçalves Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830459, Manuel António Barros — 8 de Abril de 2004.
 B4, HON/COR, 1830460, Benjamim da Silva Vieira — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830461, António Manuel Marantes — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830464, Bernardino António Santos — 8 de Abril de 2004.
 B2, MAT/AUTO, 1830469, Carlos Alberto Vieira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830470, Victor Manuel Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830471, Carlos Manuel Pinto — 8 de Abril de 2004.

B4, HON/COR, 1830472, José Pinto — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830473, Marcelino Adelino Alves — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830474, Joaquim Coutinho Amorim — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830476, José António Martins — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830480, José Bernardino Freitas — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830481, Rui Manuel Taveira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830482, Albano Lopes Pinto Félix — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830483, Alvaro João Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830484, Hélder dos Santos Afonso — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830487, Adelino Augusto Fontes — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830489, Eduardo Silva Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830491, Armandino Ramos Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830492, Alexandre Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830493, Albino José Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830494, Alberto Afonso Pires — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830495, Carlos Alberto Pinto Reis — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830496, Manuel Joaquim Dinis — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830497, Belmiro Queiroz Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830498, Amândio José Brás — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830499, António Soares Vale — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830500, Serafim Mendes Moura — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830501, David Lourenço Duque — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830505, Manuel José Direito Reis — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830507, António Carlos Sequeira — 8 de Abril de 2004.
 B5, TM/EXP, 1830508, António Mendes Monteiro — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830510, Adérito dos Santos Bilro — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830511, Heliodoro Fernandes Silva — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830512, Joaquim António Ponciano — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830513, Orlindo de Jesus Sobral — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830515, José António Garcia — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830517, Fernando Marta Gouveia — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830518, Fernando Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830520, José Manuel Gualdino — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830523, Álvaro António Joaquim — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830524, Carlos Alberto Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830525, José Manuel Colela — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830527, João Carlos Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830528, Sotero Fernando Exposto — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830530, José Nunes Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830531, Manuel António Mendes — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830532, Vasco Rodrigues de Sousa — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830534, Manuel Marques Correia — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830535, Eduardo Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830541, António Pereira Freitas — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830542, Manuel Oliveira Marques — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830547, Manuel Araújo Soares — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830549, Mário Manuel Marques — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830553, Alberto Manuel Correia — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830554, Alcides Silvestre Santos — 8 de Abril de 2004.
 CG, CAV, 1830555, Manuel Joaquim Charais — 8 de Abril de 2004.
 B2, TM/EXP, 1830558, Hélder Mário Arsénio — 8 de Abril de 2004.
 CG, 1830561, Mário José Correia — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830562, José Augusto Cavaco — 8 de Abril de 2004.
 B5, CAV, 1830564, José Manuel Branquinho — 8 de Abril de 2004.
 CG, CAV, 1830565, António Francisco Inácio — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830568, Sérgio Manuel da Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830571, Albano Pinto Flores — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830573, Américo Almeida Coelho — 8 de Abril de 2004.
 CG, CAV, 1830578, Joaquim Manuel Rosa — 8 de Abril de 2004.
 B4, CAV, 1830579, Francisco de Vieira — 8 de Abril de 2004.
 RC, HON/CLAR, 1830580, Manuel da Silva Ramos — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830583, Fernando Silva Lança — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830590, José Francisco Trabuço — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830591, Ricardo José Barreto — 8 de Abril de 2004.
 B2, CAV, 1830592, Edmundo Pereira Jesus — 8 de Abril de 2004.
 EPG, CAV, 1830594, Rui Manuel Monteiro Luís — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830597, José Francisco Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830600, Ângelo Manuel Filipe — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830601, Alcino de Jesus Cardoso — 8 de Abril de 2004.
 B5, CAV, 1830602, José Pimenta Gomes — 8 de Abril de 2004.
 CG, CAV, 1830603, Francisco Santos Branco — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830605, Francisco José de Lança — 8 de Abril de 2004.
 RC, CAV, 1830606, Luís Filipe de Faustino — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830608, Sérgio António Mendes — 8 de Abril de 2004.
 B5, CAV, 1830611, José Manuel de Alves — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830612, Luís Manuel Campos — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830613, António João Nunes — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830614, Manuel José Gonçalves — 8 de Abril de 2004.
 B3, CAV, 1830618, Manuel Serra Catarino — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1836021, José Petisca Grilo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836180, Óscar Adelino Lamego — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1826680, Filipe José Junqueira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836059, Carlos Alberto Poupadó — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836090, António Matos Galinha — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1836030, Vasco José Pereira Afonso — 8 de Abril de 2004.

- BF, TM/EXP, 1836164, António Santos Almeida — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836184, Severino António Garvão — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836091, António Carlos Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836002, Fernando Batista Sousa — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1836062, Lino Galhardo Pires — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836092, Luís Lucas Amorim — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836099, José Jacinto B. Glória — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836067, Gabriel Fernandes Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836169, Manuel Cunha Silva — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836148, Manuel Martins Lima — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836068, Jorge Manuel Carvalho — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836149, António Eduardo Miranda — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836069, António José Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836151, Acácio Camilo Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836071, José Manuel Vilabril — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836102, Jacinto Amaro Caeiro — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836072, Lino Silva Azevedo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836073, Valdemar Barroso Martins — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836153, Carlos Monteiro Moraes — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1836074, Fernando Manuel Gomes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836104, José Francisco Cruz — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836145, José Marceliano Sousa Cró — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836154, Joaquim Henriques Santos — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836079, Manuel Gomes Silva — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836094, Adérito Reguengo Amorim — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836105, José Maria dos Gouveia — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1836095, Carlos Alberto Neves — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836157, António José Araújo Pires — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1836158, José Ramos Bernardino — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836081, Benjamin Pinto — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836159, Altino Norberto Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836083, Manuel Fernandes Vaz — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836037, António Castanheira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1836160, António Armando Magalhães — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836038, Joaquim Augusto Farias — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836085, João Carlos Esteves — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836040, Manuel Torres Esteves — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1826573, António dos Marques — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836107, António Peres Caçador — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1836088, Joaquim Inácio Patrício — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836089, Henrique Conceição — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836108, Armindo Campos Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836042, Álvaro Relva Alegre — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836043, António César Lourenço — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836044, Pedro Lima Martins — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836047, Manuel Nascimento — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836050, José Passos Gomes Correia — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836051, Carlos Jesus Gomes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836017, Eduardo Mendes Carvalho — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836109, António Malhanho — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836110, João António Mata Alho — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1836097, Leonel Fernandes Lousada — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836013, José Leonel Sousa Toste — 8 de Abril de 2004.
 EPG, TM/EXP, 1836111, Amílcar Rodrigo Feiteira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836176, João António Lucas — 8 de Abril de 2004.
 Ri SS/MED, 1836024, José Santos Soares — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836028, Manuel João Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836112, Marcelino António Soares — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836113, Arlindo Martins Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836130, António Manuel Botelho — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836114, António Francisco João — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836116, Guilherme Cunha Soares — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836117, Francisco Manuel Inverno — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836132, José Manuel Cruz Martins — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836015, José João Vasconcelos — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836014, Ricardo Manuel Aguiar — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836133, Francisco Manuel Nunes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836134, Manuel Ferreira Almeida — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1836135, Manuel José Florêncio — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836136, José António Caravau — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836137, João Isidro Alexandre — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836139, João Carlos Medeiros — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836140, João Venâncio Aires — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836142, Artur Dias Caldeira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1836143, José Silva Moreira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836144, João Cândido Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836245, António José Canaveira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836247, Gilberto José Vieira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836320, João Madeira Trindade — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836252, Joaquim Correia Relvas — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836254, Carlos Manuel Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836260, Manuel António Silva — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836263, Manuel Carlos Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836265, Carlos José Martins — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836197, José Rui Dias dos Santos — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836268, António Barreiros Videira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836269, José Pereira Dias — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836270, Francisco Scala — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836274, José António Torres — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836277, Luís Barbosa Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836279, Fernando Nunes Custódio — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836282, António Manuel Correia de Matos — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836375, Mário de Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836284, António Manuel Azevedo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836287, Rui Jorge Teixeira Lobo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836288, João Alberto Catarino — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836289, João Carlos Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836291, Mário Arménio Roque — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836292, Dinis António Gonçalves — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836293, Alberto Manuel Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836323, Luís Manuel Branco Pica — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836224, António André Alexandre — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836294, Fernando António Cabo — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1836295, João de Matos Afonso — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836296, Manuel Carlos Luzio — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836298, Manuel Ladislau Gomes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836299, António Gomes Margarido — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836301, Carlos Manuel Varela — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836303, João Pires Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836377, Adérito Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 EPG, MAT/AUTO, 1826679, José Carlos Duarte Inácio — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1836307, Carlos Alberto Coelho — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836308, Jorge Oliveira Rebelo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836310, Luís José Nunes Descalço — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836312, António Almeida Querido — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836313, Joaquim José Freire Pinto — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836314, José Marçal Dias — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1836315, Silvério Pereira Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836316, António José Valezim — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836318, António José Lousa Aires — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836326, João Manuel Santos Silva — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836327, José Dias Costa — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836328, Diamantino Freitas — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836329, José Manuel Afonso Moura — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836330, José Manuel Calejo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836331, João Manuel Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1836332, José Adelino Silva Lages — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836333, Luís Antunes Pires — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836334, António Manuel — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836335, Mário Carvalho Sousa — 8 de Abril de 2004.
 B3, TM/EXP, 1836337, Amável António Correia — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836338, Manuel Fernando Marinho — 8 de Abril de 2004.
 CG/SS, INF, 1836340, Reinaldo Guedes Lopes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836341, João Manuel Dias — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836342, Manuel Alberto Mendes — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836343, Carlos Manuel Miranda — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836216, João Avelino Garcia — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836344, João Fernando Moura — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1836345, António Manuel Mora — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836346, Norberto Fernandes João — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836347, Américo Luís Guerreiro — 8 de Abril de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836348, Carlos Manuel Colaço — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1836349, José Filipe Luís — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836350, Adelino Pereira Miranda — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836351, Fernando Guerra Ganhão — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836352, José Aníbal Castro — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836353, Domingos António Pires — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836306, Duarte José Agostinho — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836354, Camilo Martins Silva — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836355, Hélder Manuel Figueiredo — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836356, Adelino Rodrigues Martins — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836358, Francisco Valentim — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1836219, Sérgio Jerónimo Pinto — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836220, Arnaldo Gonçalves dos Reis — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836221, Ernesto Augusto Mendes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836222, António José Pena Caetano — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836359, Artur Cepeda — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836360, Francisco Santos Antunes — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836361, António Gil Nunes — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1836362, António João Pina Orelha — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1836363, António Pereira Nova — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836364, Jorge Manuel dos Marques — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836365, Manuel Gualdino Gorjão — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836366, Vítor Martins Tomé — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836367, Albino Manuel João Alonso — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836370, Humberto Luís Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836372, José Júlio Prazeres — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836373, João Pinto Lourenço — 8 de Abril de 2004.
 BF, INF, 1836374, João Luís Besugo Ramos — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830654, José Joaquim Curral — 8 de Abril de 2004.

- CG, INF, 1830657, António José Abreu — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830658, António Manuel Braz — 8 de Abril de 2004.
 CG/SS, INF, 1830660, Francisco Barroso Martins — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830661, Armindo Barata Lopes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830662, José Pedro Morganiço — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830664, João Maria Simões — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830665, Francisco Tomás Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830666, Raul Jorge Areias Lucas — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830667, António Manuel Fonseca — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830668, Jorge Manuel Duarte — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830669, Joaquim Eduardo Trindade — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830672, João Manuel Salgueiro — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830675, Alberto Jorge Amaral — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830676, José André Marques — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830677, Luís Manuel da Fouto — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830679, Manuel Maria de Guterres — 8 de Abril de 2004.
 B2, TM/EXP, 1830680, Manuel Gravelho Marques — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830681, José Augusto Almeida — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830682, José Apolinário Martins — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830684, Júlio Fernando Antunes — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830687, Carlos Gardete Seborro — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830691, Ismael de Jesus Zeferino — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830692, António Manuel Carreiro — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830694, José Carlos Gaspar Santos — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830695, Manuel Tenreiro Maurício — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830696, José Manuel Pires — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830697, José Joaquim Bernardino — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830698, José Maria Antunes Silva — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830699, José Manuel Curto Brás — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830701, Inocêncio Cabral Serino — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830702, Abel Carlos Gomes Costa — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830704, José Amaral — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830705, Fernando Pires Bernardo — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830707, Manuel Gameiro Santos — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830708, Floriano Manuel Silva — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830709, António Manuel Sousa — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830715, José Maria Pais Pinto — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830716, José Manuel Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830721, Carlos Manuel Martins — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830722, João Carlos Tomaz — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830723, Isidro Manuel Jerónimo — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830726, Jorge Guerreiro Correia — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830727, António Louro Monteirinho — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830730, Eduardo Anjos Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830731, Joaquim José Ribeiro — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830732, António Rodrigues Pires — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830734, Luís António dos Lopes — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830735, António José Portugal — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830736, Marcelino Martins — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830739, Aníbal Tavares Francisco — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830741, Vítor Manuel Santos — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830747, Hélder Manuel Costa Lopes — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830749, José Casimiro Duarte — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830752, Manuel Espírito Carapinha — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830754, Martinho Miranda Santinho — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830755, António Vital Carvalho — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830759, Francisco Manuel Marques — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830771, José Francisco Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B3, TM/EXP, 1830772, António João Magarreiro — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830773, António Maria Branquinho — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830775, José António Raposo — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830776, Ludgero António Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830778, João Carlos Luz Lacão — 8 de Abril de 2004.
 EPG, MAT/AUTO, 1830779, Fernando Joaquim Ventura — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830781, Manuel Costa Rosa — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830784, João Domingos Rodrigues — 8 de Abril de 2004.
 B3, SS/MED, 1830785, José Carlos Antunes — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830786, António Gonçalves Paixão — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830788, António José Félix — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830789, João Amador Mendes Bastos — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830790, António José Heliodoro — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830791, Manuel Joaquim Ilhéu — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830793, José Miguel Lascas Costa — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830796, Ricardo Manuel Pais Matos — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830797, Inácio Gomes Braz — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830803, Victor José Serrano — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830804, Júlio Fernando Correia — 8 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830805, Joaquim Tavares Janeiro — 8 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830806, António José Palmeiro — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830809, Manuel Cruz Araújo — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830812, João Falcão Galhardo — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830813, Joaquim António Marques — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830815, Manuel Teixeira da Mota — 8 de Abril de 2004.
 B4, MAT/ART, 1830816, Francisco Nicolau Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B4, TM/EXP, 1830820, Ezequiel Moraes Vilarinho — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830822, Isidro Lopes Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830823, João Miguel Calejo Lopes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830828, Manuel Fernando Silva — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830829, Manuel Pereira Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 B5, MAT/ART, 1830831, José Manuel Alves Sousa — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830833, José Ribeiro Costa — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830835, Sérgio Manuel Cláudio — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830836, Domingos Fernandes Dias — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830837, Celestino Manuel Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830838, Alberto José Carvalho — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830840, Fernando Augusto Peredo — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830841, Agostinho Cunha Ferreira — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830843, João Jesus Lopes — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830844, Domingos Araújo Oliveira — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830846, António José Araújo — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830850, António Correia Teixeira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830851, Agostinho Moraes Santos — 8 de Abril de 2004.
 B2, HON/COR, 1830852, Salvador Ramos Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830854, Amadeu Miranda Batista — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830857, António Correia Pereira — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830858, Fernando Simões Ramalho — 8 de Abril de 2004.
 B4, SS/MED, 1830864, Ângelo de Oliveira Guedes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830867, Manuel Félix Francisco — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830872, Manuel José Lage — 8 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830875, Olímpio Nascimento — 8 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830877, Oscar Assunção Tomé — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830882, José Maria Cerqueira — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830883, Alfredo Bastos Fernandes — 8 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830884, David Augusto Leonel — 8 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830885, Jeremias António Vale — 8 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830887, Ramiro Castro Cangeiro — 8 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830889, Sebastião Magalhães Silva — 10 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830890, João Henrique Grabulho — 15 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830891, Francisco José Vaz — 15 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830892, Manuel Almeida Teixeira — 17 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830897, Virgílio Santos Barreira — 17 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830899, Manuel António Lages — 17 de Abril de 2004.
 B5, SS/VET, 1830900, Antero Marques Páscoa — 17 de Abril de 2004.
 EPG, INF, 1830901, Adérito Augusto Filipe — 17 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830902, António João Galhardo — 17 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830903, Manuel Inácio Ferreira — 17 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830904, António de Fernandes — 18 de Abril de 2004.
 B4, INF, 1830905, Joaquim Ferreira Soares — 19 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830907, Manuel Teixeira Meias — 20 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830909, Amílcar José Teixeira — 25 de Abril de 2004.
 B3, INF, 1830911, Amândio José Vinhais Leal — 25 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830912, António Manuel Ferreira — 28 de Abril de 2004.
 BT, INF, 1830917, Manuel Joaquim Ferreira — 30 de Abril de 2004.
 RI, INF, 1830918, Fernando Jorge Afonso — 30 de Abril de 2004.
 B2, INF, 1830921, José Augusto Ramos Quina — 30 de Abril de 2004.
 CG, INF, 1830922, Henrique Rosa Pinelo — 30 de Abril de 2004.
 B5, INF, 1830925, Manuel Agostinho Parauta — 1 de Maio de 2004.
 B3, INF, 1830930, João Cruzinha Vieira — 1 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830932, Manuel Antunes Pereira — 1 de Maio de 2004.
 B2, INF, 1830934, Maurício Costa Cunha — 1 de Maio de 2004.
 B2, INF, 1830936, José Eduardo Antunes — 1 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830937, Vítor Hugo Amorim — 1 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830938, João José Silva da Costa — 1 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830940, Alvaro Castro Victor — 1 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830942, João Carlos Sá Veiga — 1 de Maio de 2004.
 B2, INF, 1830944, Tomé Souto Rodrigues — 2 de Maio de 2004.
 B4, SS/MED, 1830945, Joaquim Barros Alves — 3 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830947, Manuel Joaquim Gonçalves — 3 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830951, Luís Azevedo Ferreira — 3 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830952, Francisco Lurdes Peixoto — 3 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830954, Francisco Gonçalves — 5 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830956, Carlos Manuel Silva — 10 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830958, João Martins Loureiro — 10 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830960, António Maia Costa — 12 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830964, António Luís Simões Nunes — 14 de Maio de 2004.
 B3, INF, 1830966, Carlos Alberto Ramos — 15 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830969, José Basílio Leitão — 17 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830972, Jorge Manuel Alhau Vilão — 17 de Maio de 2004.
 CG, INF, 1830974, Manuel José Gonçalves — 18 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1830975, José Santos Fernandes — 18 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830976, José Alberto Madeira — 18 de Maio de 2004.
 EPG, MAT/AUTO, 1830979, Francisco José Alves — 18 de Maio de 2004.
 B5, TM/EXP, 1830980, Manuel Antunes Rodrigues — 18 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830981, José Carlos Marques Costa — 18 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1830986, Jorge Manuel Gonçalves — 20 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830987, Jorge Manuel Reis — 20 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830988, António Manuel do Nunes — 21 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1830989, Fernando António Marques — 21 de Maio de 2004.
 CG, INF, 1830990, Modesto Fernando Aguiar — 21 de Maio de 2004.
 EPG, INF, 1830991, Fernando Lourenço Santos — 21 de Maio de 2004.

- B5, INF, 1830994, Arménio Marques Batista — 24 de Maio de 2004.
 B2, INF, 1830998, Manuel António Santos — 24 de Maio de 2004.
 EPG, INF, 1830999, Silvério Faria Costa — 27 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1831000, Paulo António Joaquim — 27 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1831001, Esmeraldo Ramos Sousa — 30 de Maio de 2004.
 B2, INF, 1831002, Paulo Roberto Pereira — 30 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1831008, Adélio Luís Marques Silva — 31 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1831015, Manuel Gonçalves Oliveira — 31 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1831019, Fernando Carvalho Chaves — 31 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1831023, António Júlio Saro — 31 de Maio de 2004.
 B5, INF, 1831026, José Domingos Duarte — 31 de Maio de 2004.
 B4, INF, 1831028, Henrique Ramos Parente — 31 de Maio de 2004.
 BT, INF, 1831029, José Ribeiro Cabral — 31 de Maio de 2004.
 B5, HON/COR, 1831031, Justiniano Ventura Lopes — 31 de Maio de 2004.
 CG, CAV, 1831034, Manuel David Santos — 1 de Junho de 2004.
 B3, CAV, 1831037, João José Corticinho — 1 de Junho de 2004.
 CG, CAV, 1831044, José Virgílio Bernardo — 1 de Junho de 2004.
 RC, CAV, 1831049, João Manuel Lemos — 1 de Junho de 2004.
 CG, SS/MED, 1831055, António Dinis Maciel — 1 de Junho de 2004.
 RC, CAV, 1831057, António Manuel Dias — 1 de Junho de 2004.
 B5, CAV, 1831065, Jorge Costa Lopes — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836395, Delmino Martins Santos — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836436, Francisco António Silva — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836438, Joaquim Duarte Pocinho — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836442, António Joaquim Gomes — 1 de Junho de 2004.
 CG, SS/MED, 1836446, Fernando Carlos Infante — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836453, Manuel Artur Rodrigues — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836459, António Augusto Teixeira — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836561, José Fernandes Amorim — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836468, Rui António Anjos — 1 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836550, Manuel Janeiro Lourenço — 2 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836471, José Maria Rodrigues Buer — 10 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836472, Francisco Manuel Marques — 11 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836477, Armando José Rodrigues — 14 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836481, Joaquim António Estalagem — 14 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836482, José Santos Pereira Dias — 14 de Junho de 2004.
 B5, INF, 1836483, João Carlos Barroso — 15 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836484, Rui Jorge Ferreira Silva — 15 de Junho de 2004.
 B3, INF, 1836553, José Fernando Reganha — 16 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836485, João Luís Caldeira Barata — 16 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836487, António Sebastião Valente — 16 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836488, João Manuel Gouveia Neves — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836489, António José Pires Paulo — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836493, António Santos Milheiro — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836494, Adão Manuel Jesus Cruz — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836495, José Manuel Gonçalves — 17 de Junho de 2004.
 B5, INF, 1836496, Rui Manuel Barata Beato — 17 de Junho de 2004.
 B4, INF, 1836497, António Joaquim Palhares — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836501, Nuno António Paulino — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836502, Albano Morais Alves — 17 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836503, Albino Silva Guicho — 18 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836567, Eduardo Manuel Rego — 18 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836571, Manuel Emílio São João — 20 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836506, António Heitor Rafael — 20 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836510, Manuel António Oliveira — 20 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836512, Luís Filipe Clemente — 21 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836514, Eduardo Barreto Cristóvão — 21 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836516, Augusto Victor Santos — 21 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836517, Júlio Calisto Fernandes — 21 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836574, Manuel Jesus Gonçalves — 21 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836521, José Cunha Pereira — 21 de Junho de 2004.
 B5, TM/EXP, 1836525, António Augusto Domingues — 22 de Junho de 2004.
 CG, INF, 1836526, Manuel Pedro Lourinho — 23 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836528, Rui António Rita Santos — 23 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836530, José Monteiro Esteves — 25 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836531, Domingos Manuel Reis — 26 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836533, Mário José Sousa Costa — 28 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836534, António Alberto Mota — 28 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836535, António José Fidalgo Rosa — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836537, Luís Alberto Júnior — 30 de Junho de 2004.
 CG/SS, INF, 1836575, Augusto David Santos — 30 de Junho de 2004.
 EPG, INF, 1836558, João Manuel Gomes Silva — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836540, José Maria Rodrigues — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836541, António Gaspar Baptista — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836542, Amândio Jesus Sousa Silva — 30 de Junho de 2004.
 B5, INF, 1836543, Luís Filipe Almeida Bento — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836566, João Luís Pires Areias — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836544, José Filipe Agostinho — 30 de Junho de 2004.
 B2, INF, 1836546, Carlos Alberto Francisco — 30 de Junho de 2004.
 BF, INF, 1836563, Manuel Maria Lopes Afonso — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836565, António Jesus Calisto — 1 de Julho de 2004.
 CG, INF, 1836410, António Manuel Fulgêncio — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836411, António Manuel Duarte — 1 de Julho de 2004.
 BT, TM/EXP, 1836397, Hilário João Lopes — 1 de Julho de 2004.
 BF, MAT/ART, 1836398, Arlindo Conceição Valério — 1 de Julho de 2004.
 CG, SS/MED, 1836399, João Carlos Correia — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836400, José Limão Marcos Quelha — 1 de Julho de 2004.
 EPG, TM/EXP, 1836401, Joaquim Manuel Balhico — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836376, António Fernando Pereira — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836402, João Manuel Garcia — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836404, José Manuel Sevivas Neves — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836403, Joaquim Guerra Carriço — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836405, Leonel José Cardoso Serra — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836407, Álvaro Francisco Catarino — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836412, Américo Freire Farinha — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836569, Rolando Manuel Estrela — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836413, Filipe José Basílio — 1 de Julho de 2004.
 EPG, INF, 1836408, António Filipe Costa — 1 de Julho de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836570, David Manuel Amaral — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836409, João Manuel Catarilhas — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836460, Arnaldo Caldeira Freitas — 1 de Julho de 2004.
 B5, INF, 1836545, Mário Alves Salada — 1 de Julho de 2004.
 B4, INF, 1836669, Arnaldo Correia Vieira — 1 de Julho de 2004.
 B4, INF, 1836676, João Carlos Santos — 1 de Julho de 2004.
 B4, INF, 1836605, António Augusto Domingues — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836616, Mário Filipe Ramos Neves — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836674, Ângelo Herlânder Sousa — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836586, Francisco António Luz — 1 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836641, António Cunha Carvalho — 4 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836740, Manuel Bernardo Gonçalves — 6 de Julho de 2004.
 EPG, INF, 1836651, António Cipriano Vaz — 7 de Julho de 2004.
 CG/SS, INF, 1836733, José Ribeiro Laia — 7 de Julho de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836654, José António Azevedo — 8 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836682, António Miguens Pires — 12 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836646, Joaquim Manuel Ameixa — 15 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836675, Fernando Eduardo Barão — 15 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836684, António de Santos — 15 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836717, Joaquim Gonçalves — 15 de Julho de 2004.
 CG/SS, INF, 1836624, Adelino Francisco Mateus — 16 de Julho de 2004.
 CG, INF, 1836638, Álvaro José Sousa Santos — 16 de Julho de 2004.
 CG, SS/MED, 1836634, José Manuel Pimenta — 16 de Julho de 2004.
 EPG, INF, 1836710, José Maria Guerra — 17 de Julho de 2004.
 CG, INF, 1836707, Henrique Silvestre Cruz — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836581, Armando Manuel Alves — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836677, Manuel Mourão Guerreiro — 17 de Julho de 2004.
 EPG, INF, 1836643, Manuel Agostinho Sousa — 17 de Julho de 2004.
 CG, INF, 1836727, Genésio Ramos Marques — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836712, José Joaquim Balão Sande — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836647, Celso Félix Jesus Almeida — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836706, Leonel José Albino Jorge — 17 de Julho de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836721, António Leandro Enes — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836742, Vasco Manuel Neves — 17 de Julho de 2004.
 CG/SS, INF, 1836635, Vitorino André Santos — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836724, António Manuel Margato — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836743, Marcos José Martins — 17 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836689, José João Mourão Basílio — 18 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836582, António José Carmo — 19 de Julho de 2004.
 BF, TM/EXP, 1836621, José Luís Martins Preto — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836579, António Fernandes — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836719, Joaquim António Espada — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836599, José Manuel Serrano — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836716, Manuel José Sousa Ribeiro — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836587, José Joaquim Esteves — 19 de Julho de 2004.
 B4, INF, 1836626, João António Silva — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836650, Adelino Bartolomeu — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836625, Armindo Recheda Campos — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836594, António Júlio Roldao Rita — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836711, António Manuel Amaral — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836704, Vítor Manuel Mouta Amaral — 19 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836584, Joaquim Manuel Machado — 20 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836703, Cosme Augusto Zêzere — 20 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836692, José Miguel Rodrigues — 20 de Julho de 2004.
 B4, INF, 1836658, José António Ribeiro — 20 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836714, António Manuel Raposo — 20 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836665, Amândio Martins Chorão — 20 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836735, Alfredo Jorge Alves — 21 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836731, José Carlos Silva Xavier — 21 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836720, Joaquim Lopes Ladeira — 24 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836695, Guilherme Santos Fraga — 30 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836671, José Fernando Ferreira — 30 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836713, António Alberto Andres — 31 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836633, Fernando José Mateus — 31 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836615, António José Pombo — 31 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836601, Carlos Alberto Martins — 31 de Julho de 2004.
 BF, INF, 1836702, Avelino Manuel Mexia — 31 de Julho de 2004.
 B5, INF, 1836591, José Luís Santos Vicente — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836709, Domingos Andrade Cordeiro — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836637, Luís José Ribeiro — 1 de Agosto de 2004.

- BF, INF, 1836736, António Manuel Morais — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836657, Arnaldo Marques Silva — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836688, António José Sousa Rijo — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836701, Henrique Francisco Rosa — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836744, Joaquim Jorge Raimundo — 1 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836734, Manuel Baltazar Aires — 1 de Agosto de 2004.
 CG, SS/MED, 1836698, José Luís Miranda Serejo — 2 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836663, Armando Cesário Teixeira — 2 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836598, Sérgio Duarte Perdigão — 2 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836648, João Henriques Malhado — 2 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836732, Carlos Machado Gonçalves — 3 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836592, Victor Manuel Pires Sapo — 3 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836730, Fernando Correia Moreira — 4 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836748, Francisco Manuel Marques — 4 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836631, Armindo Augusto Fernandes — 4 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836662, Augusto Manuel Marques — 5 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836686, Leandro Rodrigues Lima — 5 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836690, António Castelo Pires — 5 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836700, João Manuel Lopes Duarte — 6 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1836705, José Duarte Ribeiro — 6 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840092, Francisco João Moreira — 6 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840133, José António Gaspar — 7 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840148, António Fernando Cunha — 8 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840191, Manuel Bernardo Sousa — 8 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840202, António José Cardoso — 8 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840292, António Manuel Rodrigues — 8 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840382, Belmiro Gonçalves Martins — 8 de Agosto de 2004.
 B5, INF, 1840407, Licínio Lucas Duarte — 9 de Agosto de 2004.
 BT, INF, 1840437, Carlos Alberto Henriques — 9 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846066, Vítor José Pires — 10 de Agosto de 2004.
 EPG, INF, 1846019, Eduardo Encarnação Durão — 10 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846013, Manuel Caetano Nobre — 10 de Agosto de 2004.
 BF, TM/EXP, 1846071, Fernando José Sousa — 12 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846089, João José Fonseca — 16 de Agosto de 2004.
 CG, INF, 1846006, António Carrasco Cruz — 16 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846053, José Luís Alves Martinez — 16 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846050, José Morais Augusto — 16 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846039, Joaquim Silva Pinheiro — 16 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846090, Alberto Pinto — 16 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846108, João Manuel Chilra — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846087, António Manuel Santos — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846085, José Ferreira Lima — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846088, António Marques Dias — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846064, José Manuel Domingues — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846102, Manuel João Isidoro Pinto — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846377, António Augusto Marques — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846109, Virgílio Manuel Domingos — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846118, José Oliveira Maia — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846128, Alcides Anjos Ferreira — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846044, Ângelo Emílio Esteves — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846074, Domingos António Gomes — 17 de Agosto de 2004.
 EPG, INF, 1846133, José Fernando Carrilho — 17 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846138, António José Sousa — 17 de Agosto de 2004.
 B3, INF, 1846069, João Augusto Fernandes — 18 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846131, Manuel Morgado Marques — 18 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846113, José Luís Reis Cruz — 18 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846079, João Miguel Baptista — 18 de Agosto de 2004.
 EPG, INF, 1846015, José Manuel Brazete — 18 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846042, José Augusto Nunes Costa — 19 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846141, Carlos Alberto Pereira — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846098, Amílcar dos Santos — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846037, João Luís Gomes Gregório — 20 de Agosto de 2004.
 B4, INF, 1846161, Carlos Alberto Mendes — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846163, Armindo António Alves — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846145, Manuel Maria Palma — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846119, Joaquim Manuel Pinto — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846062, Manuel Santos Brado — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846016, António Santos Martins — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846055, Augusto Vilela Martins — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846143, António José Amante — 20 de Agosto de 2004.
 B5, INF, 1846051, Alexandrino Martins — 20 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846068, Júlio Alberto Martins — 21 de Agosto de 2004.
 B3, INF, 1846078, Luís Bernardino Machado — 21 de Agosto de 2004.
 CG, INF, 1846094, Carlos José Ricardo — 21 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846105, Luís Manuel Afonso — 23 de Agosto de 2004.
 BF, TM/EXP, 1846149, Adelino Joaquim Teixeira — 25 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846073, Orlando José Pinto — 25 de Agosto de 2004.
 BF, TM/EXP, 1846046, João Elias Santos — 26 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846058, José Manuel Certa Amaro — 27 de Agosto de 2004.
 B5, INF, 1846092, José Adelino Antunes — 30 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846041, Adolfo João Monteiro — 31 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846126, Sérgio Martins Leopoldo — 31 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846047, Joaquim António Redondo — 31 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846135, António Manuel Trindade — 31 de Agosto de 2004.
 BF, INF, 1846033, Carlos Manuel Fonseca — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846011, Tiago Ferreira Sá — 1 de Setembro de 2004.
 B5, INF, 1846086, António José Cristóvão — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846082, Vasco Manuel Lopes — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846021, Francisco Rodrigues — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846150, David Sá Braz — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846060, Joaquim António Ambrósio — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846034, António José Silva — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846137, José Garcia — 1 de Setembro de 2004.
 EPG, INF, 1846165, Alfredo Santos Pereira — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846136, José António Fernandes — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846129, António Moreira Silva — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846125, Joaquim António Santos — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846153, João Almeida Alexandre — 1 de Setembro de 2004.
 B5, INF, 1846031, João Manuel Vicente Pouso — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846080, António Nabais Esteves — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846127, Albano Ramalhete — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846134, António Manuel Lourenço — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846168, António José Moscão Verde — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846124, Diamantino Jorge — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846095, Agostinho Henriques — 1 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846007, Gabriel Esteves Silva — 1 de Setembro de 2004.
 B4, HON/COR, 1846096, Jorge Manuel de Costa — 2 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846072, José Alberto Fernandes — 6 de Setembro de 2004.
 B5, INF, 1846024, José Manuel Pereira — 6 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846056, José Romão Torres — 8 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846110, Carlos Fernando Lopes — 8 de Setembro de 2004.
 B5, INF, 1846107, Afonso Dias Araújo — 10 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846026, Victor José Inverno — 10 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846152, Alfeu Pinto Pascoal — 14 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846003, José Joaquim Chaparro — 15 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846009, Rui Pelicano Berjano — 15 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846004, José Manuel Pereira — 16 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846084, António Silva Coelho — 16 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846014, Gabriel Ribeiro Sousa — 16 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846025, José Cajado Oliveira — 16 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846040, António Joaquim Ribeiro — 17 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846045, Manuel João Alves Costa — 17 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846111, Albino Sá Reis — 17 de Setembro de 2004.
 EPG, INF, 1846112, Guilherme Augusto Rosa — 17 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846147, António Sebastião Silva — 17 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846151, Luís Pinto Gonçalves — 17 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846167, Rui Jorge Nunes Coelho — 17 de Setembro de 2004.
 B4, INF, 1846018, António Domingues — 18 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846221, José Augusto Fernandes — 18 de Setembro de 2004.
 B3, INF, 1846171, José Alberto Figueiredo — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846244, Eloi Francisco Gonçalves — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846185, António Manuel Francisco — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846356, Manuel Maria Diogo — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846309, Jaime Jesus Dias — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846322, José António Saraiva — 20 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846262, António Borges Sousa — 21 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846277, Vítor Manuel Jorge — 21 de Setembro de 2004.
 RI, INF, 1846203, José Alberto Sousa — 21 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846239, António Manuel Gonçalves — 23 de Setembro de 2004.
 B4, INF, 1846234, José Henrique Sousa — 24 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846182, Carlos Alberto Araújo — 30 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846212, António Manuel Martins — 30 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846269, Manuel Arlindo Sousa — 30 de Setembro de 2004.
 BF, INF, 1846198, Filipe Martins Galinha — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846338, Luís Filipe Carvalho — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846278, Rogério Benjamin Garcia — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846192, João Manuel Santos Pedro — 1 de Outubro de 2004.
 CG/SS, INF, 1846183, António José Fonseca — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846188, José Moreira Machado — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846345, Eduardo José Pereira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846257, Rui Alberto Varandas — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1846247, Luís Manuel Nunes — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846266, Manuel Vicente Faustino — 1 de Outubro de 2004.
 B2, TM/EXP, 1846255, Victor Manuel Ferreira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846359, Henrique Manuel Martins — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846238, António Manuel Abegão — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846353, Fernando Manuel Varzea — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846268, Alcino António Cortinhas — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1846321, Carlos Alberto Cunha — 1 de Outubro de 2004.
 CG/SS, INF, 1846332, Manuel Fortunato Mestre — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846240, António José de Rocha — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846253, João António Sapata — 1 de Outubro de 2004.
 BF, TM/EXP, 1846272, Faustino Jesus Pereira — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1846214, José Felício Pinto — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846303, José Manuel Carreiro — 1 de Outubro de 2004.
 B4, MAT/AUTO, 1846251, António Almeida Silva — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1846344, José Gaspar Batista — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846317, Jorge Manuel Teixeira — 1 de Outubro de 2004.

- BF, TM/EXP, 1846326, António João Gonçalves — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846330, João António Seixas Costa — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846225, José Manuel Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846189, João José Carita Maia — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1846275, Manuel Gervásio Chinita — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846173, Carlos Manuel Pinto — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846273, João Manuel Pinto Dias — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1846210, Victor Manuel de Teixeira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846312, António Rui Firmino — 1 de Outubro de 2004.
 BF, TM/EXP, 1846187, João Domingos Adagas — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846217, Júlio Mendes Cunha — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846193, Leonel Lourenço Nunes — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846248, Luís Manuel Fulgêncio — 1 de Outubro de 2004.
 CG/SS, INF, 1846267, Argemiro Godinho Bandorga — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846288, Joaquim Augusto Correia — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1846308, João José Ventura Ribas — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846360, José Júlio Oliveira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846362, Herminio Dias Silva — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846295, Armindo Simões Silva — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846237, Humberto António Lopes — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846231, Celestino Jesus Neto Dias — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846335, Sebastião José Marques — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846340, António João Venâncio — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846346, Jorge Manuel Costa — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1846318, João António Guedes — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846352, Joaquim José Jesus Duque — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846347, Serafim Alberto Ferreira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846241, José António Madeira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846191, Luís Manuel Dias — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846334, António Manuel Brito — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846331, Manuel Martins Gonçalves — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846349, Joaquim Francisco Tique — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846354, Eurico Manuel do Martins — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1846226, José Manuel Cunha Silva — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846350, António Manuel Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846207, José Luís Figueiredo Vaz — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1846336, Álvaro Pires Marques — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846361, Hélder Manuel Martins Luz — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846357, Vítor Hugo Silva — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1846213, Luís Filipe Teixeira — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846328, Joaquim Valério Anacleto — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846222, Fernando Moreira Ribeiro — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846337, Joaquim Pires Henriques — 1 de Outubro de 2004.
 BF, INF, 1846343, João Alves Correia — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1846355, Manuel Carlos Pinto — 1 de Outubro de 2004.
 B2, SS/VET, 1840068, João Santos Vieira — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840070, Manuel Oliveira Dias — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840071, António Maria Magalhães — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840072, Agostinho da Real — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840079, Fernando Ferreira Miranda — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840090, Carlos Manuel Martins — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, MAT/AUTO, 1840093, António Manuel Teixeira — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840095, José Manuel Canhão — 1 de Outubro de 2004.
 CG, CAV, 1840096, José da Silva Alves — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840097, Porfírio Ferraz Sampaio — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840098, Alberto Teixeira — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840099, Joaquim Oliveira Nunes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840101, Mário Fernando Vara — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840102, José Maria Lourenço — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840104, João Tavares Pereira — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840105, Adelino Duarte Vieira — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840106, Carlos Alberto Fernandes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, CAV, 1840107, José Carlos Simões — 1 de Outubro de 2004.
 B4, TM/EXP, 1840108, Jorge Eduardo Almeida — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840110, Fernando Cesário Sousa — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840114, José Domingos Quina João — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840119, Eleutério Costa Mendes — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840120, Fernando Amaro Cordeiro — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840123, Agostinho Carvalhoso — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840124, José Marcelino Franco — 1 de Outubro de 2004.
 B4, CAV, 1840126, Manuel João Araújo — 1 de Outubro de 2004.
 B5, CAV, 1840127, Alcino Couto Guedes — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840128, Fernando Manuel Santos — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840132, Vítor Manuel Rosa — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840138, Luís Cardoso Resende — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840139, Gil Filipe Duarte Lopes — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840140, António Pereira Simões — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840141, Victor Manuel Cardoso — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840142, Manuel Santos Fagoso — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840145, Ulisses Martins Gonçalves — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840147, Manuel Maria Santos — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840150, Alberto Berça Eira — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840153, António José Sanguessuga — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840157, Rodrigo Moura Antunes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840159, Armandino Antão Pino — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840160, José António Pedro — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840161, Álvaro Manuel Almeida — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840165, José Ribeiro Silva — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840167, Fernando Marques Machado — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840169, Diamantino Fernandes — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840171, Fernando Lourenço Gouveia — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840172, António Manuel Santos — 1 de Outubro de 2004.
 B5, TM/EXP, 1840173, Raul Manuel Silva — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840174, Ramiro Fernandes — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840175, Joaquim Novais de Azevedo — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840176, José Augusto Xavier — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840178, Francisco Alberto Ranito — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840179, Ricardo Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840180, Albino António Rocha — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840182, José Alberto Silva Dias — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840185, Manuel Pereira de Sousa — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840188, Domingos Pina Monteiro — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840190, Joaquim António Bajanca — 1 de Outubro de 2004.
 B5, MAT/AUTO, 1840193, António Manuel Monteiro — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840194, Abel Idílio Seixas — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840198, Joaquim Manuel Martins — 1 de Outubro de 2004.
 CG/SS, INF, 1840200, Emídio Oliveira Carvalho — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840207, Franklim Simões Pires — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840209, João Carlos Fernandes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840212, António Santos Maganão — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840216, António Manuel Franco — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840218, Ramiro Teixeira Cruz — 1 de Outubro de 2004.
 B5, TM/EXP, 1840219, Messias Guerra Barroco — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840220, Carlos Manuel Amaro — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840221, Manuel Mário Simões — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840222, Fernando Pinto Oliveira — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840223, António Pinto Gomes Simão — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840224, Diamantino Duarte Santos — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840225, Amadeu Santos Pires — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840228, Manuel Custódio Sá — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840230, António Luciano Forno — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840234, Nuno Duarte Pires Afonso — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840235, Francisco José Martins — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840239, Manuel António Marcelino — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840240, Joaquim Manuel Lourenço — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840241, José Henrique Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840243, Luís Maria Pomares — 1 de Outubro de 2004.
 BT, CAV, 1840244, Faustino Barbosa Santos — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840245, Fernando Albuquerque — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840246, Manuel Fernando Santos — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840247, António Custódio Martins — 1 de Outubro de 2004.
 B5, CAV, 1840248, Jorge Fernando Costa — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840250, Manuel José Carrão — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840252, Óscar Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840253, Luís Manuel Tinta — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840254, António Perdigão — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840255, António Sangalhos — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840257, Manuel Alberto Pinto — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840258, Francisco António Lopes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840259, António Manuel Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
 RC, CAV, 1840260, Carlos da Conceição Silva — 1 de Outubro de 2004.
 EPG, INF, 1840261, Manuel José Carvalho — 1 de Outubro de 2004.
 B5, HON/COR, 1840262, José Manuel Salgado — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840264, Joaquim Afonso Mourato — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840266, Elvino Romeira Gonçalves — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840267, João Inácio Ribeiro — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840268, Joaquim Vaz Machado — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840269, Abel Esteves Dinis — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840270, Fernando Augusto Sousa — 1 de Outubro de 2004.
 B5, INF, 1840271, Pedro Manuel Ferreira — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840272, António Alexandre Santos — 1 de Outubro de 2004.
 B3, MAT/AUTO, 1840274, Mário Manuel Ferreira — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840275, José Domingos Silva — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840277, Anacleto Domingues Vieira — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840278, Vítor Manuel Monteiro — 1 de Outubro de 2004.
 CG, INF, 1840280, António José Silva Gomes — 1 de Outubro de 2004.
 BT, INF, 1840281, Ivo Afonso Carvalho — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840284, António José Domingues — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840286, Joaquim Cotrim Carvalho — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840288, Adelino Jorge Simões — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840290, Manuel Domingos Flores — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840294, José Carrasqueiras — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840296, Diamantino Silva Mendes — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840298, João Rogério Teixeira — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840299, Fernando da Silva Neves — 1 de Outubro de 2004.
 B4, INF, 1840300, Avelino de Jesus Esteves — 1 de Outubro de 2004.
 B2, INF, 1840304, Augusto Simões Nunes — 1 de Outubro de 2004.
 B3, INF, 1840307, Fernando Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.

- B3, INF, 1840308, Manuel Francisco Vaz — 1 de Outubro de 2004.
CG/SS, CAV, 1840309, Juvenal Gonçalves Lopes — 1 de Outubro de 2004.
- B5, INF, 1840312, António Justo Xisto — 1 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840314, Carlos Manuel Catarino — 1 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840315, Francisco António Alemão — 1 de Outubro de 2004.
CG, INF, 1840316, Manuel Luís Sanfins — 1 de Outubro de 2004.
RC, CAV, 1840317, Amaro Grenho Rodrigues — 1 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840318, Valdemiro Espírito Vaz — 1 de Outubro de 2004.
RC, CAV, 1840320, Jorge Henrique Ramos — 1 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840321, Abílio Manuel Pereira — 1 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840322, Emílio António Fernandes — 1 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840324, José Eduardo Palma — 1 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840325, António Joaquim Alves — 1 de Outubro de 2004.
B4, INF, 1840327, Domingos Ferreira Almeida — 1 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840328, José Francisco Gariso — 2 de Outubro de 2004.
RC, HON/CLAR, 1840333, Alcides Monteiro Varela — 4 de Outubro de 2004.
- B4, INF, 1840334, João Paulo Pires Flores — 7 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840337, António Espadinha — 12 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840338, António Casimiro Cavaco — 13 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840345, José Mendes Pereira — 15 de Outubro de 2004.
BT, INF, 1840346, António Carlos Moreira — 16 de Outubro de 2004.
CG, CAV, 1840347, Francisco Manuel Fonseca — 16 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840348, António José Filipe — 17 de Outubro de 2004.
BT, INF, 1840349, Ambrósio Marques Nunes — 17 de Outubro de 2004.
CG, INF, 1840350, José António Valente — 17 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840352, José Fernando Bravo — 17 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840353, Severiano António Cruz — 17 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840354, Fernando Malva Mendes — 17 de Outubro de 2004.
RC, TM/EXP, 1840355, Dinis dos Santos Pedrinho — 17 de Outubro de 2004.
- B3, INF, 1840356, Joaquim Cardoso Queimado — 17 de Outubro de 2004.
RI, INF, 1840357, Casimiro Carvalho — 18 de Outubro de 2004.
RC, SS/VET, 1840358, Carlos Manuel Duarte — 18 de Outubro de 2004.
B5, CAV, 1840359, António Almeida Martinho — 18 de Outubro de 2004.
B3, MAT/AUTO, 1840361, José Augusto Rosa Gorrão — 18 de Outubro de 2004.
- B3, INF, 1840362, Joaquim José Queimado — 18 de Outubro de 2004.
B4, INF, 1840365, Manuel Augusto Rodrigues — 18 de Outubro de 2004.
B4, INF, 1840368, Manuel Rosa Silva — 19 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840371, Horácio Moreira Melro — 20 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840372, Lino Gonçalves Lopes — 20 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840374, Fernando Rodrigues Sereno — 20 de Outubro de 2004.
- B5, INF, 1840375, José Pimentel Bertão — 20 de Outubro de 2004.
CG, TM/EXP, 1840376, João Dionísio Moreira — 21 de Outubro de 2004.
B4, INF, 1840377, Américo Augusto Teixeira — 21 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840378, Rui José Neves Ferreira — 22 de Outubro de 2004.
EPG, INF, 1840379, António Joaquim Batista — 22 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840381, Abílio António Amado — 29 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840383, Joaquim Manuel Canelas — 29 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840385, Victor Manuel Graça Cravo — 30 de Outubro de 2004.
B2, INF, 1840386, Eduardo Augusto Pereira — 30 de Outubro de 2004.
BT, INF, 1840392, José Gaspar Santos — 30 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840394, Romualdo Iria Custódio — 31 de Outubro de 2004.
B3, INF, 1840395, João Dias Batista — 31 de Outubro de 2004.
B5, INF, 1840396, João da Cruz Naves — 1 de Novembro de 2004.
B4, INF, 1840398, Artur José Pinto Cardoso — 1 de Novembro de 2004.
B5, INF, 1840399, Manuel Pereira Martins — 1 de Novembro de 2004.
B2, INF, 1840401, António Augusto Gonçalves — 1 de Novembro de 2004.
- B4, INF, 1840403, Manuel Freitas Apolinário — 1 de Novembro de 2004.
B5, INF, 1840405, Licínio Mendes Oliveira — 1 de Novembro de 2004.
B4, INF, 1840406, Domingos Jordão de Castro — 2 de Novembro de 2004.
- B5, INF, 1840408, Artur de Almeida Ângelo — 2 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840409, Rogério Duarte Ferreira — 3 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840410, Rui José São Paulino — 4 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840411, Januário Narciso Martins — 7 de Novembro de 2004.
B5, INF, 1840413, António Silva Pereira — 9 de Novembro de 2004.
BT, INF, 1840415, José Joaquim Pereira — 12 de Novembro de 2004.
EPG, INF, 1840416, Amílcar Manuel Alves — 16 de Novembro de 2004.
B4, INF, 1840417, José Arlindo Gonçalves — 16 de Novembro de 2004.
B2, INF, 1840418, Filipe Neves Lopes — 17 de Novembro de 2004.
B2, INF, 1840419, Filipe Joaquim Mendes — 17 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840421, João Manuel Palma Cavaco — 17 de Novembro de 2004.
- B4, INF, 1840423, Eduardo João Rodrigues — 17 de Novembro de 2004.
B3, SS/MED, 1840424, Francisco José Rosa — 17 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840425, Manuel Joaquim Carola — 17 de Novembro de 2004.
BT, INF, 1840426, José Ângelo Gonçalves — 17 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840427, José António Jesus Caeiro — 18 de Novembro de 2004.
- CG, SS/MED, 1840428, Bartolomeu Pires — 19 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840433, Manuel António Ferreira — 20 de Novembro de 2004.
CG, CAV, 1840434, José Manuel dos Baão — 22 de Novembro de 2004.
B4, CAV, 1840438, António Florêncio — 22 de Novembro de 2004.
CG, INF, 1840439, João Luís Viana Santos — 22 de Novembro de 2004.
B4, INF, 1840440, José Maria Pereira Santos — 22 de Novembro de 2004.
B3, INF, 1840442, Joaquim Maria Mena — 24 de Novembro de 2004.
BT, INF, 1840444, Artur Francisco Reis — 30 de Novembro de 2004.
B5, INF, 1840445, José Alberto Moreira — 30 de Novembro de 2004.
CG/SS, INF, 1840446, António Domingues Alves — 30 de Novembro de 2004.
- B2, INF, 1840447, Benjamim Augusto Quitério — 2 de Dezembro de 2004.
- B5, INF, 1840448, Manuel Anjos Brás — 2 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840449, Ângelo Manuel Quintas — 4 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840453, Manuel Maria Rosinha — 9 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1840454, António Carvalho Moura — 13 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840455, Agostinho Álvaro Gomes — 16 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1840456, Carlos Ribeiro Fernandes — 16 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840457, Felisberto Raimundo Pina — 16 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1840458, Dinis Jesus Pronto — 16 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1840461, Artur Agostinho Archer — 16 de Dezembro de 2004.
B4, INF, 1840463, Fernando Joaquim Martins — 16 de Dezembro de 2004.
- EPG, INF, 1840464, António Mendonça — 16 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840467, Amândio Gonçalves Dias — 17 de Dezembro de 2004.
B3, INF, 1840468, António Jacinto Reis — 17 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1840469, António Alves Silva — 17 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1840470, Geraldo Silva Pereira — 17 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1840471, Jorge Costa Gonçalves — 17 de Dezembro de 2004.
B4, INF, 1840472, Domingos António de Sousa — 17 de Dezembro de 2004.
- B2, INF, 1840474, Manuel Moura Felgueiras — 17 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1840475, Nuno Joaquim Dinis — 17 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1840477, José Joaquim Borrego — 17 de Dezembro de 2004.
CG, INF, 1840480, José Mário Barros — 17 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1840492, Joaquim Luciano Carneiro — 17 de Dezembro de 2004.
- B3, INF, 1840311, Hilário Correia Ascensão — 17 de Dezembro de 2004.
RI, HON/COR, 1850041, Agostinho Alfredo Xavier — 17 de Dezembro de 2004.
- BT, INF, 1850042, Manuel Domingos Paulino — 17 de Dezembro de 2004.
- B2, INF, 1850049, António Maria Ferreira — 17 de Dezembro de 2004.
CG, INF, 1850050, Manuel Francisco Nené — 17 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1850051, Abílio António Horta — 17 de Dezembro de 2004.
BT, CAV, 1850055, Manuel José Preto — 17 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1850057, Eduardo Alberto Peça — 17 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1850058, José Oliveira Silva — 17 de Dezembro de 2004.
B3, INF, 1850061, Justino Joaquim Carapeto — 17 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1850063, Francisco José Ceia — 17 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1850064, Celestino Maximino Afonso — 17 de Dezembro de 2004.
- CG, INF, 1850072, Moisés Santos Delgado — 17 de Dezembro de 2004.
CG, INF, 1850073, António Joaquim Garrido — 18 de Dezembro de 2004.
B3, INF, 1850078, João Joaquim Sias Orada — 18 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1850080, José Eduardo Alves Mendes — 18 de Dezembro de 2004.
- BT, INF, 1850081, José João Barriga Paulo — 20 de Dezembro de 2004.
RI, INF, 1850082, Adelino Alberto Carvalho — 20 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1850087, Marcolino Rodrigues Gomes — 20 de Dezembro de 2004.
- B2, TM/EXP, 1850091, Rafael Pedro Ferreira — 20 de Dezembro de 2004.
- B2, INF, 1850092, João Manuel Pereira Cruz — 20 de Dezembro de 2004.
B4, INF, 1850093, Amândio Gonçalves Araújo — 20 de Dezembro de 2004.
- B4, CAV, 1850098, Manuel Gomes Menezes — 20 de Dezembro de 2004.
B4, INF, 1850101, Manuel José Barreiro — 20 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1850102, Manuel António de Sousa — 20 de Dezembro de 2004.
BT, INF, 1850104, Domingos Rosa Ribeiro — 20 de Dezembro de 2004.
B3, INF, 1850105, António José Nunes — 20 de Dezembro de 2004.
CG, INF, 1850106, Mário Almeida Dias — 20 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1850108, Álvaro Manuel Domingos — 20 de Dezembro de 2004.
- B5, INF, 1850115, Manuel Fernando Machado — 20 de Dezembro de 2004.
- B5, INF, 1850121, João José Mendes Ribeiro — 20 de Dezembro de 2004.
- B5, INF, 1850123, José Afonso Varanda — 20 de Dezembro de 2004.
B2, INF, 1850125, Manuel Alves da Nóbrega — 20 de Dezembro de 2004.
B5, INF, 1850127, Manuel Duarte Marcos — 20 de Dezembro de 2004.
B3, INF, 1850130, Manuel Marcos Candeias — 20 de Dezembro de 2004.

B4, INF, 1850133, António Fernando Gomes — 20 de Dezembro de 2004.
 B4, CAV, 1850136, António Ribeiro Araújo — 20 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850140, Nuno Augusto Sousa — 20 de Dezembro de 2004.
 RI, INF, 1850141, António Germano Gonçalves — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850142, Zeferino Fernandes Lemos — 20 de Dezembro de 2004.
 B4, SS/MED, 1850143, António Manuel Apolinário — 20 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850144, José Maria Tiago — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850146, António José Alves Cura — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, CAV, 1850147, José Massano Sabugueiro — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850150, António Aurélio Breia — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850156, Joaquim Madureira Pinto — 20 de Dezembro de 2004.
 B3, INF, 1850158, João Luís Serra Santos — 20 de Dezembro de 2004.
 EPG, INF, 1850160, Adriano Silva Magalhães — 20 de Dezembro de 2004.
 B3, HON/COR, 1850163, Francisco Isidro Zambujo — 20 de Dezembro de 2004.
 RI, INF, 1850165, Élio Fernando Silva — 20 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1850166, José Manuel Pinheiro — 20 de Dezembro de 2004.
 CG, INF, 1850167, Manuel António Vaz — 20 de Dezembro de 2004.
 B3, INF, 1850169, João Francisco Barata — 20 de Dezembro de 2004.
 CG, INF, 1850172, João Manuel Aragão — 20 de Dezembro de 2004.
 CG/SS, INF, 1850173, Emídio Miranda Martins — 20 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850174, João Costa Gonçalves — 20 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850175, Domingos Horácio Gil — 20 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850179, Alberto Nuno Rodrigues — 21 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850181, Manuel António Rodrigues — 21 de Dezembro de 2004.
 B2, MAT/AUTO, 1850185, Mário Alves Silva — 21 de Dezembro de 2004.
 EPG, INF, 1850187, Miguel Mão-de-Ferro — 21 de Dezembro de 2004.
 BT, INF, 1850189, João Augusto Cruz Ribeiro — 21 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1850190, João Vieira Pinto — 22 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1850196, Custódio Fernandes Torres — 22 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1850201, Rui Manuel Correia — 22 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850202, Gilberto Pires Morais — 22 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1850203, Diamantino Martins — 22 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850206, Fernando Manuel Cravo — 23 de Dezembro de 2004.
 CG, INF, 1850208, António Manuel Silva — 23 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850209, Manuel António Moura — 24 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850210, Alípio Silva Rocha — 24 de Dezembro de 2004.
 BT, INF, 1850211, José Duarte Xavier Araújo — 24 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850212, Duarte José Fernandes — 27 de Dezembro de 2004.
 RC, CAV, 1850213, Aníbal José Glória Caçote — 27 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850221, Constantino Augusto Órfão — 27 de Dezembro de 2004.
 CG, INF, 1850223, Francisco Manuel Andrade — 27 de Dezembro de 2004.
 B3, INF, 1850224, António Matias Guerra — 28 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1850226, José Maria Gouveia Guedes — 28 de Dezembro de 2004.
 B2, TM/EXP, 1850229, António Júlio Pires — 29 de Dezembro de 2004.
 RC, CAV, 1850231, Luís Filipe Pereira — 30 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850232, José Joaquim Lidónio — 30 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850236, Manuel Augusto Caldeira — 30 de Dezembro de 2004.
 B3, INF, 1850237, Manuel Branco Raposo — 30 de Dezembro de 2004.
 B2, INF, 1850238, Carlos Manuel Lapo — 30 de Dezembro de 2004.
 BT, INF, 1850240, Filipe Rodrigues Miranda — 30 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856209, António José Dias — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856138, Dulcínio José Santos — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856122, António Pereira Bonifácio — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856143, Francisco Fernandes Pedro — 31 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1856054, Tito Augusto Martins — 31 de Dezembro de 2004.
 EPG, SS/MED, 1856064, José Maria Ventura Reia — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856134, José António Tourais — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856120, Duarte Santos Braz — 31 de Dezembro de 2004.
 EPG, INF, 1856165, José Luís Alves Morais — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856018, António José Clemente — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856044, Luís Abílio Amaro — 31 de Dezembro de 2004.
 CG, INF, 1856173, Rui Martins — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856011, Carlos Francisco Reis — 31 de Dezembro de 2004.
 B4, INF, 1856086, Carlos Augusto Lourenço — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856017, Rogério Jesus Alves — 31 de Dezembro de 2004.
 B5, INF, 1856206, José Adelino Pires Nabais — 31 de Dezembro de 2004.
 BF, INF, 1856110, Américo Ventura Lima — 31 de Dezembro de 2004.

BT, TM/EXP, 1856087, António Carlos Palha Rosa — 31 de Dezembro de 2004.
 CG, SS/MED, 1856213, Jorge Penso de Castro — 31 de Dezembro de 2004.

30 de Dezembro de 2005. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *Carlos Alberto*, tenente-coronel de infantaria.

Aviso n.º 447/2006 (2.ª série). — Por despacho do comandante-geral de 27 de Dezembro de 2005 (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos da alínea c) do artigo 266.º do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, com a alteração que lhe foi dada pelo artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 504/99, é promovido ao posto de cabo, por diuturnidade, o soldado do S. Mat/Carp. n.º 1810684, Joaquim Afonso Monteiro, da Brigada Territorial n.º 2 desta Guarda, contando a antiguidade e os vencimentos do novo posto desde 19 de Agosto de 2005.

3 de Janeiro de 2006. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *Carlos Alberto*, tenente-coronel de infantaria.

Despacho n.º 1024/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2005, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (1 estrela), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Brigada Territorial n.º 4:

Companhia de Comando e Serviços:

Segundo-sargento 1940459, José Pedro Elísio G. Costa.
 Cabo 1940047, João Miguel da Costa Gonçalves.
 Cabo 1940128, António Manuel Figueiredo Santos.
 Cabo 1940167, Luís Carvalho Martins.
 Cabo 1940256, Marcelino Ruivo Martinho.
 Cabo 1940483, Helena Isabel Silva Bento.
 Cabo 1940609, Carlos Joaquim Gonçalves Botelho.
 Cabo 1940717, Telmo Augusto Pires Gonçalves.
 Soldado 1940013, Avelino Paulo Novais da Costa.
 Soldado 1940153, José da Cunha Oliveira.
 Soldado 1940163, Hélder Fernando Martins Gomes.
 Soldado 1940566, Carlos Maria Nobre Almeida Rodrigues.
 Soldado 1940623, Almerindo Coutinho de Abreu.
 Soldado 1940654, Orlando de Sousa Freitas.

Esquadrão do Carmo:

Segundo-sargento 1940592, Jorge Humberto de Jesus Cardoso.
 Cabo 1940094, Vítor Manuel Gonçalves de Oliveira.
 Cabo 1940385, Nuno Aníbal Moreira Carracena.
 Cabo 1940574, José Augusto Caseiro Fernandes.

Grupo Territorial de Braga:

Tenente 1940181, Fernando Estaca Dias Cosme.
 Segundo-sargento 1940021, Rui Manuel Rolo de Sousa Caseiro.
 Segundo-sargento 1940052, Horácio de Freitas Alves do Rio.
 Segundo-sargento 1940540, Paulo Jorge Gomes da Silva.
 Cabo 1940065, Augusto Machado Gonçalves.
 Cabo 1940143, Hélder David Cerqueira Ribeiro.
 Cabo 1940502, Joaquim Manuel Correia de Matos.
 Cabo 1940563, Teresa Paula Torres Simões.
 Cabo 1940608, Miguel Alexandre Miranda Dias.
 Soldado 1940040, Leonel Carvalho de Barros.
 Soldado 1940157, Carlos Manuel Q. Ferreira Peixoto.
 Soldado 1940343, Luís Manuel Pacheco Alves.
 Soldado 1940378, Domingos Martinho Ferreira da Silva.
 Soldado 1940512, Agostinho Manuel Fernandes Marques.
 Soldado 1940621, Manuel Simões Ribeiro Pereira.
 Soldado 1940721, Manuel Severino Ribeiro.

Grupo Territorial de Bragança:

Cabo 1940046, Adelino Branco Salgado.
 Cabo 1940193, Gil Augusto Teixeira.
 Cabo 1940199, Rui Francisco Pires Camões.
 Cabo 1940257, João Francisco Aleixo Mateus.
 Soldado 1940037, Vítor Nuno Raposo Salgado.
 Soldado 1940044, Carlos Alberto Felgueiras Pires.
 Soldado 1940161, Amândio Marrão Fernandes.
 Soldado 1940184, Manuel António Martins Afonso.
 Soldado 1940202, Álvaro Meirinhos Ferreira Raposo.
 Soldado 1940332, António Alberto Gonçalves Moreira.
 Soldado 1940436, António Rui Gonçalves.
 Soldado 1940520, Carlos Eiras Morais.
 Soldado 1940645, José Jorge Carrazedo.

Soldado 1940648, Paulo João Lopes Afonso.
Soldado 1940688, António Manuel Magalhães.

Grupo Territorial de Matosinhos:

Segundo-sargento 1940177, Luciano Passos Gonçalves Amorim.
Segundo-sargento 1940442, Carlos Alexandre Barbosa Clemente.
Cabo 1940558, João Eduardo Rego Silva Florido.
Cabo 1940591, João Paulo Ferreira Maciel.
Soldado 1940010, Rui Fernando A. Barreira Santos.
Soldado 1940135, Paulo César Macieirinha Carvalho.
Soldado 1940406, António Manuel O. F. Carvalho Cardoso.
Soldado 1940646, João Manuel Parente Lameirão.
Soldado 1940662, Álvaro Alexandre Carvalho Gonçalves.

Grupo Territorial de Penafiel:

Segundo-sargento 1940082, Jorge Anes de Azevedo Barroso.
Cabo 1940107, José Alberto Ferreira Rocha.
Soldado 1940048, António Mascarenhas Ruivo.
Soldado 1940231, Carlos Manuel Gonçalves Pinto.
Soldado 1940293, Alcides Pereira Ribeiro.
Soldado 1940323, Alberto Paulo S. Mendes Fraga.
Soldado 1940417, José Artur Teixeira.
Soldado 1940422, Rui Manuel Soares da Silva.
Soldado 1940471, Rui Manuel Pinheiro Aguiar.
Soldado 1940530, Carlos Pedro Teixeira Pinto.
Soldado 1940551, Daniel Augusto Rodrigues Monteiro.

Grupo Territorial de Viana do Castelo:

Segundo-sargento 1940522, José Raul Rodrigues Vieira da Cruz.
Soldado 1940610, Francisco Manuel Menezes de Sousa.
Soldado 1940661, Sérgio Manuel Nande Costa.
Soldado 1940680, Julião Gomes de Melo.

Grupo Territorial de Vila Real:

Cabo 1940023, João Marcelo Teixeira.
Cabo 1940035, José Manuel Barbosa Lopes.
Cabo 1940328, Raul Domingues.
Cabo 1940715, Manuel Pereira da Silva.
Cabo 1940724, Luís Carlos Branco Fernandes.
Soldado 11940016, Rui Manuel Sousa Sabino.
Soldado 1940133, Carlos Manuel Barros Rodrigues.
Soldado 1940250, Jorge dos Santos Gomes.
Soldado 1940282, Manuel dos Santos Lopes.
Soldado 1940367, Humberto Manuel Pires Almeida.
Soldado 1940535, Joaquim Augusto da Silva Alves.
Soldado 1940577, Leonel Augusto Triunfante Domingues.
Soldado 11940601, Rosa Cristina Gouveia Ramos Ferreira.
Soldado 1940658, Aristides Emanuel Teixeira Vidazinha.
Soldado 11940689, Moisés Xavier Lopes Nozolos.
Soldado 1940695, Miguel Queirós Teixeira.

9 de Dezembro de 2005. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Despacho n.º 1025/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Administração Interna de 25 de Novembro de 2005, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (duas estrelas), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Comando-Geral:

Formação do Comando-Geral:

Sargento-ajudante 1806069, José Manuel Soares Lourenço.

9 de Dezembro de 2005. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Despacho n.º 1026/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2005, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (1 estrela), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Escola Prática da Guarda:

Grupo de Instrução de Aveiro:

Soldado 1940629, José Manuel M. Martins Sá Pereira.

Regimento de Infantaria:

Batalhão Operacional:

Segundo-sargento 1940015, José Joaquim Fonseca Fernandes.
Segundo-sargento 1940084, António Renato Cardoso Ferreira.

Segundo-sargento 1940225, Paulo Jorge Vieira Araújo.
Segundo-sargento 1940359, Carlos Alberto Matias de Olival.
Soldado 1940183, Vítor João Assis.
Soldado 1940526, André Moreira de Faria.

Companhia de Comando e Serviços:

Furriel 1940005, Carlos Alberto dos Santos Afonso.
Furriel 1940034, Rui José Francisco Pinto.
Cabo 1940134, Carlos Manuel Conceição Dias.
Cabo 1940622, António Manuel Barros Marques.
Soldado 1940344, José Manuel Pinto Bizarro Borbinha.

Companhia da Estrela:

Segundo-sargento 1940116, Bernardino Fernando Caritas Piteira.
Segundo-sargento 1940439, Carlos Manuel Gomes.
Segundo-sargento 1940478, Benilde Maria Nóbrega Esteves.

Companhia dos Loios:

Soldado 1940186, Paulo Vitorino Seixas Nunes.
Soldado 1940324, Luís Manuel Pereira.

9 de Dezembro de 2005. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Despacho n.º 1027/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2005, foi concedida a medalha de assiduidade de segurança pública (uma estrela), a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, aos seguintes militares desta Guarda:

Brigada Territorial n.º 3

Posto	Número de matrícula	Nome
-------	---------------------	------

Esquadrão de Cavalaria

Soldado	1910455	António Pedro Mataloto Saraiva Pita.
Soldado	1930465	José Manuel Conchinha Melri-nho.
Soldado	1940554	Licínio José Pires Marques.

Grupo Territorial de Faro

Cabo	1940234	Carlos Alberto da Cunha Paredes.
Cabo	1940247	Luís Miguel Pereira de Moura.
Cabo	1940317	João Eduardo Estrela Baptista.
Cabo	1940339	Vítor Manuel Martins Cabrita.
Cabo	1940410	Paulo Jorge Marques Maneta.
Cabo	1940451	Eduardo João Madeira Cavaco.
Cabo	1940719	Rui Carlos Vaz Marques.
Soldado	1940312	Samuel Ventura Pereira.
Soldado	1940371	Carlos Alberto Costa Janeiro.
Soldado	1940441	Jorge Manuel Oliveira Henrique.
Soldado	1940521	Carlos Manuel Nunes Miguel Rodrigues.

Grupo Territorial de Portalegre

Soldado	1910396	Fernando Manuel Caldeira Lopes.
-----------------	---------	---------------------------------

9 de Dezembro de 2005. — O Comandante-Geral, *Carlos Manuel Mourato Nunes*, tenente-general.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Despacho n.º 1028/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 13.º, n.º 3, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo nos oficiais referidos no n.º 3 a competência para assinar termos de aceitação nos casos de promoção aos postos de agente principal, subchefe e chefe.

2 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelos referidos oficiais no âmbito das competências previstas no número anterior, até à publicação do presente despacho.

3 — Oficiais a que se refere o presente despacho:

a) Superintendente Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira, comandante do Comando Metropolitano de Lisboa;

- b) Superintendente-chefe José Gomes Pereira, comandante do Comando Metropolitano do Porto;
- c) Superintendente-chefe Jorge Félix Furtado Dias, comandante do Comando Regional dos Açores;
- d) Superintendente José Manuel Pinto do Carmo, comandante do Comando Regional da Madeira;
- e) Subintendente Francisco António Carrilho Bagina, comandante do Comando de Polícia de Aveiro;
- f) Subintendente Luís Manuel Alves Fernandes Moreira, comandante do Comando de Polícia de Beja;
- g) Subintendente Fernando José Gomes Madeira Henriques Almeida, comandante do Comando de Polícia de Braga;
- h) Intendente Amândio Amílcar Correia, comandante do Comando de Polícia de Bragança;
- i) Intendente José Martins Cruz, comandante do Comando de Polícia de Castelo Branco;
- j) Intendente Abílio Pinto Vieira, comandante do Comando de Polícia de Coimbra;
- l) Subintendente José Ferreira Oliveira, comandante do Comando de Polícia de Évora;
- m) Intendente Jorge Filipe Guerreiro Cabrita, comandante do Comando de Polícia de Faro;
- n) Intendente Paulo Jorge Gonçalves Sampaio, comandante do Comando de Polícia da Guarda;
- o) Subintendente Diamantino da Cruz Jordão, comandante do Comando de Polícia de Leiria;
- p) Subintendente António José Gomes Belo, comandante do Comando de Polícia de Portalegre;
- q) Superintendente Levy Silva Correia, comandante do Comando de Polícia de Santarém;
- r) Superintendente Guilherme José Costa Guedes da Silva, comandante do Comando de Polícia de Setúbal;
- s) Subintendente Manuel Gomes do Vale, comandante do Comando de Polícia de Viana do Castelo;
- t) Intendente António Machado Fraga, comandante do Comando de Polícia de Vila Real;
- u) Intendente Carlos Alberto Simões de Almeida, comandante do Comando de Polícia de Viseu;
- v) Subintendente António Santos Castro, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia de Ponta Delgada;
- x) Subintendente Fernando Gomes Prata, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia de Angra do Heroísmo;
- z) Comissário Leonardo Arnaldo Gomes Cunha, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia da Horta;
- aa) Superintendente Francisco Ascensão Santos, comandante do Corpo de Intervenção;
- ab) Intendente Manuel Augusto Magina da Silva, comandante do Grupo de Operações Especiais;
- ac) Subintendente Luís Miguel Ribeiro Carrilho, comandante do Corpo de Segurança Pessoal;
- ad) Superintendente-chefe Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira, director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
- ae) Superintendente José António Jorge Vaz Antunes, comandante da Escola Prática de Polícia;
- af) Superintendente Leopoldo Lopes de Almeida Amaral, secretário-geral dos Serviços Sociais da PSP;
- ag) Subintendente André Jesus Gomes, comandante da Polícia Municipal de Lisboa.

3 de Janeiro de 2006. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

Comando de Polícia de Leiria

Despacho n.º 1029/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 60.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo e subdelegeo no oficial abaixo indicado, sem prejuízo de outras que lhe venham a ser cometidas por lei, as competências próprias e as delegadas nos termos do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), do director nacional da PSP, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005:

1) Subintendente Orlando Vieira Freire, 2.º comandante, em substituição do comando de Polícia de Leiria, competências para:

1.1) Autorizar o empréstimo, a troca e a venda de armas de caça;

1.2) Conceder licenças de detenção no domicílio para armas de caça e defesa;

1.3) Conceder autorizações para a compra e emprego de produtos explosivos e para lançamento de fogo de artifício;

1.4) Decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça aos indivíduos residentes na área do distrito de Leiria.

2 — Pelo exposto no número anterior e em conformidade com o disposto no artigo 40.º, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, revogo o meu despacho n.º 20 280/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2005.

3 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito das competências referidas no n.º 1 até à publicação do presente despacho.

2 de Janeiro de 2006. — O Comandante, *Diamantino da Cruz Jordão*, subintendente.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 228/2006 (2.ª série). — Considerando que a Polícia de Segurança Pública tem necessidade de proceder à aquisição de fardamento, nomeadamente calças, blusões, *dolmans*, calções para motociclista, bivaques e saias, em tecido *terylene* azul, para o pessoal com funções policiais, de acordo com o plano de necessidades e de modo a garantir que a reposição de *stocks* se processe em tempo útil, por um período de dois anos;

Considerando que as despesas daí decorrentes darão lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, excedendo o limite previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, o seguinte:

1.º É autorizada a abertura, pela Polícia de Segurança Pública, de procedimento para aquisição de fardamento, até ao montante de € 810 350, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2.º Os encargos orçamentais anuais não poderão exceder, em cada ano económico, os seguintes valores, acrescidos do IVA:

2006 — € 608 131;

2007 — € 202 219.

3.º O valor fixado para o ano económico de 2007 será acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4.º Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas a inscrever no orçamento do Ministério da Administração Interna, Polícia de Segurança Pública, para o ano de 2006 e por verbas a suportar pelo Fundo de Fardamento, criado pelo Decreto-Lei n.º 68/81, de 7 de Abril, assim discriminadas:

Em 2006:

€ 518 131 — a suportar pelo Fundo de Fardamento;

€ 90 000 — a inscrever no orçamento do Ministério da Administração Interna, Polícia de Segurança Pública.

Em 2007:

€ 202 219 — a suportar pelo Fundo de Fardamento.

30 de Dezembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Santos de Magalhães*.

Despacho conjunto n.º 43/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

O Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) dispõe de duas viaturas destinadas ao serviço dos seus subdirectores-gerais, sendo certo, porém, que dispõe de apenas um motorista para a respectiva condução. Onde, afigura-se que importa conceder aos referidos subdirectores-gerais autorização para conduzirem as referidas viaturas.

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 19 665/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, e pelo despacho n.º 10 493/2005 (2.ª série), de 24 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas ao STAPE aos funcionários licenciados Jorge Manuel Ferreira

Miguéis e Jorge Manuel Pereira da Silva, subdirectores-gerais do referido serviço.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público, e são autorizadas, individual e casuisticamente, pelo director-geral do STAPE.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca, para cada um dos autorizados, com o termo das funções em que se encontram investidos à data da autorização.

22 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 44/2006. — Considerando que Maria Olímpia Dourvens Bandeira, auxiliar de educação do quadro de pessoal da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, se encontrava na situação de licença sem vencimento de longa duração ao abrigo do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, desde 7 de Agosto de 1991;

Considerando que a mesma requereu junto do serviço de origem o regresso à actividade;

Considerando que, na sequência de reestruturação operada pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa concluiu pela não necessidade daquela funcionária:

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com a alínea d) do artigo 2.º e o artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina-se:

1 — A afectação à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) de Maria Olímpia Dourvens Bandeira, na seguinte situação jurídico-funcional:

Vínculo — nomeação definitiva;
Carreira/categoria — auxiliar de educação;
Escala/índice — 6/264.

2 — Enquanto se encontrar a aguardar colocação, mantém-se na situação de licença, sem direito a remuneração, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

30 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Despacho conjunto n.º 45/2006. — Pelo despacho conjunto n.º 1003/2003, de 17 de Setembro, foi afectada à Direcção-Geral da Administração Pública a funcionária Maria Madalena Alçada Rosa.

Considerando que, posteriormente, foi publicado o despacho conjunto n.º 3/2005, de 12 de Novembro de 2004, que revogou o mapa anexo ao referido despacho conjunto n.º 1003/2003 na parte relativa ao escalão e índice da funcionária;

Considerando, no entanto, que no despacho conjunto n.º 3/2005, de 12 de Novembro de 2004, foi incorrectamente indicada a data de produção de efeitos do despacho conjunto n.º 3/2005:

Assim determina-se:

1 — É revogado o n.º 3 do despacho conjunto n.º 3/2005, de 12 de Novembro de 2004.

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos desde 17 de Setembro de 2003.

30 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 448/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Nos termos dos artigos 62.º da lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, 35.º do Código do Procedimento Administrativo e 27.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, delego nos adjuntos do chefe de finanças as minhas competências próprias, tal como se indicam:

- 1.ª Secção, da Tributação do Rendimento e da Despesa — licenciado António da Cunha Antunes, técnico de administração tributária, nível 2;
- 2.ª Secção, da Tributação do Património — Antonino da Silva Fernandes Cantante, técnico de administração tributária, nível 1;
- 3.ª Secção, da Justiça Tributária — licenciado António Rodrigues Marques, técnico de administração tributária, nível 2;
- 4.ª Secção, de Tesouraria — licenciada Rosa Maria Antunes Alves, técnica de administração tributária, nível 2.

2 — Atribuição de competências — aos chefes das secções, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pelo chefe do Serviço de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhes atribuída pelo artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, que é assegurar, sob minha orientação e supervisão, o funcionamento das secções e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários, competirá:

2.1 — De carácter geral:

- a) Preferir despachos de mero expediente, incluindo os de distribuição de certidões;
- b) Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos, quer sejam legais quer sejam fixados pelas instâncias superiores, bem como tomar providências para que os cidadãos/contribuintes sejam atendidos quer em prontidão quer em qualidade;
- c) Assinar a correspondência expedida pela secção, com excepção da dirigida a entidades de nível superior ao do Serviço Local de Finanças, bem como dos ofícios/respostas aos tribunais, e ainda a dirigida a qualquer entidade/cidadão que envolva matéria reservada ou confidencial;
- d) Assinar os mandados de notificação, citação, quer pessoais quer por via postal, avaliação e ordens de serviço, controlando a sua execução;
- e) Informar e dar parecer sobre quaisquer pedidos, reclamações, recursos, petições e exposições em matéria tributária, incluindo pareceres, propostas e projectos de decisão para audição prévia, nos termos do artigo 60.º da lei geral tributária;
- f) Decidir os pedidos de pagamento de coimas com redução, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 29.º do Regime Geral das Infracções Tributárias;
- g) Proceder à notificação para pagamento das coimas, nos termos do n.º 5 do artigo 30.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, e ao levantamento de autos de notícia dentro dos limites da competência atribuída nos termos da alínea i) do artigo 59.º do mesmo diploma;
- h) A responsabilização pela organização e conservação do arquivo dos documentos respeitantes aos serviços adstritos à secção;
- i) Coordenar e controlar a execução do serviço mensal, bem como a elaboração de relações, mapas contabilísticos e outros, respeitantes ou relacionados com os serviços respectivos, de modo que seja assegurada a sua remessa atempada às entidades destinatárias;
- j) Controlar os documentos internos da cobrança da secção;
- k) Exercer a adequada acção formativa, devendo manter a ordem e disciplina na respectiva secção, e controlar a assiduidade, faltas e licenças dos respectivos funcionários;
- l) Cumprir e fazer cumprir a obrigatoriedade de guardar sigilo, conforme estabelecido no artigo 64.º da lei geral tributária;
- m) Controlar a execução e produção da sua secção, por forma que sejam alcançados os objectivos previstos no plano de actividades e outras determinações superiores;
- n) Tomar as providências adequadas à substituição de funcionários nos seus impedimentos e, bem assim, os reforços que se mostrarem necessários por aumentos anormais de serviço e ou campanhas, devendo ainda propor a rotação dos funcionários;
- o) Controlar o serviço informático e a sua regular actualização e funcionalidade com a utilização dos meios ao dispor;

2.2 — De carácter específico:

2.2.1 — No chefe da Secção da Tributação do Rendimento e da Despesa, licenciado António da Cunha Antunes:

- a) Coordenar e controlar todo o serviço relativo ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), designadamente praticando

todos os actos conducentes à arrecadação ou à revisão oficiosa da liquidação do imposto e à actualização e saneamento do cadastro dos sujeitos passivos;

- b) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao imposto sobre o rendimento — IRS/IRC —, designadamente a recepção, visualização, registo prévio, loteamento, recolha e análise das declarações de rendimento;
- c) Coordenar e controlar a recepção, o tratamento e o registo em cadastro das declarações de início, alterações ou cessação de actividade e da identificação fiscal das pessoas singulares;
- d) Controlar as reclamações e recursos hierárquicos apresentados pelos sujeitos passivos, após as notificações efectuadas, face à fixação/alteração do rendimento colectável, e promover a sua remessa célere à Direcção de Finanças;
- e) Instaurar os processos administrativos de liquidação de impostos, quando a competência for do Serviço de Finanças, com base nas declarações dos contribuintes ou oficiosamente, e praticar todos os actos a eles respeitantes;
- f) Coordenar e controlar todo o serviço referente ao depósito registo e detenção de acções e assinar os termos de abertura e encerramento dos respectivos livros;
- g) Praticar todos os actos respeitantes aos bens prescritos e abandonados a favor do Estado, nomeadamente a coordenação e o controlo de todo o serviço, o depósito dos valores abandonados e a elaboração das respectivas relações e mapas;
- h) Coordenar e controlar todo o serviço de entradas, correios e telecomunicações;
- i) Promover a conferência de toda a receita eventual;
- j) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao pessoal, designadamente promover a elaboração do plano de férias, faltas e licenças dos funcionários, pedidos de verificação domiciliária de doença e pedidos de apresentação a junta médica, exceptuando a justificação de faltas e a concessão ou autorização de férias;
- l) Promover a requisição e distribuição de edições, legislação e instruções e toda a organização e funcionalidade permanente da biblioteca;
- m) Promover o registo cadastral de material e a sua distribuição e correcta utilização.

2.2.2 — No chefe da Secção da Tributação do Património, Antonino da Silva Fernandes Cantante:

2.2.2.1 — Imposto municipal sobre imóveis:

- a) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao imposto municipal sobre imóveis, doravante designado por IMI;
- b) Orientar e decidir os processos de concessão e caducidade de benefícios fiscais e os restantes processos administrativos, designadamente reclamações, nos termos do artigo 130.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, promovendo todos os procedimentos e actos necessários para o efeito, incluindo a decisão;
- c) Controlar a recepção e recolha informática das declarações modelo n.º 1 do IMI;
- d) A conferência dos processos de isenção do IMI e fiscalização das isenções concedidas, assinando os termos e actos que lhes digam respeito;
- e) Promover a extracção de cópias para avaliação de bens imóveis omissos ou inscritos sem valor patrimonial, assim como a apresentação da respectiva declaração modelo n.º 1 do IMI, quando necessárias, para os fins consignados no n.º 3 do artigo 13.º do Código do IMI;
- f) A consulta dos processos avaliados e a determinação do envio da notificação aos interessados, em resultado do processo de avaliação, incluindo segundas avaliações;
- g) Controlar e fiscalizar o serviço de informatização de matrizes, designadamente as alterações e inscrições matriciais;
- h) Controlar e fiscalizar os elementos recebidos de outras entidades, como câmaras municipais, notários, serviços de finanças, etc.;
- i) Fiscalizar e controlar as liquidações dos anos anteriores;
- j) Controlar todo o serviço de informática deste imposto.

2.2.2.2 — Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, doravante designado por IMT:

- a) Controlar a recepção e o processamento informático da declaração modelo n.º 1, assim como o respectivo pagamento;
- b) Instruir e informar, quando necessário, os pedidos de isenção de IMT;
- c) Controlar e fiscalizar todas as isenções reconhecidas, nomeadamente as referidas no artigo 11.º, para efeitos de caducidade;
- d) Promover a liquidação adicional do imposto nos termos do artigo 31.º, sempre que necessário.

2.2.2.3 — Imposto do selo — imposto sobre as transmissões gratuitas de bens:

- a) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com este imposto;
- b) Assinar todos os documentos necessários à instrução e conclusão dos processos de liquidação, incluindo requisições de serviço à fiscalização, e conferir os cálculos efectuados nos mesmos;
- c) Apreçar e decidir sobre os pedidos de prorrogação de prazo para apresentação da relação de bens;
- d) Fiscalizar e controlar todo o serviço, designadamente as relações de óbitos, verbetes de usufrutuários, relações dos notários, extracção de verbetes e respectivos averbamentos matriciais;
- e) Despacho de junção aos processos de documentos com eles relacionados.

2.2.2.4 — Outros:

- a) Mandar autuar os processos de avaliações nos termos da lei do inquilinato e do artigo 36.º do Regime do Arrendamento Urbano (RAU) e praticar todos os actos a eles respeitantes;
- b) Instaurar os processos administrativos, de liquidação de impostos, quando a competência é do Serviço de Finanças, com base nas declarações dos contribuintes ou oficiosamente, na falta ou vício destas, e praticar todos os actos a eles respeitantes.

2.2.3 — No chefe da Secção da Justiça Tributária, licenciado António Rodrigues Marques:

- a) Assinar despachos de autuação e registo de processos de reclamação graciosa, promover a instrução dos mesmos, praticando todos os actos com eles respeitantes ou com eles relacionados, com vista à sua preparação para decisão superior;
- b) Proferir proposta de decisão, devidamente fundamentada, nos processos de reclamação graciosa que, por força de delegação de competências, devam ser por mim decididos;
- c) Praticar todos os actos necessários à instrução dos processos de impugnação (administrativos), oposição, embargos de terceiro, reclamação de créditos, anulação de venda, acção e apoio judiciário, com vista à sua remessa aos órgãos jurisdicionais competentes;
- d) Mandar autuar e registar os processos de contra-ordenação fiscal, dirigir a instrução e investigação dos mesmos e praticar todos os actos a eles respeitantes ou com eles relacionados, incluindo a execução das decisões neles proferidas, com excepção da aplicação de coimas e o afastamento excepcional das mesmas;
- e) Mandar autuar os autos de apreensão de mercadorias em circulação, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho;
- f) Proferir os despachos para instrução dos processos de execução fiscal e praticar todos os actos a eles respeitantes ou com eles relacionados, incluindo a coordenação e controlo de todo o serviço, com excepção de declaração em falhas de processos de valor superior a € 3750, declarar extinta a execução e ordenar o levantamento das penhoras nos casos em que haja bens penhorados sujeitos a registo, conhecer oficiosamente a prescrição de dívidas exequendas de valor não superior a € 3750, praticar os actos formais da venda de bens, quer na modalidade judicial quer extrajudicial, previstas no Código de Processo Civil, incluindo a designação do dia para a venda dos bens penhorados e abertura das propostas em carta fechada;
- g) Coordenar e controlar todo o serviço externo a realizar por funcionários na área de justiça tributária;
- h) Controlar as restituições e pagamentos das aplicações centrais;
- i) Promover a requisição de impressos a sua organização permanente.

2.2.4 — Na chefe da Secção da Tesouraria, licenciada Rosa Maria Antunes Alves:

- a) Praticar todos os actos respeitantes a pedidos de dísticos especiais e isenção do imposto municipal sobre veículos e circulação e camionagem e coordenar e controlar todo o serviço respeitante a estes impostos ou com ele relacionados.

Tendo em atenção o conteúdo doutrinal do conceito de delegação de competências, o delegante conserva, nomeadamente, os seguintes poderes:

- Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa de resolução de assunto que entender conveniente, sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;
- Modificação ou revogação dos actos praticados pelos delegados.

3 — Produção de efeitos — a presente delegação produz efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

4 — Menção desta delegação — em todos os actos praticados no exercício da presente delegação de competências, o delegado deverá fazer a menção expressa dessa competência delegada utilizando a expressão «Por delegação do Chefe do Serviço, o Adjunto» ou outra equivalente, seguida da identificação do *Diário da República* em que o presente despacho é publicado.

É minha substituta legal, em todos os meus impedimentos, a chefe da Secção da Tesouraria, licenciada Rosa Maria Antunes Alves.

6 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças da Figueira da Foz 2, *José Carlos Duarte da Silva*.

Aviso (extracto) n.º 449/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego nos adjuntos deste Serviço de Finanças as delegações que me foram delegadas e subdelegadas pelo director de Finanças de Lisboa pelo despacho (extracto) n.º 23 508/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 16 de Novembro de 2005:

1.1 — No adjunto Armando Almeida Monteiro, que chefia a Secção da Tributação do Património, autorizar a rectificação dos conhecimentos de sisa, quando da mesma não resulte liquidação adicional;

1.2 — No adjunto Carlos Francisco da Trindade Duarte Ferreira, que chefia a Secção da Tributação do Rendimento e Despesa, proceder à apreciação dos pedidos de reembolso do IVA apresentados por pequenos retalhistas, compreendidos na subsecção II da secção IV do Código do IVA;

1.3 — Na adjunta Isabel Maria Pereira de Castro, que chefia a Secção de Cobrança, apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

2 — Produção de efeitos — o presente despacho produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos e despachos entretanto proferidos sobre matérias objecto da presente subdelegação.

14 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Lisboa 3, *Henrique Fernandes*.

Aviso n.º 450/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Novembro de 2005 do director-geral dos Impostos, na sequência da execução do acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 21 de Novembro de 2004, a funcionária Eugénia Maria Rodrigues Teodoro, aprovada no processo de progressão para o nível 2 do grau 4 das categorias de inspector tributário e de técnico de administração tributária aberto por aviso divulgado em 11 de Janeiro de 2002, transita para o nível 2 da categoria de inspector tributário, com efeitos a 9 de Janeiro de 2004.

30 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 52/2006. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 11 495/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 19 de Dezembro de 2005, a p. 17 541, rectifica-se que onde se lê «Florbel Maria Teixeira Sampaio, assistente administrativa [...] com efeitos a 1 de Janeiro de 2006» deve ler-se «Florbel Maria Teixeira Sampaio, assistente administrativa [...] com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006».

5 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 1030/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do director-geral do Tesouro, no uso de competência própria:

Licenciadas Maria do Carmo de Campos Pinto Basto e Ana Teresa Malha Fragoso, especialistas de informática do grau 1, nível 3, da carreira de especialista de informática do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro — nomeadas definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação da declaração de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, especialistas de informática do grau 2, nível 1, escalão 2, índice 640, da mesma carreira e quadro de pessoal, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *José Castel-Branco*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 229/2006 (2.ª série). — Considerando que a Marinha tem necessidade de promover a aquisição de serviços de manutenção do *software* e prestação de serviços de engenharia de sistemas no âmbito dos sistemas integrados de controlo de comunicações (SICC) dos navios da Marinha e do Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação da Escola de Tecnologias Navais (ETNA);

Considerando que, para satisfazer tal desiderato, a Marinha tem necessidade de realizar um procedimento por ajuste directo à firma EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S. A., dele decorrendo a celebração de um contrato que dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico;

Nestes termos e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º É autorizado o conselho administrativo da Direcção de Navios a iniciar o procedimento relativo à celebração de um contrato de aquisição de serviços com vista à manutenção do *software* e prestação de serviços de engenharia de sistemas no âmbito dos sistemas integrados de controlo de comunicações (SICC) dos navios da Marinha e do Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação da ETNA, até ao montante global de € 1 250 000, a que acresce IVA à taxa em vigor.

2.º Os encargos resultantes do contrato não poderão, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias, acrescidas de IVA à taxa em vigor:

2006 — € 455 000;

2007 — € 370 000;

2008 — € 425 000.

3.º As importâncias fixadas para 2007 e 2008 serão acrescidas dos saldos que se apurarem na execução orçamental dos anos anteriores.

4.º Os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verba adequada do orçamento de defesa nacional, Marinha, a inscrever em 2006, 2007 e 2008, pelos montantes correspondentes na C. E. 02.02.19, cap. 03, div. 04, subdiv. 02.

5.º A orçamentação das despesas em cada ano será precedida pela apresentação de programas anuais de execução, elaborados de acordo com as normas definidas pelo Ministério das Finanças, através da Direcção-Geral do Orçamento.

4 de Janeiro de 2006. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 46/2006. — O Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, revogou o Decreto Regulamentar n.º 3/88, de 22 de Janeiro, remetendo para despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde a fixação das remunerações dos membros dos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo, em função do nível e da lotação de cada hospital.

Desde então, nunca foi proferido o referido despacho conjunto, tendo a Inspeção-Geral da Saúde detectado a existência de várias situações irregulares em diversos estabelecimentos hospitalares do sector público administrativo.

Importa, agora, proceder à regularização desta situação, devendo, no entanto, ser tida em conta a actual situação das finanças públicas do País, bem como a prevista transformação dos hospitais em entidades públicas empresariais e a revisão em curso do Estatuto do Gestor Público.

Assim, reconhece-se ser mais adequado adoptar a equiparação dos hospitais a empresas públicas que, para este efeito, foi estabelecida anteriormente à vigência do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, sem prejuízo das actualizações que se considera dever introduzir em função da complexidade de gestão de alguns hospitais e das actividades por eles desenvolvidas, designadamente quanto aos hospitais universitários.

Acresce, ainda, a necessidade de ser estabelecida a remuneração dos membros da direcção técnica, uma vez que estes, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Setembro, integram, por inerência, os conselhos de administração dos hospitais. A determinação desta remuneração tem de atender ao facto de se tratar dos mais elevados cargos dirigentes da estrutura hospitalar,

a cujo exercício acresce a responsabilidade de integração do conselho de administração. Por outro lado, estabelecendo o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003 que os membros da direcção técnica não podem ser remunerados por valor inferior àquele a que têm direito em virtude da respectiva categoria e escalão, deve entender-se que, no caso de o respectivo titular beneficiar do regime de dedicação exclusiva, o exercício do cargo de membro da direcção técnica não pode ser acumulado com actividades exteriores ao hospital.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, os Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde determinam o seguinte:

1 — Até à aprovação de novas regras decorrentes da revisão do Estatuto do Gestor Público, para efeitos de determinação das remunerações dos presidentes e membros executivos dos respectivos conselhos de administração, os estabelecimentos hospitalares integrados no sector público administrativo são equiparados a empresas públicas nos termos da tabela anexa ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

2 — São equiparados a empresas públicas do grupo A, em atenção à respectiva dimensão, todos os hospitais centrais com lotação igual ou superior a 500 camas e os demais hospitais centrais ou distritais com elevada diferenciação técnica, associada à existência, ao nível do internamento, de várias valências altamente diferenciadas e elevada quantidade e qualidade de recursos humanos afectos à prestação de cuidados de saúde, desde que a sua lotação não seja inferior a 450 camas.

3 — São equiparados a empresas públicas do grupo B todos os hospitais centrais especializados com lotação inferior a 500 camas, bem como os demais hospitais com lotação inferior a 500 camas e igual ou superior a 200 que não reúnam as condições previstas na parte final do número anterior.

4 — São equiparados a empresas públicas do grupo C os hospitais distritais e os hospitais do nível 1 com uma lotação inferior a 200 camas.

5 — Em cada grupo, os hospitais são classificados por níveis, em função da complexidade da respectiva gestão, resultante da ponderação de vários factores, designadamente da respectiva dimensão e população abrangida, do nível de diferenciação ou complexidade das valências existentes no internamento, da actividade assistencial e dos demais aspectos relacionados com as condições financeiras ou orçamentais, quantidade e grau de especialização dos recursos humanos e, quando existente, a actividade nas áreas do ensino, formação médica e investigação.

6 — Face ao disposto no número anterior, é atribuído o nível 1 aos hospitais do grupo A com lotação superior a 1000 camas e que desenvolvam actividade no âmbito do ensino superior e da investigação, sendo atribuído aos demais hospitais o nível 3.

7 — Aos membros da direcção técnica dos estabelecimentos hospitalares do sector público administrativo, atendendo à responsabilidade das suas funções e ao facto de, por inerência, integrarem o conselho de administração, são atribuídas a remuneração e as despesas de representação estabelecidas para os vogais de empresa pública, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto.

8 — O presente despacho aplica-se a todos os membros dos conselhos de administração dos hospitais do sector público administrativo nomeados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto.

28 de Dezembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde.

ANEXO

Hospital	Grupo	Nível
Hospitais da Universidade de Coimbra	A	1
Hospital de Santa Maria	A	1
Hospital de São João	A	1
Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central)	A	1
Centro Hospitalar de Coimbra	A	3
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia	A	3
Hospital de Curry Cabral	A	3
Hospital de D. Estefânia	A	3
Hospital de São Marcos, Braga	A	3
Hospital Distrital de Faro	A	3
Hospital de Júlio de Matos	A	3
Hospital de Miguel Bombarda	A	3
Hospital de Sobral Cid	A	3
Centro Hospitalar das Caldas da Rainha	B	3
Centro Hospitalar de Cascais	B	3

Hospital	Grupo	Nível
Centro Hospitalar de Torres Vedras	B	3
Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco	B	3
Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia	B	3
Hospital do Espírito Santo — Évora	B	3
Hospital de Magalhães Lemos	B	3
Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão	B	3
Hospital de Reynaldo Santos, Vila Franca de Xira ...	B	3
Hospital de Sousa Martins, Guarda	B	3
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa	B	3
Maternidade de Júlio Dinis	B	3
Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais	B	3
Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde	B	3
Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes	B	3
Hospital de Joaquim Urbano	B	3
Hospital Distrital de Chaves	B	3
Hospital Distrital de Lamego	B	3
Hospital Doutor José Maria Grande — Portalegre ...	B	3
Hospital Psiquiátrico do Lôrvão	B	3
Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto	B	3
Hospital Conde de São Bento — Santo Tirso	C	3
Hospital de Santa Luzia de Elvas	C	3
Hospital de São José de Fafe	C	3
Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis	C	3
Hospital Distrital de Águeda	C	3
Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros	C	3
Hospital Distrital de Mirandela	C	3
Hospital Distrital de São João da Madeira	C	3
Hospital Distrital do Montijo	C	3
Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar	C	3
Hospital do Litoral Alentejano	C	3
Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo	C	3
Hospital do Visconde de Salreu, Estarreja	C	3
Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede	C	3
Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira ...	C	3
Hospital de Cândido de Figueiredo, Tondela	C	3
Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche ...	C	3
Hospital Distrital de Pombal	C	3
Hospital de José Luciano de Castro, Anadia	C	3
Hospital de Nossa Senhora da Ajuda — Espinho	C	3
Hospital de Nossa Senhora da Assunção — Seia	C	3

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 230/2006 (2.ª série). — Tornando-se necessário definir o regime de admissão, frequência, avaliação, classificação e aproveitamento escolar dos alunos do curso de formação de faroleiros auxiliares ministrado na Escola da Autoridade Marítima, bem como fixar a respectiva estrutura curricular;

Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 264/97, de 2 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 19.º do Estatuto da Escola da Autoridade Marítima, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/99, de 29 de Março:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 397/2005, de 10 de Maio, do Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º É aprovado o Regulamento Escolar do Curso de Formação de Faroleiros Auxiliares constante do anexo I da presente portaria, da qual faz parte integrante.

2.º É aprovada a estrutura curricular do curso de formação de faroleiros auxiliares constante do anexo II da presente portaria, da qual faz parte integrante.

3.º O desenvolvimento da estrutura curricular e os conteúdos programáticos das disciplinas que a integram são aprovados por despacho do director-geral da Autoridade Marítima, sob proposta conjunta do director da Escola da Autoridade Marítima e do director de Faróis.

4.º Os conteúdos programáticos e o desenvolvimentos dos programas devem ter em conta não só as exigências da interdisciplinaridade e da organização modular da formação, mas também as necessidades de coordenação entre a formação geral e a formação técnico-profissional dos faroleiros.

4 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

ANEXO I

Regulamento Escolar do Curso de Formação de Faroleiros Auxiliares

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece as regras de funcionamento do curso de formação de faroleiros auxiliares (CFFA) ministrado na Escola de Autoridade Marítima (EAM), pelo Núcleo de Formação de Faroleiros (NFF).

Artigo 2.º

Vertentes de formação

1 — O CFFA compreende as seguintes vertentes de formação:

- a) Geral;
- b) Técnico-profissional;
- c) Complementar.

2 — As vertentes de formação distribuem-se por duas fases:

- a) Fase I — formação técnica elementar — tem a duração de quatro semanas e é constituída por um módulo de Introdução à Electricidade e Electrónica, complementado por formação elementar de regulamentos militares;
- b) Fase II — formação técnico-profissional — tem a duração de 15 semanas e inclui, para além da formação nas áreas da actividade dos faroleiros, a frequência de estágios e acções de formação complementar e visitas de estudo.

Artigo 3.º

Estrutura curricular

1 — A estrutura curricular compreende dois tipos de disciplinas:

- a) Disciplinas críticas;
- b) Disciplinas não críticas.

2 — Entende-se por crítica a disciplina em que a qualificação de *Apto* depende da obtenção pelo aluno de uma classificação mínima de 10 valores.

3 — As disciplinas críticas são as seguintes:

- a) Electricidade e Electrónica;
- b) Ajudas à Navegação;
- c) Balizagem;
- d) Tecnologias e Motores.

4 — Entendem-se por não críticas as restantes disciplinas que constituem a estrutura curricular e integram a formação geral e complementar do faroleiro.

Artigo 4.º

Admissão ao curso

A admissão à frequência do CFFA depende de aprovação em concurso e faz-se por ordem decrescente das classificações obtidas, até ao preenchimento do número de vagas existentes e das que vierem a verificar-se durante um período determinado em todo o território nacional.

Artigo 5.º

Concurso

1 — O concurso é aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, devendo ainda ser publicado num órgão de imprensa de expansão nacional um anúncio contendo apenas referência ao *Diário da República* em que foi publicado, bem como aos locais onde existe informação disponível.

2 — O aviso de abertura deve indicar os requisitos de admissão ao concurso e as provas de selecção dos candidatos.

Artigo 6.º

Requisitos de admissão e provas de selecção

Os requisitos de admissão e as provas de selecção são definidos pelo director-geral de Autoridade Marítima, ouvidos o director da EAM e o director de Faróis.

Artigo 7.º

Graduação dos alunos

Os alunos do CFFA têm a categoria de faroleiros auxiliares.

Artigo 8.º

Frequência do curso

É obrigatória a frequência de todas as aulas e actividades compreendidas na formação.

Artigo 9.º

Interrupção do curso

1 — O curso pode ser interrompido nos seguintes casos:

- a) A pedido do aluno, mediante autorização do director da EAM;
- b) Quando, devido a faltas justificadas que, seguidas ou interpoladas, ultrapassem 10 % dos dias úteis do curso, o conselho pedagógico concluir que o aluno não tem possibilidades de vir a obter aproveitamento.

2 — Nos casos de interrupção previstos no número anterior, o aluno pode ser admitido à frequência do curso seguinte, desde que o requeira ao director da EAM e mediante parecer favorável do conselho pedagógico, com dispensa das provas de selecção, salvo da inspecção médica.

Artigo 10.º

Desistência do curso

1 — O aluno do CFFA pode desistir da frequência do curso, mediante declaração escrita entregue ao coordenador do curso e dirigida ao director da EAM.

2 — O aluno desistente está obrigado à devolução dos artigos e materiais escolares que lhe tenham sido distribuídos.

Artigo 11.º

Exclusão do curso

1 — É excluído do curso o aluno que totalize um número de faltas igual a 15 % dos dias úteis do curso.

2 — A percentagem referida no número anterior pode ser aumentada para 20 % pelo director da EAM, ouvido o conselho pedagógico, por proposta do director do NFF.

3 — O aluno é, ainda, excluído quando:

- a) Na fase I, obtenha uma média final inferior a 10 valores;
- b) Na fase II, obtenha numa disciplina crítica média foral inferior a 10 valores;
- c) Na fase II, obtenha média final de todas as disciplinas inferior a 10 valores.

Artigo 12.º

Elementos de avaliação

1 — Durante o curso, a avaliação é formativa e contínua em todas as disciplinas que integram a estrutura curricular.

2 — Como suportes de avaliação, devem ser efectuados, com a periodicidade adequada, testes ou provas escritas para todas as disciplinas das diferentes fases da formação.

Artigo 13.º

Classificação final

1 — A classificação final do curso, assim como de cada disciplina, é expressa numa escala de 0 a 20 valores, aproximada às centésimas.

2 — As classificações finais obtidas em cada disciplina são atribuídos coeficientes proporcionais ao número de tempos gastos no treino correspondente às matérias e à importância destas relativamente aos objectivos.

3 — A classificação final da disciplina de Electricidade e Electrónica é a resultante da média da soma da classificação obtida nesta disciplina com a obtida na disciplina de Electricidade frequentada na fase I, com o peso equivalente a um teste escrito.

4 — A classificação final do CFFA é a resultante da média ponderada, aproximada às centésimas, das classificações finais obtidas nas disciplinas da fase II, após aplicação dos coeficientes a que se refere o n.º 2.

ANEXO II

Disciplinas	Carga horária			Coeficiente
	Teóricas	Práticas	Total	
Fase I				
Formação técnica elementar				
Electricidade (EL1)	70	26	96	
Regulamentos (RG)	12		12	
Educação Física (EF)		8	8	
Fase II				
Formação técnico-profissional				
Electricidade e Electrónica (EL2)	100	70	170	4
Tecnologia Mecânica e Motores (TM)	40	40	80	3
Ajudas à Navegação (AN)	30	6	36	2
Marinharia e Manobra de embarcações (MAR)	30	30	60	1
Balizagem (BAL)	10	14	24	1
Manutenção e Reparações (MR)	10	16	26	1
Logística (LOG)	20		20	1
Organização (ORG)	8		8	
Formação complementar				
Educação Física (AEF)	30		30	
Primeiros Socorros (PS)	7		7	
Módulo Segurança (ELA — duração: sete dias)			42	
Estágio Meteorologia (IM — duração: uma semana)			30	
Totais	352	190	452	

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho n.º 1031/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

Maria Helena da Silva Relvas, técnica de administração tributária, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, do Ministério das Finanças e da Administração Pública — requisitada para prestar serviço na Direcção-Geral de Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa Nacional, com efeitos a 14 de Dezembro de 2005, sendo ao abrigo do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designada para desempenhar funções de secretariado no meu Gabinete, com efeitos à mesma data.

2 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Clarinda Mendes de Sousa*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 1032/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do Ministro da Defesa Nacional:

MAJ/TINF (033256-K) António Manuel Pita Gundar — nomeado, precedendo anuência do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, para prestar serviço na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, em comissão normal de serviço, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, com efeitos a partir de 27 de Setembro de 2005.

Este oficial substitui o TCOR/TINF Marcial Manuel Mendes Fernandes que cessou funções em 11 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-coronel.

Louvor n.º 24/2006. — Louvo a chefe de secção Maria da Conceição Granelas Martins Batista da Fonseca que prestou serviço ao Estado durante cerca de 37 anos, relevando os cerca de 15 anos em que se encontrou afectada ao quadro da DGPDN.

Na área do controlo orçamental, pelo seu gradativo nível de exigência do ponto de vista técnico, cumpre-me salientar a competência e a atenção permanentemente dispensadas, circunstância essa que permitiu uma gestão anual criteriosa e segura dos meios financeiros alocados à DGPDN. Cumpre, igualmente, reconhecer o exercício das suas funções de chefia, realizadas de forma rigorosa, eficiente e eficaz.

Igualmente na área dos recursos humanos, sempre revelou notável sensibilidade e capacidade para promover um bom relacionamento interpessoal, acompanhado por uma preocupação constante de aperfeiçoamento de métodos e processos de execução do trabalho.

As suas qualidades humanas, a competência, o assinalável espírito de serviço e a dedicação à causa pública, aliadas ao profundo conhecimento dos processos com que lidou, muito contribuíram para o bom funcionamento desta Direcção-Geral.

Pelo vasto conjunto de qualidades e méritos evidenciados, no momento da sua passagem à aposentação, é de plena justiça prestar-lhe público louvor pelo brio na carreira de funcionária pública, que cumpre destacar.

20 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

MARINHA

Direcção-Geral da Autoridade Marítima

Instituto de Socorros a Náufragos

Aviso n.º 451/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do vice-almirante director-geral da Autoridade Marítima:

Maria Helena Pereira Afonso Romão e Carlos Manuel Barragão Maquias Costa, assistentes administrativos principais do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos — nomeados definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas, ficando exonerados do lugar que ocupam a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2006. — O Director, *António Manuel da Cruz Tavares Meyrelles*, CMG.

Aviso n.º 452/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do vice-almirante director-geral da Autoridade Marítima:

Maria da Assunção Neto Cristo Saraiva, Elizabete Neves Reis Dias, Paulo Jorge Torres Ramos e Rosa Maria de Sousa, assistentes administrativos principais do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos — nomeados definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas, ficando exone-

rados do lugar que ocupam a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2006. — O Director, *António Manuel da Cruz Tavares Meyrelles*, CMG.

Aviso n.º 453/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do vice-almirante director-geral da Autoridade Marítima:

José Manuel Marques da Silva, motorista de embarcação de salva-vidas do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos — nomeado definitivamente, precedendo concurso, motorista principal de embarcação de salva-vidas, ficando exonerado do lugar que ocupa a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2006. — O Director, *António Manuel da Cruz Tavares Meyrelles*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Recrutamento

Despacho n.º 1033/2006 (2.ª série). — *Concurso de admissão de voluntários para a prestação de serviço militar em regime de contrato na categoria de oficial.* — 1 — Nos termos estabelecidos na Lei do Serviço Militar e respectivo Regulamento e no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, faz-se público que, autorizado por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do major-general director de Recrutamento do Exército, proferido por subdelegação do tenente-general AGE, por delegação de competência do Chefe do Estado-Maior do Exército, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso para a admissão de cidadãos voluntários para a prestação de serviço militar em regime de contrato, na categoria de oficial, visando o preenchimento do total de 47 vagas, distribuídas pelas seguintes áreas funcionais:

AF01 — Infantaria mecanizada motorizada — 10:

Armas pesadas/morteiro — 3;
Atirador — 5;
Armas pesadas/armas anti-carro — 2;

AF02 — Infantaria ligeira — 15:

Pára-quedistas — 5;
Comandos — 5;
Operações especiais — 5;

AF03 — Artilharia de campanha — 2:

Campanha e direcção de tiro — 2;

AF04 — Artilharia antiaérea — 3:

Antiaérea — 2;
Sistema de radar — 1;

AF05 — Cavalaria — 2:

Carros de combate — 2;

AF10 — Transmissões — 6:

Transmissões — 4;
Programador — 2;

AF22 — Administração militar — 4:

Administração e finanças — 4;

AF25 — Superior de apoio — 5:

Germânicas — 2;
Românicas — 2;
Sociologia — 1.

2 — Podem concorrer os cidadãos que satisfaçam os requisitos gerais de admissão e se comprometam a prestar serviço no Exército por um período mínimo de dois anos.

3 — Prazo de validade — o presente concurso visa exclusivamente o provimento das vagas existentes e caduca com o seu preenchimento.

4 — Local de prestação de serviço — unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, designadamente em Lisboa, para a

AF25 — Superior de apoio, e em Santa Margarida, Mafra, Vila Real, Chaves, Abrantes, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Viseu, Lisboa, Tancos, Lamego, Vendas Novas, Tomar e Évora, para as restantes áreas funcionais.

5 — Remuneração e condições de prestação de serviço — a remuneração base é a correspondente ao escalão e índice previstos para a categoria, de acordo com a Portaria n.º 42-A/2005, de 17 de Janeiro, aplicando-se igualmente o disposto no Regulamento de Incentivos (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio).

6 — Requisitos gerais de admissão:

- Ter nacionalidade portuguesa;
- Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho das funções em concurso, correspondentes, no mínimo, a licenciatura ou habilitação equivalente;
- Ter idade igual ou inferior a 27 anos na data do termo do prazo de candidatura;
- Possuir aptidão psicofísica adequada;
- Ter bom comportamento moral e cívico;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Não ter sido condenado criminalmente em pena de prisão efectiva;
- Ter a altura mínima de 1,60 m (sexo masculino) e de 1,56 m (sexo feminino).

7 — Métodos de selecção — nos critérios de selecção serão considerados os seguintes factores:

a) Verificação documental — tem por finalidade verificar a conformidade da candidatura com os requisitos exigidos para a admissão, bem como os documentos entregues para o concurso;

b) Prova de aptidão física (PAF):

1) Tem por finalidade verificar as capacidades motoras e a robustez necessárias para a frequência do curso e compõe-se dos seguintes exercícios:

a) Extensões de braços no solo:

Candidatos masculinos — número mínimo de repetições — 28;
Candidatos femininos — número mínimo de repetições — 14;

b) Abdominais em um minuto:

Candidatos masculinos — número mínimo de repetições — 33;
Candidatos femininos — número mínimo de repetições — 28;

c) Corrida de doze minutos (Cooper):

Candidatos masculinos — mínimo — 2300 m;
Candidatos femininos — mínimo — 2100 m;

d) Transposição de muro (60 cm de altura);

e) Passagem de pórtico (4 m de altura);

2) Considerar-se-ão excluídos os candidatos que não cumpram os mínimos exigidos em cada um dos exercícios;

c) Prova de aptidão psicológica (PAP) — tem por finalidade avaliar as capacidades e as características da personalidade dos candidatos, visando determinar a sua adequação ao perfil de oficial (RC);

d) Prova médica de selecção (PMS) — destina-se a confirmar a inexistência de qualquer doença ou deficiência física susceptível de impossibilitar a frequência do curso;

e) Entrevista individual (EI) — visa avaliar, numa relação inter-pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões pessoais dos candidatos para a função, utilizando a seguinte fórmula classificativa: *Favorável preferencialmente, Favorável, Com reservas*;

f) Avaliação curricular (AC) — visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

7.1 — Os métodos de selecção, com excepção da entrevista individual e da avaliação curricular, são eliminatórios de per si.

8 — Classificação e ordenação dos candidatos — o ordenamento final resultará da classificação obtida, por ordem decrescente, calculada até às milésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (PAF + PAP + PMS + AC) / 4 + EI$$

em que:

CF = classificação final;

PAF = prova de aptidão física;

PAP = prova de aptidão psicológica;
 PMS = prova médica de selecção;
 AC = avaliação curricular (média final de curso);
 EI = entrevista individual.

9 — A convocação dos candidatos para as provas é feita por carta de onde constarão o dia, a hora e o local das mesmas e outras indicações consideradas necessárias.

10 — Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para a realização das provas são da responsabilidade do Exército.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento elaborado nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (Código do Procedimento Administrativo), dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército, nele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e número de telefone);
- b) Habilitações académicas;
- c) Habilitações profissionais;
- d) Identificação do concurso/área(s) funcional(ais) aos quais a candidatura se dirige;
- e) Quaisquer outros elementos considerados relevantes para a apreciação do mérito do candidato ou que possam constituir motivo de preferência legal.

12 — Documentos que devem acompanhar o requerimento:

- a) Formulário de candidatura, disponível em: <http://www.exercito.pt> (campo concursos);
- b) Fotocópia simples do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia simples do cartão de contribuinte;
- d) Certificado autêntico, autenticado ou fotocópia simples das habilitações literárias exigidas, conforme o previsto no n.º 6, alínea b), deste aviso de abertura, sem prejuízo da possibilidade de exigência da posterior exibição de original ou documento autenticado para conferência;
- e) Certificado do registo criminal actualizado;
- f) Microrradiografia ou raio x ao tórax tirado nos 60 dias anteriores à data de encerramento do concurso;
- g) Fotocópia da cédula militar (as candidatas femininas não recenseadas deverão efectuar o respectivo recenseamento militar junto dos centros de recrutamento ou gabinetes de atendimento);
- h) Outros documentos comprovativos das habilitações literárias ou técnico-profissionais, nomeadamente no domínio de línguas estrangeiras (facultativo).

13 — Em tudo o que não estiver previsto no presente aviso é aplicado o constante da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar), e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar).

14 — Entrega de documentos — os processos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos por correio, registado, com aviso de recepção (desde que expedidos até ao termo do prazo de candidatura), para a Direcção de Recrutamento, Largo da Graça, 1170-165 Lisboa.

15 — Serão excluídos do concurso os candidatos que não efectuem a entrega da totalidade dos documentos até ao final do prazo do presente concurso.

16 — Os candidatos admitidos serão incorporados com o posto de soldado-cadete, frequentarão o curso de formação de oficiais durante um período de cinco semanas, após o que serão graduados em aspirante a oficial, nas seguintes datas e para as respectivas áreas funcionais:

AF02 — Infantaria ligeira/pára-quedistas — 26 de Abril de 2006;
 AF02 — Infantaria ligeira/operações especiais — 17 de Julho de 2006;
 AF02 — Infantaria ligeira/comandos — 24 de Julho de 2006;
 Restantes áreas funcionais/contingente normal — 5 de Junho de 2006.

17 — Composição do júri:

Presidente — Director da Direcção de Recrutamento.
 Vogais efectivos:

Chefe da Repartição de Recrutamento.
 Chefe da Repartição de Estudos, Planeamento e Orçamento.

Vogais suplentes:

Adjunto da Repartição de Recrutamento.
 Adjunto da Repartição de Estudos, Planeamento e Orçamento.

18 — A lista de classificação final será divulgada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regime geral de recrutamento e selecção de pessoal — concursos), e poderá ser consultada na Direcção de Recrutamento.

19 — Os interessados poderão obter os esclarecimentos que necessitarem através de:

Linha Verde do Exército — 800201274;

Site — recrutamento@mail.exercito.pt;

Centros de recrutamento e gabinetes de atendimento:

Braga — Rua de Bernardo Sequeira, 247, 4700-358 Braga (telefone: 253262697);

Bragança — Rua de Abílio Beça, 16, 5300-011 Bragança (telefone: 273328378);

Castelo Branco — Largo de Santo António, 6000-289 Castelo Branco (telefone: 272341429);

Chaves — Avenida dos Bombeiros Voluntários, 5400-121 Chaves (telefone: 276348279);

Coimbra — Largo de Santana, 3000-360 Coimbra (telefone: 239406752);

Évora — Largo de São Domingos, 7000-519 Évora (telefone: 266702469);

Faro — Rua de Vasco da Gama, 56, 8004-007 Faro (telefone: 289822293);

Funchal — Rua da Carreira, 155, apartado 228, 9001-903 Funchal (telefone: 291222124);

Lisboa — Avenida de Berna, 26, rés-do-chão e 1.º, 1050-041 Lisboa (telefone: 217952789);

Ponta Delgada — Campo Militar de São Gonçalo, 0504-537 Ponta Delgada (telefone: 296653000);

Porto — Avenida de França, 235, 5.º, 4050-278 Porto (telefone: 228319683);

Vila Real — Avenida do 1.º de Maio, 5000-651 Vila Real (telefone: 259322973);

Viseu — Rua Direita, 3504-503 Viseu (telefone: 232431285).

4 de Janeiro de 2006. — O Director, *Hugo Eugénio dos Reis Borges*, MGEN.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 1034/2006 (2.ª série). — No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, n.º 1, 14.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 264/DSJ, de 8 de Novembro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública e atribuo carácter urgente à expropriação das três parcelas de terreno identificadas no mapa e assinaladas nas plantas anexos ao presente despacho, que dele fazem parte integrante, necessários à construção dos interceptores de Silvalde e Beire, do subsistema da barrinha de Esmoriz, infra-estrutura integrada no sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro, a desenvolver no município de Santa Maria da Feira, a favor da Sociedade SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.

Autorizo ainda que, durante a execução dos trabalhos de construção, sejam ocupadas temporariamente as faixas marginais das parcelas de terreno abrangidas pela presente expropriação, nos termos do artigo 18.º do Código das Expropriações, numa largura variável em função das necessidades decorrentes do projecto aprovado.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da sociedade SIMRIA, S. A.

22 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

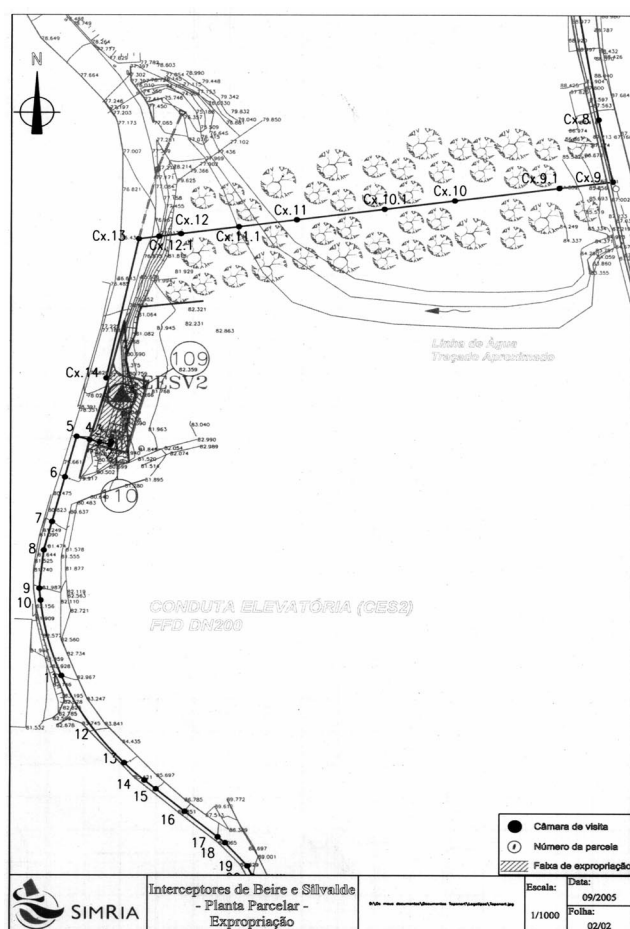
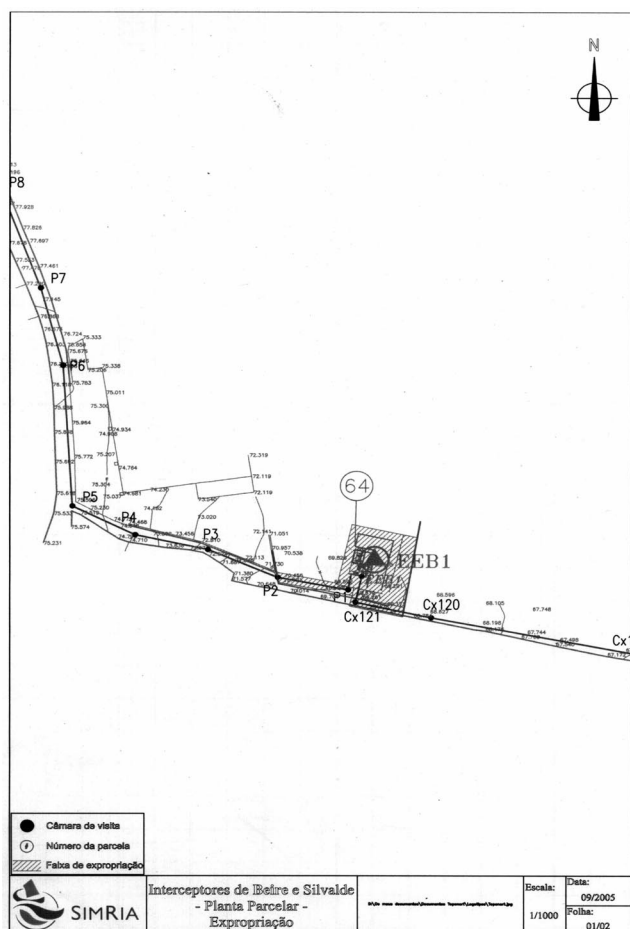
Mapa de elementos identificativos das parcelas a expropriar

Sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro

Subsistema da barrinha de Esmoriz

Interceptores de Silvalde e Beire

Número da parcela	Nomes e moradas dos proprietários	Identificação do prédio				Natureza das parcelas	Áreas (metros quadrados) e quantidades
		Matriz/freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio		
		Rústica	Urbana				
64	Manuel António Rodrigues Oliveira, Rua da Aldeia, 71, 4535-279 Paços de Brandão.	795, Rio Meão.		–	Norte: o próprio. Sul: parte restante. Nascente: Maria da Luz Monteiro de Oliveira Marques. Poente: M. Oliveira, L. ^{da}	REN/RAN. Benfeitorias.	405 Vg
108	José Manuel Couto Dias Pinto, Rua de Eugénio de Castro, 34, habitação 173, 4100-225 Porto. Maria de Fátima Couto Dias Pinto . . .	496, São Paio de Oleiros.		–	Norte: caminho. Sul: Rua do Monte. Nascente: Rua do Monte. Poente: Rua do Tujal.	Área de construção preferente. Benfeitorias.	47 Vg
109	Arnaldo Barbosa Alves de Sousa, Travessa das Condominhas, 132, 3.º, esquerdo, Lordelo do Ouro, 4150-255 Porto.	506, São Paio de Oleiros.		–	Norte: caminho e Manuel Joaquim Sousa. Sul: Manuel Pinto Barbosa Júnior. Nascente: Manuel Pinto Barbosa Júnior e Rua do Tujal. Ponte: caminho.	Área de construção preferente. Benfeitorias.	204 Vg



Despacho n.º 1035/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., no âmbito da implantação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, executar o projecto de saneamento de Fornelos-Tuisendes (1.ª fase), no concelho de Santa Marta de Penaguião, utilizando para o efeito 6292 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Santa Marta de Penaguião, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/97, de 11 de Junho.

O subsistema de saneamento de Fornelos-Tuisendes contempla uma ETAR, estação elevatória e respectiva conduta elevatória, com uma extensão total de 223 m, e seis emissários gravíticos (dos quais apenas três se construirão nesta 1.ª fase), com uma extensão total de 7524 m.

A ETAR localiza-se no concelho de Santa Marta de Penaguião, sendo que o local de implantação da mesma, com uma área total de 1039 m², se localizará na margem esquerda do rio Aguihão, 250 m a jusante da praia fluvial (junto à porta da Arcadela).

O subsistema servirá as freguesias de Fornelos, Louredo e Torgueda, as quais reencaminharão os efluentes para a ETAR prevista no presente projecto.

Considerando as justificações apresentadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando a área total da Reserva Ecológica Nacional a afectar, com incidência quase exclusiva em áreas com risco de erosão;

Considerando que, de uma forma geral, a longo prazo, esta obra provocará mais benefícios que prejuízos, potencializando as funcionalidades dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional envolvidos, principalmente os leitos de cursos de água e as áreas de máxima infiltração;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pelo Instituto da Conservação da Natureza no que concerne à ocupação de áreas integradas na Rede Natura 2000 (sítio Alvão-Marão);

Considerando o parecer favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola de Trás-os-Montes relativamente à utilização não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela Divisão Sub-Regional de Vila Real, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, relativamente à utilização do domínio hídrico;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal do Concelho de Santa Marta de Penaguião, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/95, de 21 de Março, não obsta à concretização do projecto;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas nele descritas e das medidas de minimização enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.;

Considerando as medidas minimizadoras enunciadas pela Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., a aplicar na fase de construção, tendo em conta a sensibilidade e a vulnerabilidade dos sistemas da Reserva Ecológica Nacional a afectar, bem como as características da obra, na fase de construção a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., deverá dar ainda cumprimento às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e do Instituto da Conservação da Natureza, designadamente:

- Proceder ao afastamento de todo o conjunto da ETAR no sentido poente, de modo a ser possível o afastamento da vedação do limite com o rio Aguihão e assim permitir garantir o desimpedimento para a salvaguarda do trânsito marginal de um corredor com pelo menos 5 m de largura ao longo do rio;
- Implantar um muro marginal de suporte de terras e de protecção ao local de implantação da ETAR, bem como a implantação de uma cortina arbórea de espécies autóctones;
- Instalar um sistema gerador de emergência na ETAR;

Obter, por parte da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., autorização formal dos proprietários marginais para a intervenção dentro dos limites das suas propriedades, especialmente quando estas se verificarem em faixas marginais de serventia das linhas de água;

A responsabilização, por parte da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., pela integridade de muros de suporte de terras, canais de rega ou de drenagem e, de um modo geral, de todas as utilizações que venham a ser interceptadas pelos emissários, a funcionalidade e a estabilidade das linhas de água intervenionadas e, nos casos de transposição previstos, não prejudicar nunca a respectiva secção de vazão;

A redução ao mínimo indispensável do abate de vegetação ripícola de porte arbóreo;

A confinção ao mínimo necessário da área de intervenção para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos desen-

volver-se paralelamente à implantação das tubagens, numa faixa de aproximadamente 5 m;

A realização dos pontos de atravessamento e movimento de maquinaria sempre pelos mesmos locais, perpendicularmente ao traçado dos emissários, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

Encaminhar todos os resíduos para depósitos adequados fora da Reserva Ecológica Nacional;

Interditar a queima de resíduos ou entulhos a céu aberto;

Realizar as operações de manutenção dos equipamentos em locais próprios, de modo a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

Restringir o tempo de trabalho ao mínimo indispensável;

Proceder à limpeza e à renaturalização das áreas afectadas, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem, após a conclusão dos trabalhos.

Desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e a consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional.

Assim, determino, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, que seja reconhecido o interesse público da execução do projecto de saneamento de Fornelos-Tuisendes (1.ª fase), no concelho de Santa Marta de Penaguião, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de o proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

28 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 1036/2006 (2.ª série). — 1 — Considerando que importa assegurar a coordenação do Gabinete de Apoio Técnico de Abrantes, por forma a garantir a regular prossecução das atribuições e competências que lhe estão cometidas, designo, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a arquitecta Maria Eugénia Pina Eleutério Dias Ferreira, assessora principal do quadro de pessoal dos Gabinetes de Apoio Técnico da ex-CCRLVT, como coordenadora daquele Gabinete.

2 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º, 37.º, 38.º e 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delegeo na arquitecta Maria Eugénia Pina Eleutério Dias Ferreira as seguintes competências:

- a) Assinar a correspondência necessária à instrução dos processos da unidade orgânica que passa a coordenar;
- b) Autorizar deslocações em serviço em território nacional dos funcionários da respectiva unidade orgânica.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

30 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Aviso n.º 454/2006 (2.ª série). — Concurso interno de acesso misto para provimento de dois lugares na categoria de engenheiro civil de 1.ª classe da carreira de engenheiro civil (carreira de dotação global) do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, desta Direcção-Geral. — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do subdirector-geral de 16 de Dezembro de 2005, por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação

do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto, para provimento de dois lugares na categoria de engenheiro civil de 1.ª classe da carreira de engenheiro civil (carreira de dotação global) do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 1027/93, de 14 de Outubro (mapa anexo II).

1.1 — O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Lugares a prover (quotas) — aos dois lugares vagos existentes no quadro de pessoal será fixada a seguinte quota, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Um lugar a preencher por funcionário do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte;

Um lugar a preencher por funcionário pertencente a outro quadro de pessoal.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o provimento dos lugares em referência, caducando logo que se verifique o seu provimento.

4 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pelas disposições legais constantes dos Decretos-Lei n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 175/98, de 2 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do Código do Procedimento Administrativo.

5 — Área funcional — engenharia civil.

6 — Conteúdo funcional — constituem funções dos lugares a prover conceber, adaptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos e desenvolvendo projectos, emitindo pareceres e participando em reuniões, comissões e grupos de trabalho com vista a preparar a tomada de decisão superior sobre as actividades da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, atribuídas aos serviços mencionados no n.º 2, alínea c), do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 29/93, de 16 de Setembro, aplicando conhecimentos específicos de concursos de empreitadas de obras públicas nacionais ou internacionais e em matérias relativas ao património arquitectónico classificado, nomeadamente nas intervenções de recuperação, reabilitação e adaptação de imóveis classificados ou não.

7 — Local de trabalho — Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte, sita na Rua de Santa Catarina, 264, no Porto.

8 — Vencimento e condições de trabalho — o vencimento é o previsto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e demais legislação complementar. As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

9 — Condições de admissão — podem ser admitidos ao concurso os candidatos que satisfaçam, até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas, os seguintes requisitos:

9.1 — Requisitos gerais de admissão — são requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

9.2 — Requisitos especiais — poderão candidatar-se ao concurso os engenheiros civis de 2.ª classe que reúnam os requisitos enunciados na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, assim como os que reúnam o requisito referido no n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — Prazo — 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

10.2 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento elaborado em papel branco, de formato A4, com indicação do concurso a que se candidatam e ser dirigido ao director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entregue pessoalmente na Direcção de Serviços de Administração e dos Recursos Humanos, sita na Praça do Comércio, ala oriental, 2.º, 1149-005 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao último dia do prazo de entrega das candidaturas.

10.3 — Os requerimentos deverão conter os seguintes elementos, devidamente actualizados:

- a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- b) Indicação das habilitações literárias, categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- c) Declaração, sob compromisso de honra, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de que reúne os requisitos gerais para admissão ao concurso e o provimento em funções públicas constantes do artigo 29.º do referido decreto-lei.

A falta da declaração referida na alínea c) determina a exclusão do concurso.

10.4 — O requerimento dos candidatos deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Currículo profissional detalhado e devidamente assinado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação finalizadas (cursos, seminários, indicando a respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras);
- b) Documentos comprovativos da formação profissional;
- c) Declaração passada pelo serviço a que o candidato se encontre vinculado, donde conste a categoria que detém e antiguidade na mesma, bem como na carreira e na função pública, e natureza do vínculo;
- d) Declaração do serviço, devidamente autenticada, onde conste a descrição das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa, bem como o período a que as mesmas se reportam;
- e) Fotocópias das classificações de serviço reportadas aos últimos três anos.
- f) Fotocópia do bilhete de identidade;
- g) Comprovativo das habilitações literárias.

10.5 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10.6 — É dispensada a apresentação da documentação indicada no n.º 10.4, alíneas c), e), f) e g), aos funcionários desta Direcção-Geral, se a mesma se encontrar nos respectivos processos individuais.

11 — Métodos de selecção a utilizar:

11.1 — Nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar serão a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

11.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise dos respectivos currículos profissionais, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

A habilitação académica de base — onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

A formação profissional — em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;

A experiência profissional — em que se ponderarão o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

A classificação de serviço poderá, se o júri assim o entender, ser considerada como factor de apreciação na avaliação curricular.

11.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

11.4 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

11.5 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas nos métodos de selecção utilizados.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão divulgadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — Composição do júri:

Presidente — Engenheira civil assessora principal Maria Angelina Lobo Fontes Xavier.
Vogais efectivos:

Engenheira mecânica assessora principal Maria Susana da Silva Ferreira Gonçalves Maldonado.
Engenheiro civil principal Duarte Pereira Vieira.

Vogais suplentes:

Engenheira civil de 1.ª classe Maria Cecília Vítor da Cruz Oliveira Lobo.
Chefe de divisão Maria de Fátima Beleza Bastos.

16 — Substituição do presidente — o vogal efectivo mencionado em primeiro lugar substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

29 de Dezembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *António José Correia Abrantes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Nacional de Engenharia,
Tecnologia e Inovação, I. P.

Aviso n.º 455/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do INETI de 30 de Dezembro de 2005:

Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins, directora de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de gestão corrente — aceite a seu pedido a cessação de funções, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Amadeu Silvestre*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Aviso n.º 456/2006 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto Regulamentar n.º 80/2004, de 10 de Abril, e da Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, são desclassificadas como árvores de interesse público os seguintes exemplares:

Distrito de Évora:

Quercus suber L. árvore vulgarmente conhecida por sobreiro, existente na Avenida do Engenheiro Arantes de Oliveira, junto à Quinta da Malagueira, freguesia da Malagueira, concelho de Évora. Esta desclassificação resulta do facto de este exemplar estar praticamente seco, pondo em perigo a segurança de pessoas e bens.

Distrito de Santarém:

Magnolia grandiflora L. árvore vulgarmente conhecida por magnólia-sempreverde, existente junto à sede da Junta de Freguesia do Olival, concelho de Ourém. Esta desclassificação resulta do facto de este exemplar ter sido podado de tal forma que perdeu as características que tinham levado à classificação de árvores de interesse público.

30 de Dezembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Zita Costa*.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho n.º 1037/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

Maria Rosa Teixeira Pinto, auxiliar de limpeza, da carreira de auxiliar de limpeza, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — reclassificada na categoria de telefonista, da carreira de telefonista, do mesmo quadro, com efeitos a partir de 27 de Dezembro de 2005, dia seguinte à data em que completou o período probatório de seis meses, em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 1, índice 133. A funcionária fica exonerada do lugar que vinha ocu-

pando com efeitos à mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Rectificação n.º 53/2006. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2006, o despacho referente à reclassificação da técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior Paula Maria Bragança Tecedeiro, rectifica-se que onde se lê «ficando posicionada no escalão 1, índice 295» deve ler-se «ficando posicionada no escalão 1, índice 400».

3 de Janeiro de 2006. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho (extracto) n.º 1038/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2005:

José Manuel Madeira Neto, engenheiro técnico agrário de 1.ª classe, da carreira de engenheiro técnico agrário — concedida licença sem vencimento por um ano, por interesse público, com início a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Instituto Nacional de Investigação
Agrária e das Pescas, I. P.

Despacho (extracto) n.º 1039/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2005:

Carla Maria Feio Pires, estagiária de investigação do ex-IPIMAR — contratada por contrato administrativo de provimento como assistente de investigação deste Instituto, com efeitos desde 25 de Outubro de 2002, ficando sem efeito a publicação efectuada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 9 de Março de 2005, no que se refere à interessada.

29 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Empis*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 1040/2006 (2.ª série). — Considerando que a linha do Norte, com cerca de 335 km de extensão, está inserida na principal eixo ferroviário do País, Braga-Faro, sendo o troço mais importante desta espinha dorsal da malha ferroviária portuguesa, pois nele confluem as linhas mais importantes do sistema ferroviário nacional e que alguns dos troços da linha do Norte estão muito próximos dos seus limites de saturação, impondo-se, pois, a sua modernização de modo a conferir-lhe não só uma maior capacidade de oferta como uma substancial melhoria na segurança, qualidade, fiabilidade e competitividade, com a consequente racionalização de custos;

Considerando que, através dos despachos n.ºs 971/2004 (2.ª série), de 28 de Novembro de 2003, e 8779/2004 (2.ª série), de 31 de Março, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 12, de 15 de Janeiro de 2004, e 103, de 3 de Maio de 2004, respectivamente, foi declarada a utilidade pública, com carácter urgente, da expropriação de determinados bens imóveis e dos direitos a eles inerentes, considerados necessários à modernização da via, e passagens desniveladas no sub-troço Azambuja-Vale de Santarém;

Havendo agora necessidade de rever e rectificar o projecto de via entre os quilómetros 50,000 e 66,000, bem como o projecto de restabelecimento n.º 3 da passagem superior ao quilómetro 54,123, pelo que se torna imprescindível a aquisição de novas parcelas, assim como a rectificação e a dispensa de outras;

Considerando o exposto, e sendo a realização das referidas obras de manifesto interesse público, nos termos e ao abrigo da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005;

A requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., considerando que para a continuação da realização das referidas obras é indispensável a expropriação de terrenos para além dos limites do domínio público ferroviário, nos termos e ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 14.º e 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e tendo em vista a continuação dos trabalhos, determino o seguinte:

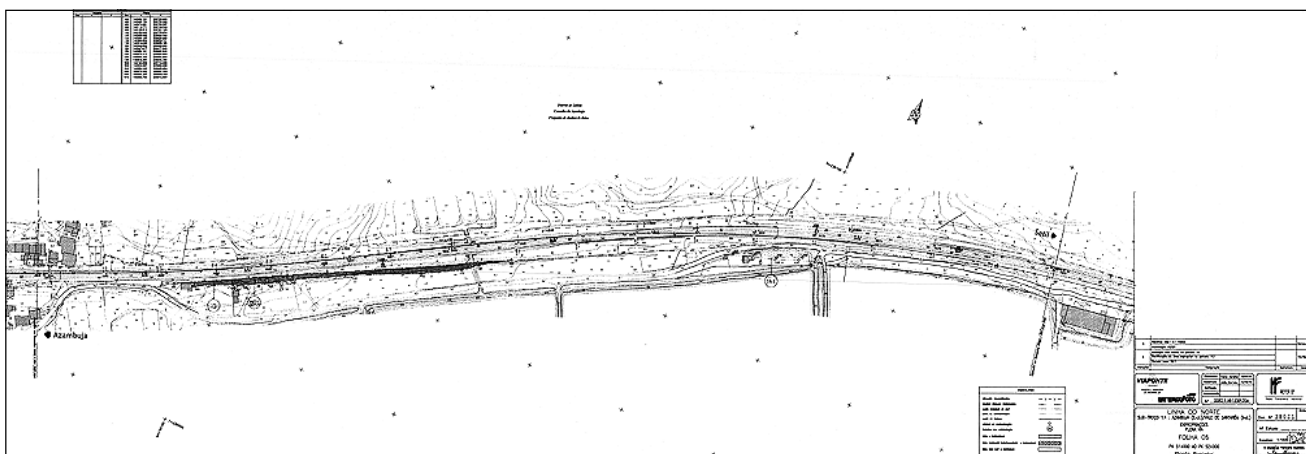
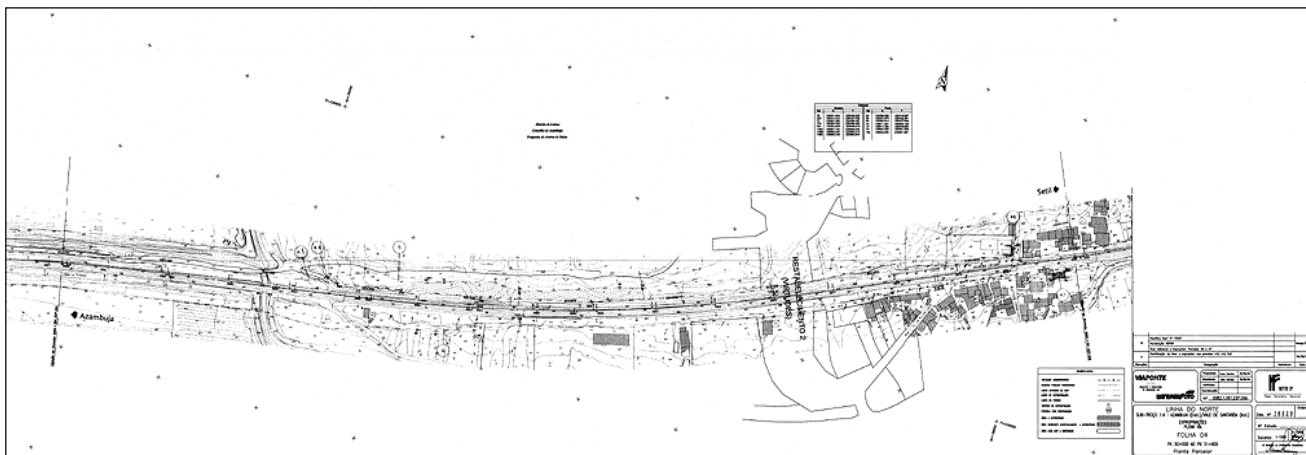
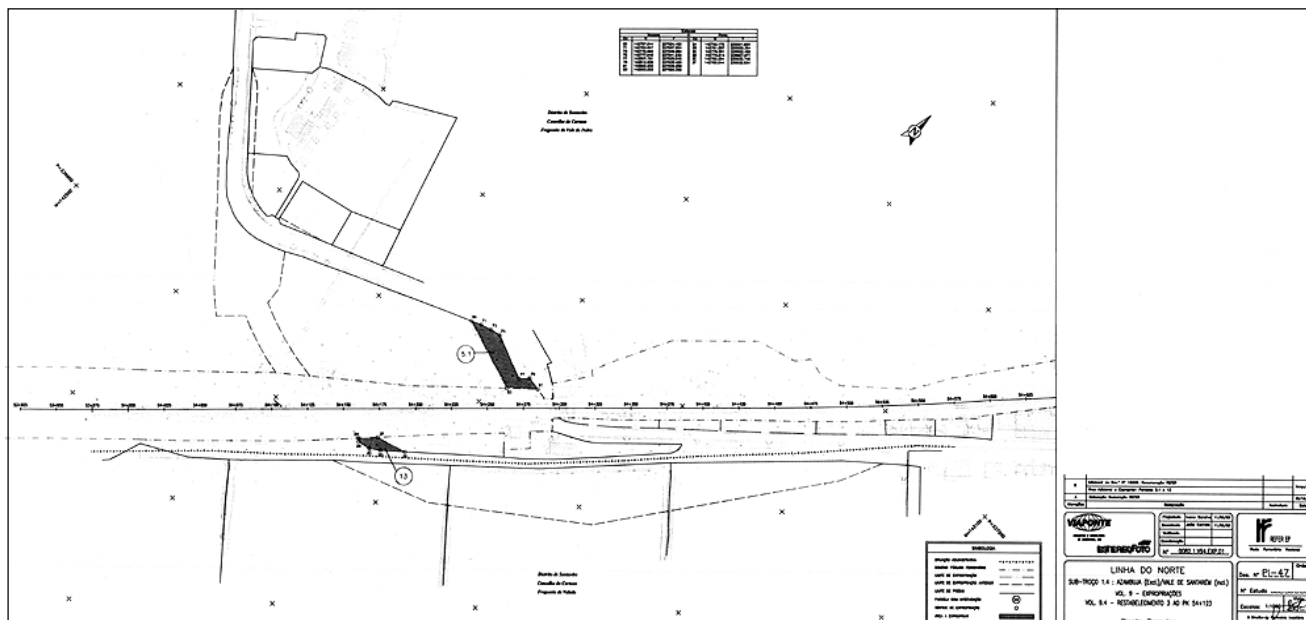
1 — A declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, constantes nos desenhos n.ºs 16 020 a 16 023 (património imobiliário), PI-31 a

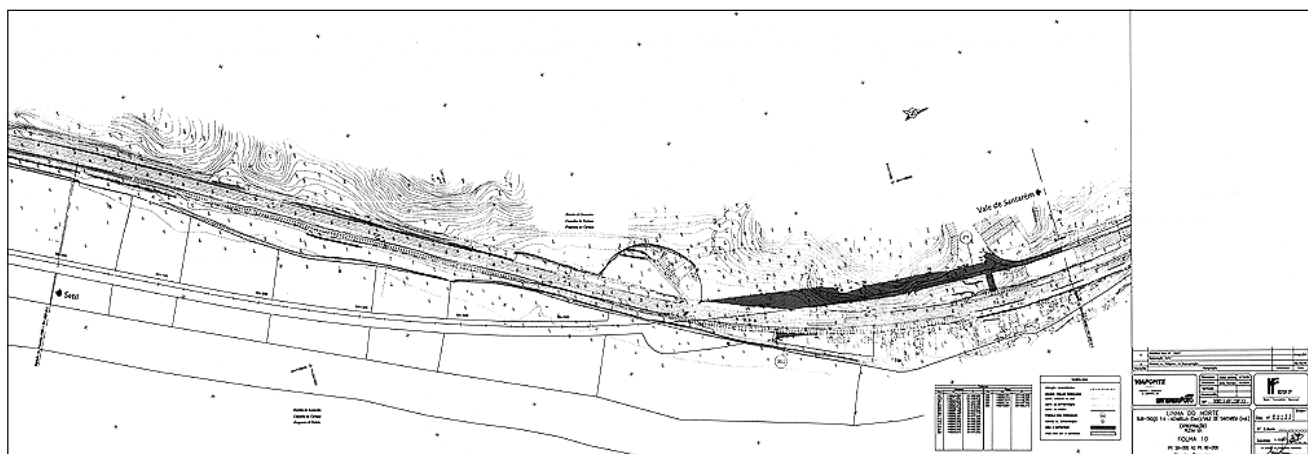
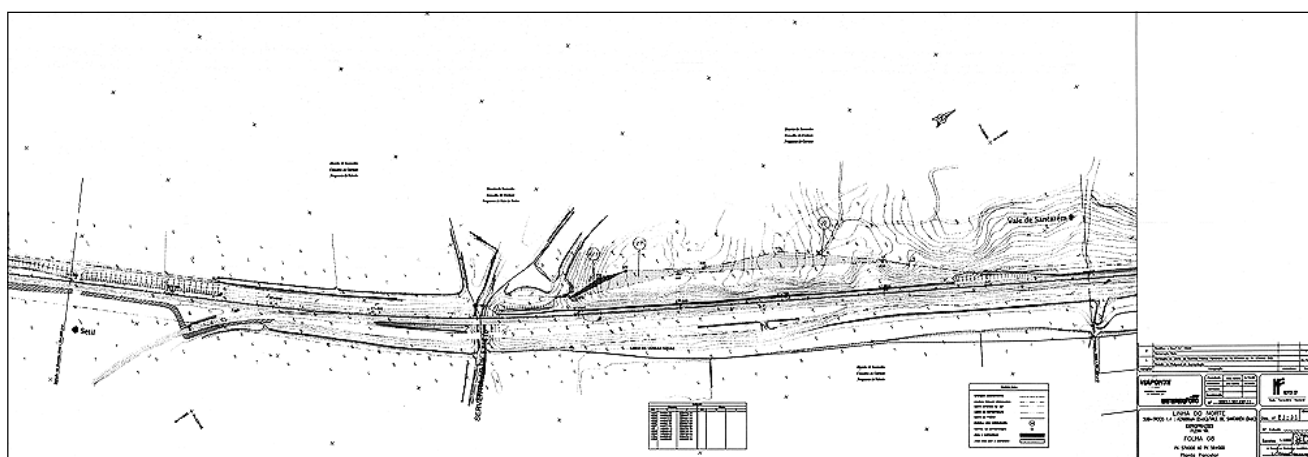
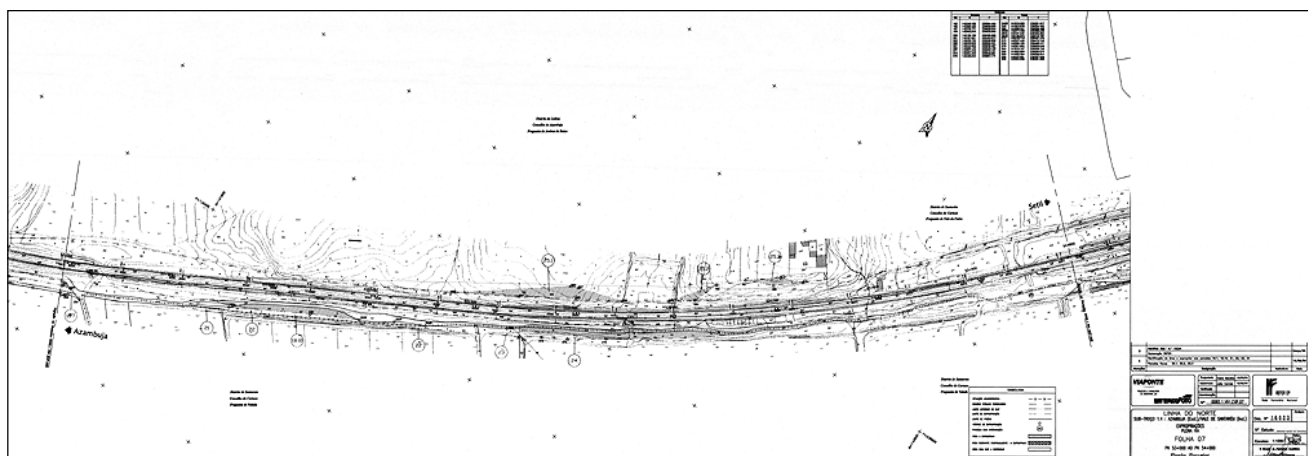
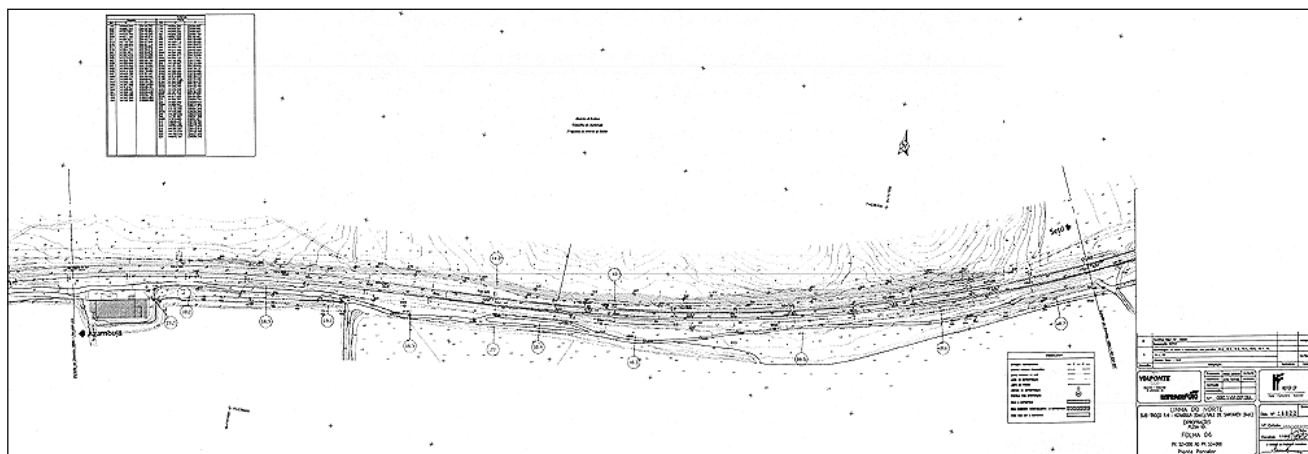
PI-36 e PI-47, e respectivos mapas de identificação e áreas, que se publicam em anexo, considerando-se alterados nas partes correspondentes aos anteriores desenhos n.ºs 15 221 a 15 225, 15 227 e 15 228.

2 — Autorizar a REFER, E. P., a tomar posse administrativa dos mesmos bens, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do citado Código.

3 — Os encargos com as expropriações são da responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

14 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.







Mapa de áreas

Linha do Norte

Subtroço 1.4 — Azambuja (excl.)-Vale de Santarém (incl.)

Plena via

Distrito: Lisboa.
Concelho: Azambuja.
Freguesia: Aveiras de Baixo.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
16 020	4.5	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Omisso		0		23	
16 020	4.6	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Omisso		0		34	
16 020	5	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Palheiro do Pinto, Estrada n.º 3, apartado 477, 2000-096 Santarém.	1 Sec. O3	00259/150589	2 556		903	
16 020	6	Engrácia de Jesus Prudêncio, Rua de 13 de Maio, 10, 2050-040 Virtudes	19 Sec. O3		0		76	
16 020	46	Leonor Maria Correia de Sá, Avenida de 5 de Outubro, 158, 9.º, 1050-062 Lisboa . . .	Rústico, 24 Sec. O3	00887/300503	15			
16 020	47	Isidro Rodrigues Ferreira, Rua dos Combatentes, 10, Aveiras de Baixo, 2050-040 Virtudes.	Urbano, 283		68			
16 021	15	Maria Madalena dos Santos Ferreira Tavares e Carlos Manuel Mendes Tavares, Urbanização das Virtudes, lote 11, 2.º, direito, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo. Graciete de Almeida Alves Ferreira, Rua do Olival, Foros de Benfica, 2080-400 Benfica do Ribatejo. Francisco Lopes, Mário Jorge Almeida Lopes e José Luís Almeida Lopes, Rua de Silva Wallace, 8, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo. Regina Maria Almeida Lopes Malaquias e marido e Ana Cristina Almeida Lopes, Urbanização da Infesta, lote 54, rés-do-chão, direito, 2560-375 Torres Vedras. Lucília Maria Almeida Lopes Cartaxo e marido, Quinta do Alforo, 2050 Azambuja Gertrudes Almeida Soares Ferreira Lourenço, Rua de 13 de Maio, 6, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo. José Camilo Guerra Ferreira, Bairro da Liberdade, 83, 2050 Azambuja Emília Maria Conceição Ferreira Mouchão e marido e Maria Felisbela Guerra Ferreira, Rua dos Campinos, 6 e 8, 2050-329 Azambuja. Vera Lúcia da Conceição Ferreira Tristão, Urbanização das Virtudes, lote 16, 2.º, esquerdo, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo.	4 Sec. U	2121	192			

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
		Vítor Manuel Almeida Lopes Ferreira e mulher e António José Lopes Alves Ferreira, Bairro Nascente do Cabo, lote D-2, 2.º, esquerdo, 2625 Vialonga. Diamantino Lopes Alves Ferreira, Carnota, Alenquer, 2580 Carnota Ludovina Lopes de Almeida Alves Ferreira Santos e marido, Rua das Parreiras, 7, Santa Clara, 3040-266 Coimbra. Ivone dos Santos Quaresma, Rua dos Combates, 7, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo. Rogério Duarte dos Santos Ferreira e Clarinda Maria Antunes Pinheiro, Rua dos Geados, 2125-148 Marinhais. Maria Domitília dos Santos Ferreira Marques e Carlos Manuel Ferreira Marques, Estrada Nacional n.º 367, 322, 1.º, esquerdo, 2125-121 Marinhais. Maria Cristina dos Santos Ferreira Leppers e Luca Leppers, Urbanização das Virtudes, lote 8, 2.º, direito, Virtudes, 2050-040 Aveiras de Baixo.						
16 021	15/1	Jacinta Maria Rebelo Alexandre e Luís Miguel Cartaxana Alexandre, Rua da Ponderosa, 2070-726 Vale da Pedra.	4 Sec. U	00531/240495	1 332			
16 021	16.1	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	6 Sec. U	00412/041093	598		207	
16 022	14.2	Carlos Manuel Lopes Rodrigues, Quinta da Cerca, 2050-040 Virtudes	1 Sec. P3		1 864			
16 022	18.2	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	611		708	
16 022	18.3	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	513		2 270	
16 022	18.4	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	0		388	
16 022	18.5	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	0		302	
16 022	18.6	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	0		973	
16 022, 16 023	18.7	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	491		714	

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
16 023	18.10	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	2 Sec. T	00410/041093	658		590	
16 022	40	João Jorge Ribeiro da Costa, Rua de José Ribeiro da Costa, 42, 2070-099 Cartaxo	1 Sec. R1		4 415			
16 022	20	Fernando José Deyrieux Centeno, Rua do General Silva Freire, 12, 2.º, esquerdo, 1800-210 Lisboa. Ana Maria Deyrieux Paixão Magalhães, Rua de Agostinho de Campos, 4, 2.º, direito, 1300-005 Lisboa.	3 Sec. T	00265/190689			707	
16 023	25.1	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.ª, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	1 Sec. S	00244/221062	1 050			
16 023	25.2	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.ª, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	1 Sec. S	00244/221062	267			
16 023	25.3	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.ª, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	1 Sec. S	00244/221062	221			

Distrito: Santarém.
Concelho: Cartaxo.
Freguesia: Valada.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
16 023	21	Joana Abade Santiago, Rua de Aura Abranches, 5, 4.º, E, Valada do Ribatejo, 1500-066 Lisboa.	1 Sec. O3		0		91	
16 023	22	Teresa Maria Salgueiro Bello Santos Soares Machado, Rua do Dr. Lourenço Peixinho, 169-B, 6.º, direito, 3800-043 Aveiro.	20 Sec. AA		0		591	
16 023	23	Isaías Toscano Vieira, Rua dos Valentes, 17, 2070-3514 Casais da Lapa	3 Sec. AA		0		277	
16 023	24	AGROSEBER, S. A., Rua de Norberto Oliveira, 1 a 5, Edifícios Seber, 2620-111 Póvoa de Santo Adrião.	4 Sec. AA		1 049		312	

Plena via (excepto viad. Sant. Cart.)

Distrito: Santarém.
Concelho: Cartaxo.
Freguesia: Cartaxo.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
PI-31	27	Sociedade Agrícola da Aramenha, L. ^{da} , Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo	Rústico, 1 Sec. AB4	010008/220	2 621			
PI-31	27.1	Sociedade Agrícola da Aramenha, L. ^{da} , Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo	Rústico, 1 Sec. AB4	010008/220	207			
PI-33	29	Sociedade Agrícola da Aramenha, L. ^{da} , Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo	Rústico, 1 Sec. AB2	010008/220	4 641		718	
PI-32	30.1	Carlos Alberto Rosa de Almeida Palmeira, Rua de Batalhoz, 12, 2070-071 Cartaxo	Rústico, 2 Sec. AB-2		107			

Freguesia: Vila Chã de Ourique.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
PI-33	48	Câmara Municipal do Cartaxo, Praça de 15 de Dezembro, 2070-050 Cartaxo	Rústico		1 317			
PI-33	34	António Joaquim Ferreira Martins, Rua Nobre, 23, Alto do Nobre, 2500-593 Nadadouro.	Rústico, 19 Sec. AL		1 896		327	
PI-33	34.1	António Joaquim Ferreira Martins, Rua Nobre, 23, Alto do Nobre, 2500-593 Nadadouro.	Rústico, 19 Sec. AL		104			
PI-34	38.1	Manuel Domingos Fernandes, Casais Vidigão, 2005-129 Abitureiras	Rústico, 6 Sec. AD 1		11			
PI-34	39.1	Quatro Âncoras — Invest. Imob. Turísticos e Agrícolas, L. ^{da} , Rua do Silvestre, Herdade de Algares, 2070-647 Vila Chã de Ourique.	Rústico, 4 Sec. AD		214			

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
PI-34	39.2	Quatro Âncoras — Invest. Imob. Turísticos e Agrícolas, L. ^{da} , Rua do Silvestre, Herdade de Algarès, 2070-647 Vila Chã de Ourique.	Rústico, 4 Sec. AD		1 063			
PI-34	49	Quatro Âncoras — Invest. Imob. Turísticos e Agrícolas, L. ^{da} , Rua do Silvestre, Herdade de Algarès, 2070-647 Vila Chã de Ourique.	Rústico, 6 Sec. AA1		464			
PI-34	50	Agropecuária Valinho, S. A., Casal de João Martins, apartado 6, 2025 Alcanede	Rústico, 7 Sec. AA		2 691			
PI-35	41	SILVIRO — Sociedade Imobiliária, L. ^{da} , Lisboa	Rústico, 3 Sec. X		859			
PI-35	42	Helena Maria Firmino Piriquito, Rua da Marquesa da Ribeira Grande, 17, 2005-033 Vale de Santarém.	Rústico, 3 Sec. M 4		1 093			
PI-35	42.1	Helena Maria Firmino Piriquito, Rua da Marquesa da Ribeira Grande, 17, 2005-033 Vale de Santarém.	Rústico, 3 Sec. M 4		399			
PI-35	43	António Antunes de Sousa, Colmeias, 2410 Leiria	Rústico, 6 Sec. M 4		1 585			

Concelho: Santarém.
Freguesia: Vale de Santarém.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	DUP a dispensar (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
PI-35	44	Lucília do Carmo Dias da Silva Nunes Alves, Rua de António Nobre, 3, 4.º, direito, Queijas, 2780 Oeiras.	Rústico, 8 Sec. S		2 142			
PI-35	45	Lucília do Carmo Dias da Silva Nunes Alves, Rua de António Nobre, 3, 4.º, direito, Queijas, 2780 Oeiras.	Rústico, 3 Sec. P		204			
PI-35, PI-36	45.1	Lucília do Carmo Dias da Silva Nunes Alves, Rua de António Nobre, 3, 4.º, direito, Queijas, 2780 Oeiras.	Rústico, 8 Sec. S		3 756			

Subtroço 1.4 — Azambuja-Vale de Santarém
Restabelecimento n.º 3 ao PK 54+123

Distrito: Santarém.
Concelho: Cartaxo.
Freguesia: Vale da Pedra.

Número do desenho	Número da parcela	Morada do proprietário	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus — Servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrança — Eventual — Expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
PI-47	5.1	Maria Isabel Ribeiro de Castro Reis, Avenida de Miguel Bombarda, 56, 4.º, direito, 1050-166 Lisboa. Sociedade Agrícola de Meirinho & Palmeira, L.ª, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099.	Rústico, 38 Sec. BB		609			
PI-47	13	Vanda Cristina Tavares Ferreira, Rua do General Humberto Delgado, 59, 2070-732 Vale da Pedra. Maria Júlia Pita Tavares, Rua do General Humberto Delgado, 59, 2070-732 Vale da Pedra. Maria da Conceição Ferreira Tavares Lagarto, Rua do General Humberto Delgado, 11, 2070-732 Vale da Pedra. Carminda Rosa Marques Ferreira, Rua do General Humberto Delgado, 6, 2070-732 Vale da Pedra. António Virgílio Nogueira Ferreira, Quinta das Palmeiras, 75, 4.º, direito, 2780 Oeiras. António José Tavares Ferreira Lobo, Rua do General Humberto Delgado, 59, 2070-732 Vale da Pedra. António Joaquim Ferreira Tavares Almeida, Rua do Canto do Muro, 116, 2070-732 Vale da Pedra.	29, Sec. BB	Omisso	167			

Despacho n.º 1041/2006 (2.ª série). — Considerando que, pelos despachos melhos identificados no quadro cuja publicação se promove em anexo, foi declarada a utilidade pública das expropriações das parcelas de terreno também identificadas no mesmo quadro, necessárias à construção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto;

Considerando que, por razões de ordem técnica relativas à execução dos trabalhos, surgiu a necessidade de rever e alterar o projecto;

Considerando também as vicissitudes que ocorreram ao longo da tramitação dos processos expropriativos, cujo suporte formal cadastral se revelou desadequado da realidade ora constatada, designadamente no que respeita às alterações dos interessados, áreas, descrições prediais e inscrições matriciais;

Considerando, ainda, que é de interesse público a continuação do empreendimento sem interrupção;

Ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, a requerimento da sociedade Metro do Porto, S. A., declaro a alteração das declarações de utilidade pública melhor identificadas no quadro cuja publicação se promove em anexo, na medida dos dados constantes dos campos assinalados naquele quadro de expropriações e plantas parcelares agora publicadas, mantendo-se em vigor, para quaisquer outros efeitos, o despacho anterior.

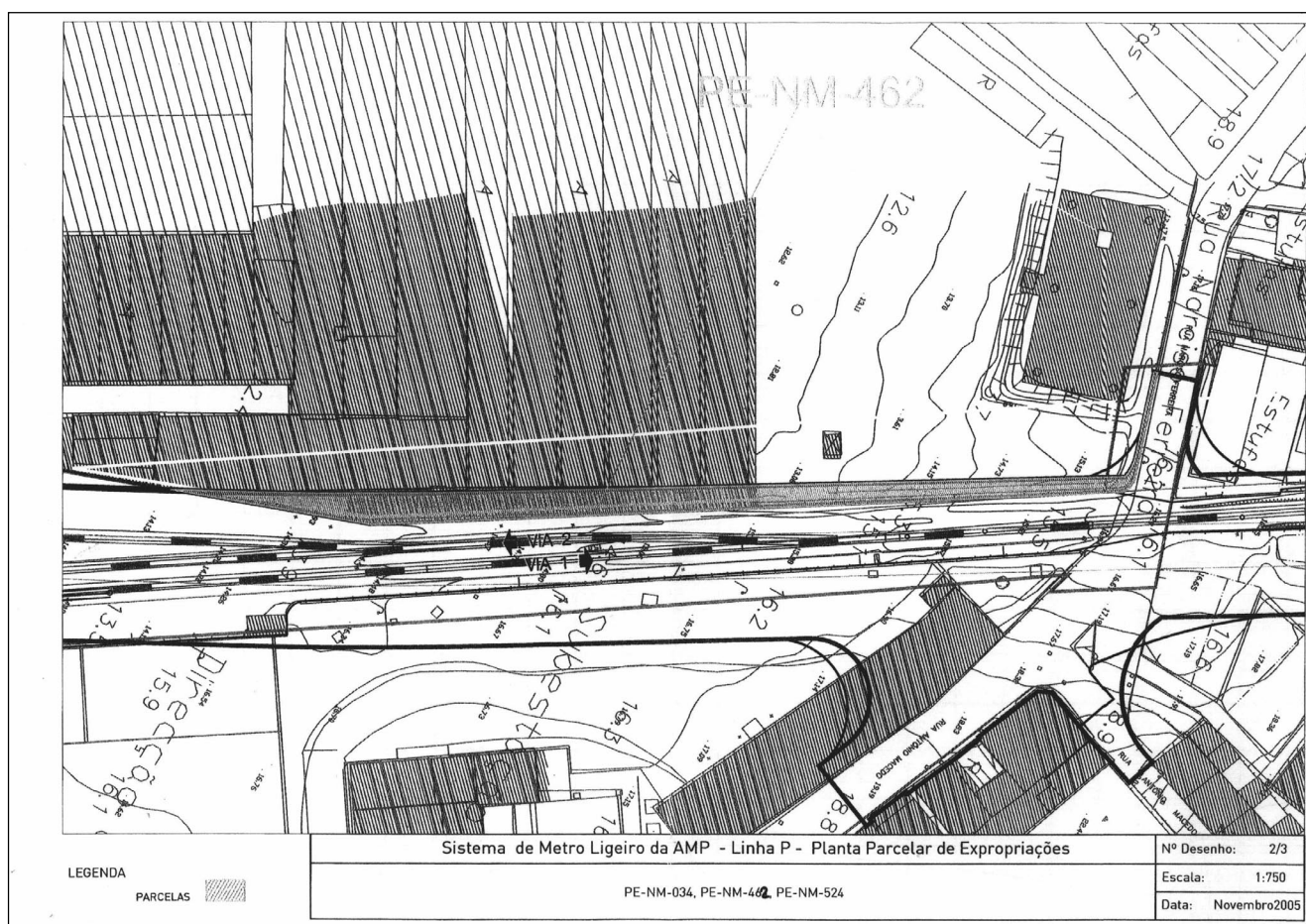
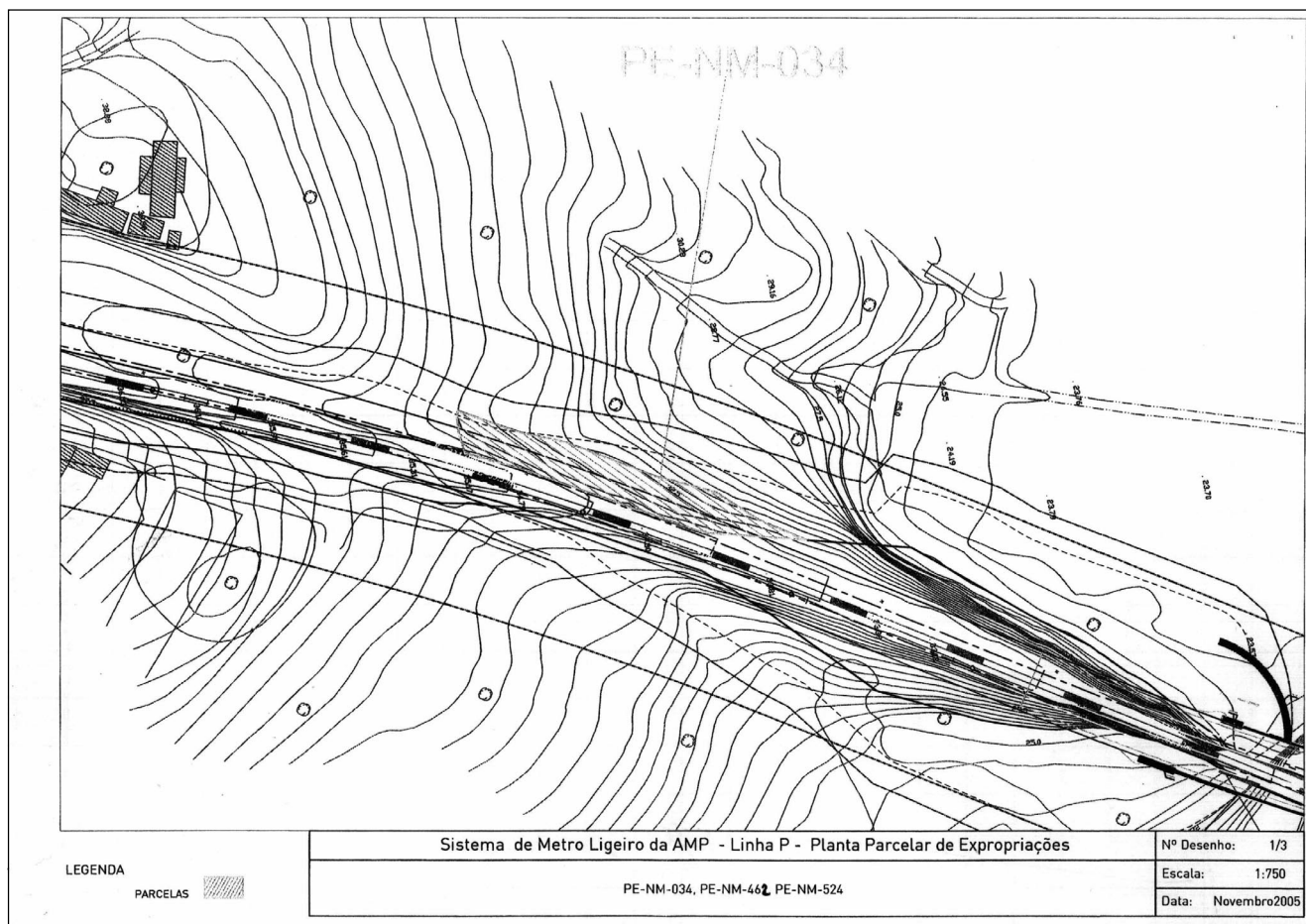
Os encargos financeiros com as expropriações resultantes deste despacho são da responsabilidade da sociedade Metro do Porto, S. A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo prestado caução para garantir o pagamento dos mesmos.

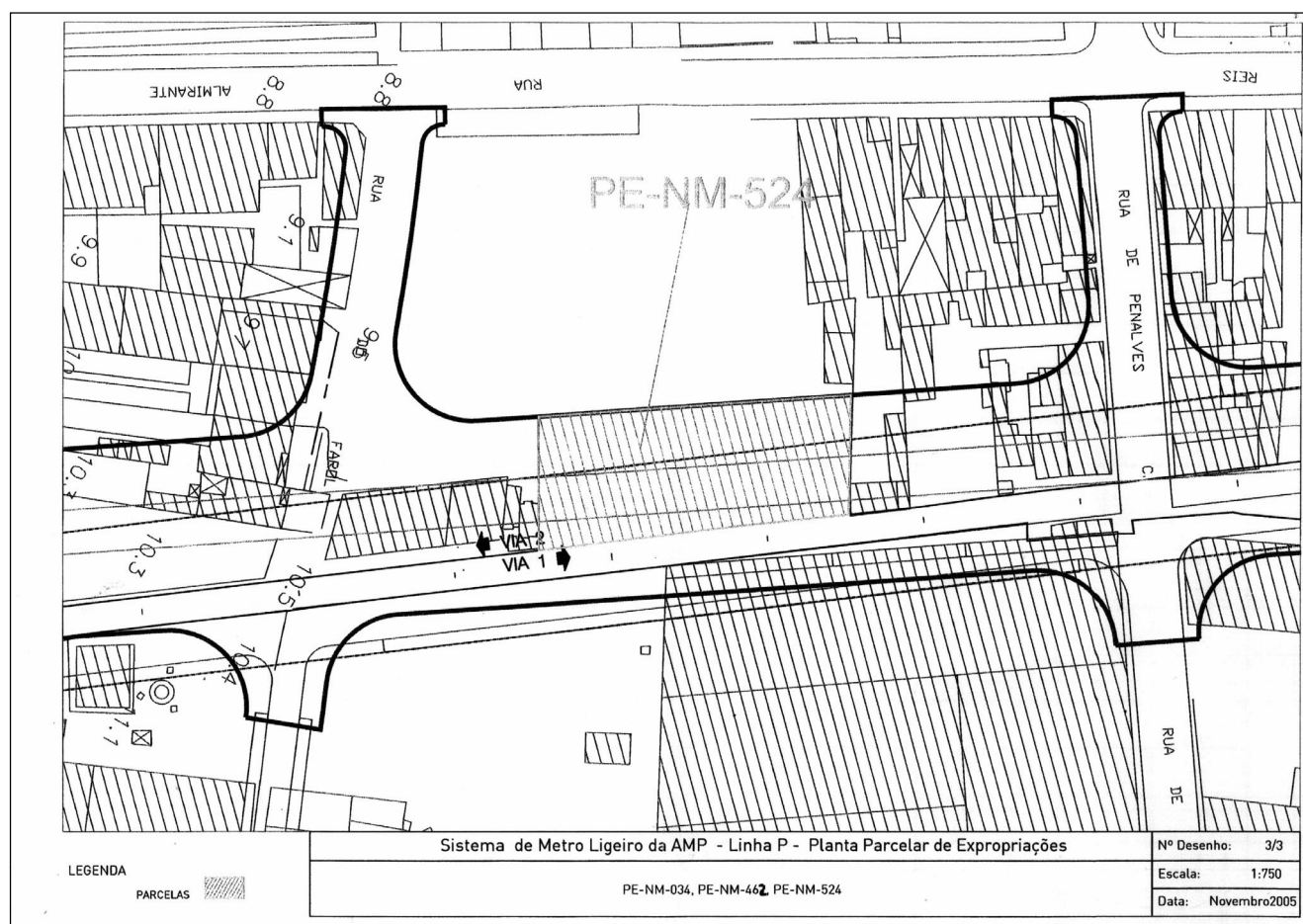
14 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Expropriações para duplicação da linha da Póvoa
Resoluções a expropriar nos termos do disposto no artigo 10.º do Código das Expropriações

Parcela	Número do Desenho	Zona	Publicações anteriores				Proprietário/arrendatário				Identificação da parcela					Alterações
			Data do despacho DUP	Número do despacho	Data da publicação	Número do DR	P/A	Nome	Morada	Localidade	Área	Freguesia	Rústica	Urbana	Registo	
PE-NM-034	1/3	A	19-3-2003	7243/2003	12-4-2003	87	P	António Nelson Moreira Torres.	Rua de Linhares, 1	Matosinhos	856,45	Custóias	R-112		02455/060504	Alteração dos proprietários, da descrição predial e da inscrição matricial e área.
							P	Hélder Manuel Moreira Torres.	Rua de Sendim, 85	Matosinhos						
							P	Maria Otelinda Moreira de Oliveira Santos.	Rua do Monte Xisto, 172 ...	Guifões, Matosinhos						
							P	Maria Otelinda Moreira da Silva Santos.	Rua de António José de Almeida, 1332.	Custóias, Matosinhos						
PE-NM-462	2/3	D	14-10-2004	25 321/2004	9-12-2004	287	P	GOEPRIMOB — Promoção Imobiliária, S. A.	Rua de Júlio Dinis, 247, 3.º, sala 1.	Massarelos, Porto	525,04	Vila do Conde	R-649		00762/121088	Alteração do proprietário.

Parcela	Número do Desenho	Zona	Publicações anteriores				Proprietário/arrendatário				Identificação da parcela					Alterações
			Data do despacho DUP	Número do despacho	Data da publicação	Número do DR	P/A	Nome	Morada	Localidade	Área	Freguesia	Rústica	Urbana	Registo	
PE-NM-524	3/3	E	31-1-2005	4108/2005	24-2-2005	39	P	Maria José Sá Sampaio	Praça do Almada	Póvoa de Varzim	994,89	Póvoa de Varzim	R-655		03806/20040330	Alteração dos proprietários, da descrição predial e da inscrição material.
							P	José Maria de Sá Sampaio . . .	Praça do Almada	Póvoa de Varzim						
							P	José António de Sá Sampaio	Praça do Almada	Póvoa de Varzim						
							P	Maria Laura de Sá Sampaio	Rua do Visconde, 6	Póvoa de Varzim						
							P	Maria Margarida de Sá Sampaio de Matos.	Praça do Almada	Póvoa de Varzim						
							P	António José Sampaio de Matos.	Rua da Penha de França, 123, rés-do-chão, direito.	Lisboa						
							P	José Manuel de Sá Sampaio	Alameda do Conde de Oeiras, lote 230, rés-do-chão.	Oeiras						
							P	Manuel Duarte Ayala Botto de Sá Sampaio.	Alameda do Conde de Oeiras, lote 230, rés-do-chão.	Oeiras						
							P	Maria Margarida de Sá Sampaio e Matos.	Praça do Almada	Póvoa de Varzim						
							P	Maria Ludovina de Sá Sampaio Magalhães Salgado.	Praça de Luís de Camões, 26, 3.º	Póvoa de Varzim						
							P	Maria Adelaide de Sá Sampaio Rios de Almeida.	Rua de Camilo, 82	Póvoa de Varzim						
							P	Maria Luísa Ferreira Braga de Sá Sampaio Peliteiro.	Rua do Dr. Armindo Graça, 211, 5.1.	Póvoa de Varzim						
							P	Ana Rita Ferreira Braga de Sá Sampaio Alves dos Santos.	Rua do Dr. Armindo Graça, 211, 5.1.	Póvoa de Varzim						
							P	Mafalda Margarida Basto Sampaio.	Alameda dos Descobrimentos, 460, 4.º, direito.	Vila do Conde						
P	Paula Cristina Neves Veloso de Carvalho Sampaio de Matos.	Praça de Luís de Camões, 26, 1.º	Póvoa de Varzim													





Despacho n.º 1042/2006 (2.ª série). — Considerando que pelos despachos melhor identificados no quadro, cuja publicação se promove em anexo, foi declarada a utilidade pública das expropriações das parcelas de terreno, também identificadas no mesmo quadro, necessárias à construção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto;

Considerando que, por razões de ordem técnica relativas à execução dos trabalhos, surgiu a necessidade de rever e alterar o projecto;

Considerando também as vicissitudes que ocorreram ao longo da tramitação dos processos expropriativos, cujo suporte formal cadastral se revelou desadequado da realidade ora constatada, designadamente no que respeita às alterações dos interessados, áreas, descrições prediais e inscrições matriciais;

Considerando, ainda, que é de interesse público a continuação do empreendimento sem interrupção;

Ao abrigo da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

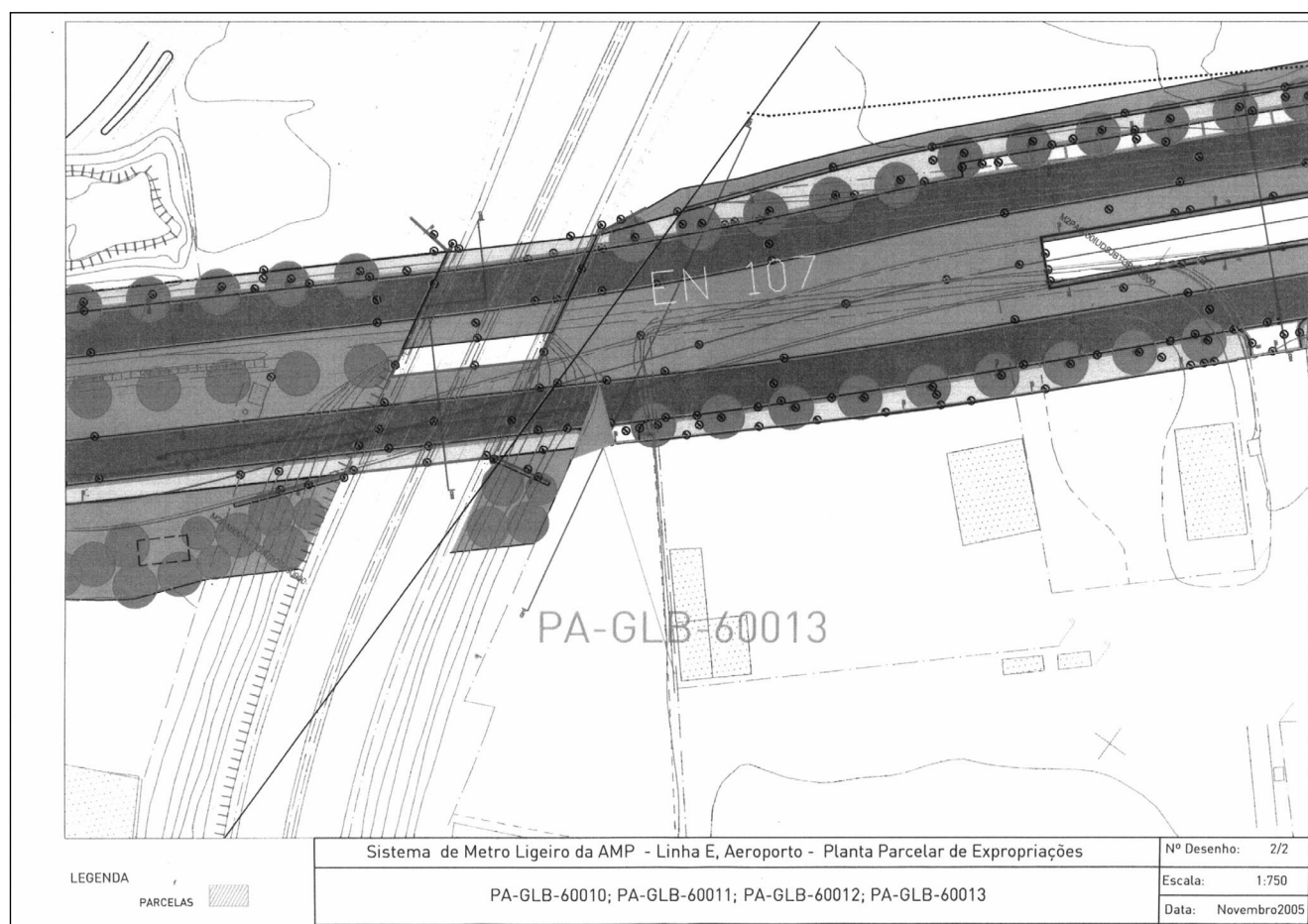
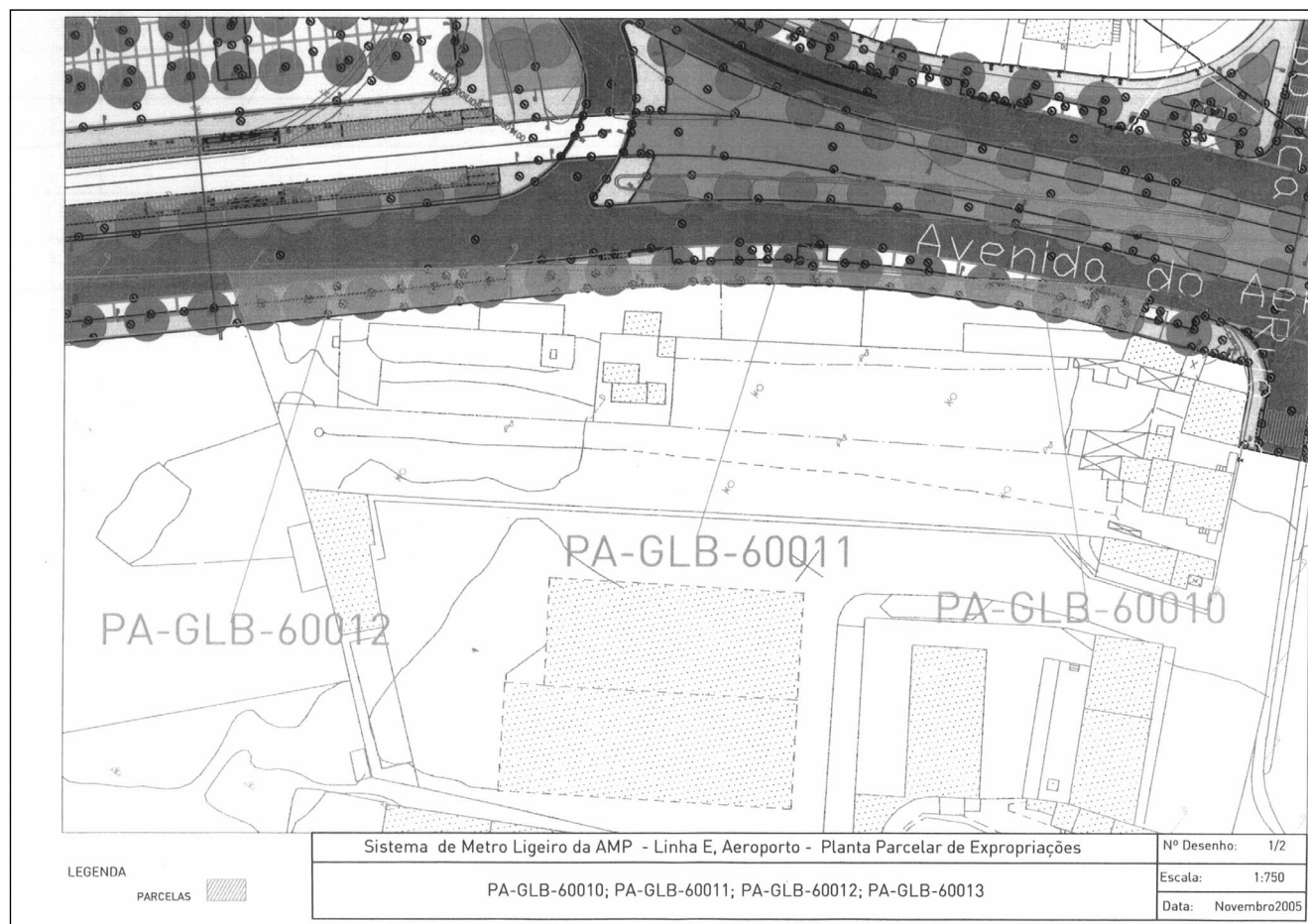
n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos dos artigos 1.º, 3.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e a requerimento da sociedade Metro do Porto, S. A., declaro a alteração das declarações de utilidade pública melhor identificadas no quadro, cuja publicação se promove em anexo, na medida dos dados constantes dos campos assinalados naquele quadro de expropriações e plantas parcelares agora publicadas, mantendo-se em vigor, para quaisquer outros efeitos, o despacho anterior.

Os encargos financeiros com as expropriações resultantes deste despacho são das responsabilidades da sociedade Metro do Porto, S. A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo prestado caução para garantir o pagamento dos mesmos.

23 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Expropriações para duplicação da linha do Aeroporto Sá Carneiro
Resoluções a expropriar nos termos do disposto no artigo 10.º do Código das Expropriações

Parcela	Número do desenho	Publicações anteriores				Identificação do proprietário/arrendatário				Identificação da parcela					Alterações
		Data do despacho DUP	Número do despacho	Data da publicação	Número do <i>Diário da República</i>	P/A	Nome	Morada	Localidade	Área (metros quadrados)	Freguesia	Rústica	Urbana	Registo	
GLB-60010	1/2	12-11-03	58/2004	3-1-2004	2	P	Maria Clarinda de Macedo Queirós	Rua do 1.º de Maio, 210	Matosinhos	173	Moreira	R-1326		32 312, livro B-85, fl. 42	Alteração nos proprietários, alteração da descrição predial e alteração da inscrição matricial.
						P	Rosa Fernanda de Macedo Queirós	Rua do 1.º de Maio, 210	Matosinhos.						
						P	António Macedo de Queirós	Rua de D. Cristóvão da Gama, 200/202.	Porto.						
						P	Francisco Manuel Macedo de Queirós.	Rua de Alfredo Cunha, 225, 7.º, direito.	Matosinhos.						
						P	Rosa Fernanda Queirós Dias da Fonseca Silva.	Rua de Alfredo Cunha, 63	Matosinhos						Nova proprietária.
						P	Emídio Manuel Queirós Dias da Fonseca.	Rua de Alfredo Cunha, 53	Matosinhos.						
GLB-60011	1/2	12-11-2003	58/2004	3-1-2004	2	P	José Manuel Queirós Dias da Fonseca.	Avenida da República, 779, 10.º-B.	Matosinhos.						
						P	João Ubaldo Figueiredo Barreiros	Rua de 5 de Outubro, 1855	Gueifães, Maia	45	Moreira		U-2701	02663/22072004	Aumento de área, alteração de proprietário, alteração da descrição predial e alteração da inscrição matricial.
GLB-60012	1/2	12-11-2003	58/2004	3-1-2004	2	P	João Ubaldo Figueiredo Barreiros	Rua de 5 de Outubro, 1855	Gueifães, Maia	404	Moreira		U-3873	01960/050597	Aumento de área e alteração da inscrição matricial.
GLB-60013	1/2	12-11-2003	58/2004	3-1-2004	2	A	João Barreiros, L. ^{da}	Avenida do Visconde de Barreiros, 358, 1.º, direito, F, Maia.	Moreira, Maia.						
						P	Áurea Alves Moreira Pinto, Nailce Alves Moreira Pinto e Maria Adelaide Pinto dos Santos.	Rua da Refonteira, 153	Moreira, Maia	4 369,93	Moreira	R-1324	U-1563 U-1564 U-1566 U-1568	00854/281190	
						A	PIMPOGRANITOS, L. ^{da}	Lugar da Corujeira	São Miguel de Paredes, Penafiel.	46,48					Surgiu arrendatário.



Despacho n.º 1043/2006 (2.ª série). — Considerando que a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., no âmbito da sua actividade de comando e controlo relacionada com a exploração ferroviária, tem necessidade de construir um centro de comando operacional (CCO) em Contumil, que controlará as linhas do Norte (Aveiro a Porto), Minho, Douro, Guimarães e Leixões e o ramal de Braga;

Considerando que este CCO agregará funções e serviços, que vão desde o centro de tráfego centralizado (CTC) a outros serviços, como a televigilância, a informação ao público, o tratamento de incidências, dados e estatística, a teleconferência, os espaços destinados à resolução de crises, as áreas de formação e outras;

Considerando a necessidade de concretização dos objectivos expostos e tornando-se necessário ocupar terrenos para a construção do CCO, para além dos limites do terreno do domínio público afecto à exploração ferroviária;

Considerando a imprescindibilidade da expropriação de terrenos necessários à execução destas obras, situados na linha do Minho, entre os quilómetros 2,800 e 3,024, lado esquerdo da linha;

Assim, a requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., considerando ainda que para a construção do CCO de Contumil

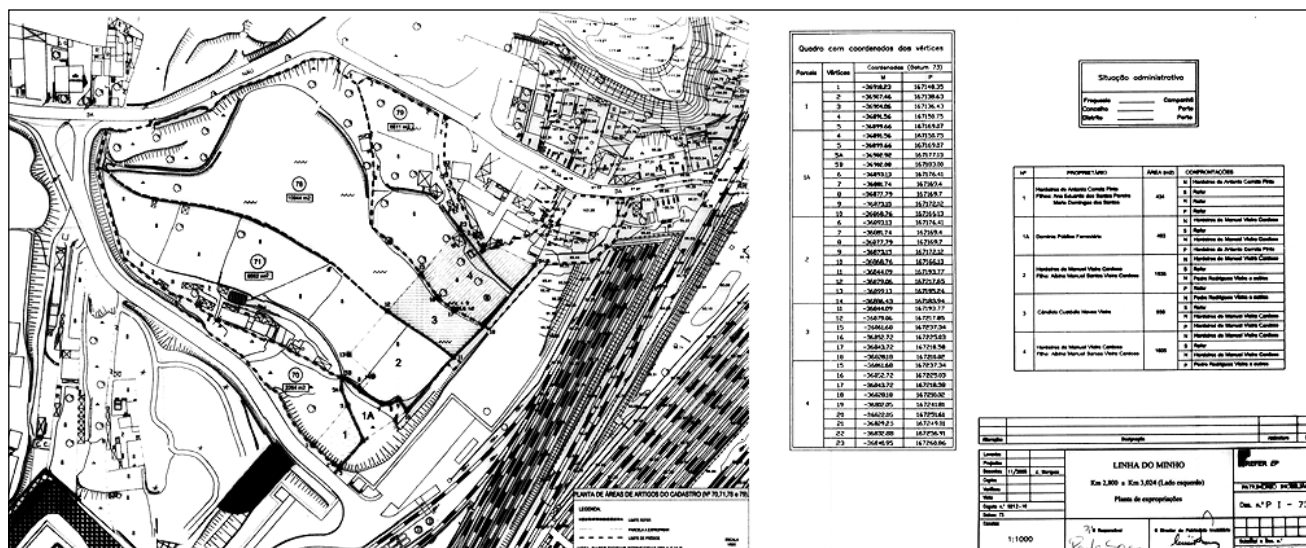
é indispensável a expropriação de terreno para além dos limites do domínio público ferroviário, e tendo em vista a continuação dos trabalhos, nos termos e ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 14.º e 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e da delegação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, determino o seguinte:

1 — A declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, constantes no desenho PI-73 A e respectivo mapa de identificação e áreas, que se publicam em anexo.

2 — Autorizar a REFER, E. P., a tomar posse administrativa dos mesmos bens, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do citado Código.

3 — Os encargos com as expropriações são de responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

23 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.



Mapa de áreas — Expropriações

Linha do Minho

Construção de centro de comando operacional de Contumil

Desenho PI-73 A

Linha do Minho.
Construção de centro de comando operacional em Contumil.

Distrito do Porto.
Concelho do Porto.
Freguesia de Campanhã.

Número de parcela	Nomes e moradas dos proprietários	Natureza da parcela	Matriz	Registo predial	Área total do prédio (metros quadrados)	Áreas a expropriar (metros quadrados)
1	Ana Assunção Santos e herdeiros, Travessa das Antas, 84, 2.º, C, 4350-046 Porto. Ana Eduarda S. P. P. Gonçalves e marido, Durval Duarte Gonçalves, Rua do Poeta Homem de Melo, 432, 2.º, E, 4150 Porto. Maria Domingas S. P. P. Loureiro e marido, Eduardo Pinto Loureiro, Rua de Rui Barbosa, 18, habitação 53, 4150-641 Porto.	Rústica	1 430	10 794, gleba 17.ª, fl. 109 do livro B-41.	2 264	434
1A	Domínio público ferroviário	Rústica	1 431		463	463
2	Herdeiros de Manuel Vieira Cardoso, Albino Manuel Vieira Cardoso e José António Vieira Cardoso, Rua de Perlinhas, 432, 3.º, 4435-393 Rio Tinto, Gondomar.	Rústica	1 377	42 034, fl. 30 v.º do livro B-121.	8 662	1 535
3	Cândido Custódio Neves Vieira, Rua de Vila Cova, 169, 4350-348 Porto.	Rústica	1 366	41 463, fl. 141 do livro B-119.	10 944	938

Número de parcela	Nomes e moradas dos proprietários	Natureza da parcela	Matriz	Registo predial	Área total do prédio (metros quadrados)	Áreas a expropriar (metros quadrados)
4	Herdeiros de Manuel Vieira Cardoso, Albino Manuel Vieira Cardoso e José António Vieira Cardoso, Rua de Perlinhas, 432, 3.º, 4435-393 Rio Tinto, Gondomar.	Rústica	1 376	2 474, fl. 130 v.º do livro B-7.	6 611	1 605

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1044/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercerem funções de secretariado junto do meu Gabinete a técnica profissional especialista principal Maria Eduarda Sevinatti Matoso Jónatas e a técnica profissional especialista Ana Isabel Maria Coucêlo de Azevedo Santana, ambas do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005.

2 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Despacho n.º 1045/2006 (2.ª série). — Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, delegeo no Secretário-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, licenciado José dos Santos Cardoso, com a faculdade de subdelegar, a competência para formular os pedidos de libertação de créditos e para autorizar os pedidos de autorização de pagamentos, previstos, respectivamente, nos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, relativos às «Transferências» inscritas no Orçamento do Estado, funcionamento e PIDDAC, a favor do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005.

21 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Eduardo da Silva Martins*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 457/2006 (2.ª série). — O Laboratório Nacional de Engenharia Civil pretende recrutar, por requisição, pelo período de um ano, um auxiliar de acção educativa com vínculo à administração pública central, visando o exercício de funções no infantário deste Laboratório Nacional.

Os interessados deverão candidatar-se através de carta contendo o respectivo currículo, até 10 dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, do seguinte modo:

Envio ou entrega na Divisão de Gestão de Pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa;
Pelo fax 218443045;
Pelos e-mails pmilharadas@lnec.pt ou lpereira@lnec.pt.

Qualquer informação adicional sobre o assunto poderá ser solicitada pelos telefones 218443216 ou 218443502.

5 de Janeiro de 2006. — Pela Directora de Serviços de Recursos Humanos, o Chefe da Divisão de Gestão de Pessoal, *Daniel Martins*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação

Despacho n.º 1046/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109/92, de 2 de Junho, e dos artigos 2.º, n.º 2, 19.º, n.º 3, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria Rosa da Silva Gonçalves Ramos, em regime de substituição,

no cargo de vogal do conselho directivo dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

3 — Publique-se.

30 de Dezembro de 2005. — A Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, *Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz*.

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho n.º 1047/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — No uso dos poderes que me foram delegados pelo despacho n.º 25 413/2005, de 15 de Novembro, da provedora da Casa Pia de Lisboa, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 12 de Dezembro de 2005, e ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no director de serviços de Educação, Ensino e Acção Social, licenciado Luís Manuel Rodrigues Silveira, no âmbito da sua Direcção de Serviços, sem prejuízo do poder de avocação, as seguintes competências:

1 — No âmbito da gestão dos recursos humanos:

1.1 — Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de horas extraordinárias, bem como adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento de serviço, observados os condicionamentos legais;

1.2 — Justificar ou injustificar faltas, conceder licenças por período igual ou superior a 30 dias, com excepção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença ilimitada, bem como autorizar o regresso à actividade;

1.3 — Conceder o estatuto de trabalhador-estudante, nos termos da lei;

1.4 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

1.5 — Autorizar o abono de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respectivo processamento;

1.6 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, à excepção da formação que envolva custos para a Casa Pia de Lisboa, I. P.;

1.7 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários e agentes têm direito nos termos da lei;

1.8 — Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao regime geral da segurança social da função pública;

2 — No âmbito da gestão orçamental e realização de despesa:

2.1.1 — Autorizar as despesas previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/97, de 8 de Junho, até ao montante de € 2500 com locação e aquisição de bens e serviços;

2.1.2 — Autorizar as deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

2.1.3 — Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar o processamento das respectivas despesas até ao limite dos montantes que me foram delegados;

2.2 — No âmbito da gestão de instalações e equipamentos:

2.2.1 — Gerir de forma eficiente a utilização, manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos afectos ao respectivo serviço;

2.2.2 — Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco e a planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;

2.2.3 — Elaborar e executar planos anuais e plurianuais de equipamento em função das necessidades previstas e da evolução tecnológica, bem como autorizar as aquisições resultantes da sua execução.

3 — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, são subdelegáveis as competências referidas neste despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando desde já ratificados todos os actos entretanto praticados em conformidade com a presente delegação de competências.

14 de Dezembro de 2005. — O Provedor-Adjunto, *Artur Ferreira Martins de Carvalho*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Deliberação n.º 85/2006. — Por deliberação do conselho directivo do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., de 30 de Novembro de 2005, com despacho de autorização de 21 de Dezembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Maria dos Anjos Alves Tavares, assessora do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Trabalho — transferida, com idêntica categoria, para o quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1048/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e no n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, constantes de escritura pública lavrada de fl. 5 a fl. 6 do livro n.º 164-A do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, cuja cópia foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2003, e cuja última versão alterada foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2005, nomeio a licenciada Paula Maria Mendes Nanita Lopes Oliveira, assessora da carreira técnica superior do quadro único dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, para o qual é requisitada, no cargo de presidente do conselho de administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2006, inclusive.

28 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Paula Maria Mendes Nanita Lopes de Oliveira, licenciada em Política Social (ISCSP — 1984) e pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos (ISG — 1986) e Estudos Europeus — Economia (UCP — 1992), assumiu responsabilidades de gestão no âmbito dos seguintes cargos:

Vogal do conselho de administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nos pelouros social e da saúde — cuidados de saúde primários de Julho de 2002 a Agosto de 2005); Gestora do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP III) (2000-2002); Directora de Recursos Humanos da TVI — Televisão Independente, S. A., (Outubro de 1992 a Junho de 1996); Gestora de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1985-1988).

Desempenhou ainda funções de assessoria nos domínios do planeamento e gestão estratégica, recursos humanos e organização, na qualidade de:

Assessora da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde (de Agosto a Dezembro de 2005); Assessora do Ministro da Educação e do Secretário de Estado da Administração Educativa (1996-1999); Adjunta da Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura (1991-1992);

Adjunta do Secretário de Estado da Reforma Educativa (1989-1991);

Assessora do conselho de administração da Maternidade Alfredo da Costa (1989-1991).

Complementarmente tem exercido as actividades docente e editorial, nomeadamente:

Coordenação científica do MBA Executivo em Gestão de Equipamentos Sociais e de Saúde, da Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa (2004-2005);

Actividade docente pontual, no âmbito de mestrados e pós-graduações, nomeadamente no âmbito da UCP e da UAL (2000-2005);

Enquanto directora e editora da revista *Cidade Solidária* (2003-2005);

Realização de inúmeras palestras, conferências e seminários, bem como publicação de alguns artigos em revistas de especialidade sobre matérias de desenvolvimento e políticas sociais, educação e envelhecimento.

Despacho n.º 1049/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e no n.º 2 do artigo 16.º dos Estatutos do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, constantes de escritura pública lavrada de fl. 5 a fl. 6 do livro n.º 164-A do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, cuja cópia foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2003, e cuja última versão alterada foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2005, nomeio o engenheiro de minas Luís Manuel Carvalho Pedrosa de Lima, assessor principal do quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, para o qual é requisitado, no cargo de vice-presidente do conselho de administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2006, inclusive.

28 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Luís Manuel Carvalho Pedrosa de Lima, nascido em 13 de Agosto de 1955, é licenciado em Engenharia de Minas na Universidade de Coimbra.

Iniciou a sua carreira profissional como monitor da FCTUC no Departamento de Engenharia de Minas.

Logo após a licenciatura, foi nomeado técnico superior da Direcção-Geral de Geologia e Minas, Serviço de Fomento Mineiro, e assumiu, em acumulação com a função anteriormente descrita, o lugar de assistente convidado da FCTUC no Departamento de Engenharia de Minas.

Em 1985, passou a integrar os quadros da Comissão de Coordenação da Região Centro como técnico superior de 1.ª classe, tendo assumido neste serviço a coordenação do Centro de Informática.

Nesse mesmo ano, foi convidado para vogal e, posteriormente, para presidente do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Coimbra.

Em 1988, assumiu as funções de presidente da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde de Coimbra.

Em 1992, foi nomeado governador civil do distrito de Coimbra, lugar que exerceu por quatro anos.

De 1995 em diante, assumiu diversas funções privadas, destacando-se a presidência do conselho de administração da PROMOGOLF — Construção e Campos de Golfe, a presidência da comissão executiva da WRC — Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, as funções de administrador da ABAP — Associação Beira Atlântico Parque e as funções de administrador do BIO-CANT — Centro de Transferência de Tecnologia em Biotecnologia.

Em 2004 é nomeado encarregado de missão para os Hospitais S. A.

Preside, em representação dos 31 hospitais, à Comissão Negociadora do Acordo Colectivo de Trabalho para os Hospitais S. A.

Paralelamente à sua actividade profissional foram várias as actividades de voluntariado social desempenhadas, destacando-se:

A presidência da delegação de Coimbra da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental);

A presidência da Direcção Nacional da mesma Associação;

A presidência da direcção e da assembleia geral da Comissão Regional de Deficientes do Centro.

Despacho n.º 1050/2006 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 129/2005, de 11 de Agosto, alterou o Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.

Tal alteração teve como pressuposto a necessidade de assegurar a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, através de um sistema de comparticipação do Estado nos medicamentos mais adequado e que garanta a efectiva acessibilidade dos cidadãos com menos rendimentos.

O referido Decreto-Lei n.º 129/2005, de 11 de Agosto, prevê, no n.º 2 do seu artigo 2.º, a revisão dos regimes especiais de comparticipação a que se refere o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — É criado um grupo de trabalho que tem por missão estudar e propor a revisão dos regimes especiais de comparticipação a que se refere o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho.

2 — O grupo de trabalho tem a seguinte composição:

Dr. Mário Miguel Coelho da Silva Rosa, assistente hospitalar de neurologia do Hospital de Santa Maria, vogal da comissão de ética para as ciências da saúde do Hospital de Santa Maria e assistente convidado da Faculdade de Medicina de Lisboa, que coordena.

Prof. Doutor Carlos Alberto Fontes Ribeiro, professor associado de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Prof. Doutor Miguel Joaquim Santos Lima Oliveira da Silva, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa.

3 — Por decisão do seu coordenador, pode o grupo de trabalho recorrer à colaboração de profissionais de outras áreas científicas.

4 — O grupo de trabalho deve abordar a revisão dos regimes especiais de comparticipação de uma perspectiva sistemática e com enfoque nos vectores doente, patologia e medicamento.

5 — O grupo de trabalho deve apresentar a proposta de revisão dos regimes especiais de comparticipação até 31 de Janeiro de 2006.

6 — O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento presta o necessário apoio administrativo ao funcionamento do grupo de trabalho.

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Ministro da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde.

Despacho n.º 1051/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do despacho n.º 24 294/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro de 2002, o licenciado Inácio José Moraes Mendes Hilário foi nomeado para o cargo de presidente do conselho de administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, com efeitos a partir de 4 de Novembro de 2002.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, constantes da escritura pública lavrada de fl. 5 a fl. 6 do livro n.º 164-A do 7.º Cartório Notarial de Lisboa, cuja cópia foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2003, e cuja última versão alterada foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2005, o mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos.

Assim, atendendo a que decorreram os três anos de mandato, dou por findo o mandato do licenciado Inácio José Moraes Mendes Hilário enquanto presidente do conselho de administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2006, inclusive.

28 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Escola Secundária de Campo Maior

Aviso n.º 458/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada na sala de pessoal a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização desta lista cabe reclamação nos termos do artigo 96.º do decreto-lei já referido, a deduzir no prazo de 30 dias a contar a partir da publicação deste aviso.

4 de Janeiro de 2006. — Pela Presidente do Conselho Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos Nossa Senhora da Luz de Arronches

Aviso n.º 459/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, no *placard* dos Serviços Administrativos deste estabelecimento de ensino a lista de antiguidade do pessoal não docente referente a 31 de Dezembro de 2004.

O prazo de reclamações é de 30 dias a contar a partir da data da publicação do presente aviso.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Ana Maria P. I. Santos dos Reis*.

Agrupamento Vertical de Ponte de Sor

Aviso n.º 460/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de docentes deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, para efeitos de concurso, progressão na carreira e aposentação, relativa a 31 de Agosto de 2005.

O pessoal docente terá 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

5 de Janeiro de 2006. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Augusto Cândido Silvino Gomes*.

Agrupamento de Estabelecimentos de Educação e Ensino n.º 1 de Sines

Aviso n.º 461/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente da Escola E. B. 2,3 Vasco da Gama de Sines reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

3 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Provisória, *Bernardete Campos Almeida*.

Direcção Regional de Educação do Algarve

Escola E. B. 2, 3 Engenheiro Nuno Mergulhão

Aviso n.º 462/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de pessoal a lista de antiguidade relativa a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar a partir da data da publicação do aviso a que se refere o n.º 3 do referido artigo.

2 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Fernanda Rosa*.

Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes

Aviso n.º 463/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino relativa a 31 de Agosto de 2005, conforme determina a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

2 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Elsa Margarida Cordeiro Meira*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Secundária com 3.º Ciclo E. B. de Esmoriz

Aviso n.º 464/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no local habitual a lista de antiguidade até 31 de Dezembro de 2005 do pessoal não docente em exercício de funções na Escola Secundária com 3.º Ciclo E. B. de Esmoriz, que pertence à Direcção Regional de Educação do Centro.

O pessoal não docente dispõe de 30 dias a contar a partir da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

2 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Estela Tomé da Rocha*.

Agrupamento de Escolas de Pinhel

Aviso n.º 465/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente pertencente ao Agrupamento de Escolas de Pinhel, com sede na Escola Básica do 2.º Ciclo de Pinhel, reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias após a data da publicação no *Diário da República* para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

2 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fernando Manuel Videira dos Santos*.

Agrupamento de Escolas de Tábua

Aviso n.º 466/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na escola sede do Agrupamento de Escolas de Tábua a lista de antiguidade do pessoal não docente do referido Agrupamento reportada a 31 de Dezembro de 2005.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria do Carmo Rogeiro G. Loureiro da Costa*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde

Aviso n.º 467/2006 (2.ª série). — Para cumprimento do estipulado no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, e da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, na sala de professores deste estabelecimento de ensino, a lista de antiguidade do pessoal docente afecto à Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. António de Ataíde com referência a 31 de Agosto de 2005.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação a ao dirigente máximo do serviço, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

28 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Celeste Maria Batista Toste*.

Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de Peniche

Aviso n.º 468/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público

que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

4 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Arménio Correia Sousa*.

Agrupamento de Escolas de Portela e Moscavide

Aviso n.º 469/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontram afixadas no *placard* das salas dos professores das respectivas escolas deste Agrupamento as listas de antiguidade dos docentes dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e educadores de infância reportadas a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para eventuais reclamações.

30 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Marina Manuel Traveira Duarte Madeira Simão*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola E. B. 2, 3/S de Abel Botelho

Aviso n.º 470/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e para os devidos efeitos, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente reportada a 31 de Dezembro de 2005, podendo os mesmos reclamar, se houver caso disso, no prazo de 30 dias, como está previsto no n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

2 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Berta Ferreira Moutinho Amaral*.

Escola Secundária de Camilo Castelo Branco

Aviso n.º 471/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas no *placards* das respectivas salas as listas de antiguidade do pessoal docente e do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Agosto e a 31 de Dezembro, respectivamente.

De acordo com o artigo 96.º do mesmo decreto-lei, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamar ao dirigente máximo do serviço.

3 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jones Maciel Santos Silva*.

Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Francisco Campos Henriques

Aviso n.º 472/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da escola sede deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º, dispõem de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação.

3 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, (*Assinatura ilegível.*)

Escola Secundária/3 Dr. Joaquim Dias Rebelo

Aviso n.º 473/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola relativa a 31 de Dezembro de 2005.

Da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o estipulado no artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

3 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Alcides Sarmento*.

Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro

Aviso n.º 474/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala do pessoal a lista de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

2 de Janeiro de 2006. — Pelo Presidente do Conselho Executivo, (*Assinatura ilegível*.)

Escola Secundária de Monção

Aviso n.º 475/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os efeitos do disposto no mesmo diploma, nomeadamente no seu artigo 96.º, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino.

4 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *Joaquim Lobo Pereira*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Vale do Âncora

Aviso n.º 476/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no átrio da entrada dos Serviços de Administração Escolar a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar a partir da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma.

4 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Isabel Barros*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Vimioso

Aviso n.º 477/2006 (2.ª série). — Para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas na sede deste Agrupamento as listas de antiguidade do pessoal não docente com referência a 31 de Dezembro de 2005 (ano civil de 2005).

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

2 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Carlos Vaz Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1052/2006 (2.ª série). — Considerando que a assembleia da Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende, reunida no dia 12 de Outubro de 2005, procedeu à eleição para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola;

Considerando que Maria Teresa de Oliveira Marçal Gonçalves Novo, candidata votada em empate com a professora-coordenadora Maria Filomena Mendes Gaspar, declarou a sua indisponibilidade para participar como elegível na segunda volta das eleições para presidente do conselho directivo, a qual consta da acta n.º 2 do presente

acto eleitoral, de 17 de Outubro de 2005, considerando-se, por conseguinte, ser esta última o professor mais votado no referido acto eleitoral;

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Despacho Normativo n.º 17/99, de 8 de Abril, conjugado com a alínea p) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, compete ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior homologar as eleições para o cargo de presidente do conselho directivo da Escola, uma vez verificada a legalidade das mesmas;

Considerando que, em face dos elementos constantes do processo eleitoral em apreço, estão satisfeitos os requisitos previstos na lei e nos Estatutos da Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende para a referida homologação;

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 12.º do Despacho Normativo n.º 58/99, de 5 de Novembro:

Homologo a eleição para presidente do conselho directivo da Escola de Enfermagem Maria Fernanda Resende da professora-coordenadora Maria Filomena Mendes Gaspar.

13 de Dezembro de 2005. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo

Aviso n.º 478/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo de 30 de Dezembro de 2005, no uso de competência delegada:

Luís Filipe Pereira Mendes — nomeado, precedendo concurso de provas públicas, para o lugar de professor-adjunto, escalão 1, índice 185, da carreira do ensino superior politécnico, do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, ficando automaticamente exonerado da categoria anterior.

4 de Janeiro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Maria Silva Pinto Messias*.

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Despacho (extracto) n.º 1053/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Filipa Renata Calado Pinheiro de Carvalho — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal líquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 2041,58, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1054/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 10 de Outubro de 2005:

Adélia Cristina Dias Amaral — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de técnico de 2.ª classe, para desempenhar as funções de secretária de direcção da ESHTe, escalão 1, índice 295, da carreira de técnica. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 10 de Outubro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1055/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado Francisco António dos Santos da Silva — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente con-

veniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 544,42, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1056/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Novembro de 2005:

Sandra Margarida Marques Moita Mendes — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, para a Biblioteca da ESHTE, escalão 1, índice 199, da carreira de técnico profissional de biblioteca e documentação. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1057/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Acácio Martins João — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 408,32, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1058/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Aláide Alves Agripino — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 504,10, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1059/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Ana Cláudia dos Santos Gonçalves — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com

as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 1512,28, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1060/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Ana Rita de Deus Rocha Alves Peres da Costa — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 2041,58, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1061/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Ana Sofia Dias Fonseca — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 604,91, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1062/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado António Manuel Henrique Fernandes — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo integral e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 1361,06, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1063/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Bacharel Catarina Rosa Nunes — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de encarregada de trabalhos, pelo período de um ano, em regime de tempo integral e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 295 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19

de Setembro, no valor de € 935,62, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1064/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Cecília Blanco Muñiz — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 604,91, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1065/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Cláudia Alexandra Colaço Lourenço Viegas — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 1512,28, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1066/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciada Elisa Paolinetti da Camara — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a professora-adjunta, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 185 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 373,03, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1067/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Mestre Ezequiel Fernando Azevedo dos Santos — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a professor-adjunto, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 185 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 932,58, atualizável

nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1068/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Fernando Batista Ferreira de Brito — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 272,21, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1069/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Doutora Helena Maria Matos da Silva de Freitas Moreira Patação — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a professora-adjunta, pelo período de seis meses, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 185 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 932,58, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1070/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado Filipe José de Sousa Vitorino — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 302,46, atualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1071/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Isabel Maria Fonseca Namora — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, para os Serviços Administrativos e Financeiros da ESHTe, escalão 1, índice 199, da carreira técnico-profissional. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1072/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado Francisco de Assis Nobre de Oliveira Peça — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 408,32, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1073/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Bacharel Gilberto Santo Cristo Soares da Costa — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 2041,58, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1074/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Mestre Graça Maria Branca Henriques dos Santos Matos — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparada a professora-adjunta do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 185 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 746,06, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1075/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado Fernando Manuel Fernandes Santos — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, pelo período de um ano, em regime de tempo parcial e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 604,91, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1076/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Setembro de 2005:

Licenciado Hassan Mohamed Amar — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, na categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, pelo período de um ano, em regime de exclusividade e com a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 135 do escalão 1 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 373/99, de 18 de Setembro, 212/97, de 16 de Agosto, 76/96, de 18 de Junho, e 347/91, de 19 de Setembro, no valor de € 2041,58, actualizável nos termos legais. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1077/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Luís Pedro Pereira Florêncio — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de técnico de 2.ª classe, para o Gabinete de Estágios da ESHTe, escalão 1, índice 199, da carreira técnica. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1078/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Pedro Miguel Marques Ribeiro — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de assistente administrativo para os Serviços Administrativos e Financeiros da ESHTe, escalão 1, índice 199, da carreira de assistente administrativo. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1079/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Mário Armando Delgado Figueiredo — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de técnico de 2.ª classe, para o Gabinete de Estágios da ESHTe, escalão 1, índice 295, da carreira técnica. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1080/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Bruno José Tirano Louro — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de assistente administrativo, para o secretariado de direcção da ESHTe, escalão 1, índice 199, da carreira de assistente administrativo. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo,
Eunice Rute Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 1081/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 7 de Outubro de 2005:

Maria da Conceição Félix da Costa Empis — rescindido por mútuo acordo o contrato administrativo de provimento celebrado em 1 de Setembro de 2005, no uso da competência atribuída pelos artigos 9.º, alínea a), 18.º, alínea e), e 41.º, n.º 2, da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugados com os artigos 2.º e 8.º, alínea e), do Decreto-Lei n.º 260/95, de 30 de Setembro, e nos termos do disposto no artigo 4.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Despacho Normativo n.º 33/99, de 30 de Junho, que homologou os Estatutos da ESHTE, nos termos e para os efeitos do artigo 30.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a actual redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

7 de Outubro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1082/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 31 de Outubro de 2005:

Ana Isabel Esteves Pedro — rescindido por mútuo acordo o contrato administrativo de provimento celebrado em 1 de Outubro de 2005, no uso da competência atribuída pelos artigos 9.º, alínea a), 18.º, alínea e), e 41.º, n.º 2, da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugados com os artigos 2.º e 8.º, alínea e), do Decreto-Lei n.º 260/95, de 30 de Setembro, e nos termos do disposto no artigo 4.º e na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Despacho Normativo n.º 33/99, de 30 de Junho, que homologou os Estatutos da ESHTE, nos termos e para os efeitos do artigo 30.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a actual redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

31 de Outubro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1083/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Joaquina Maria Benvinda — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de auxiliar de limpeza, escalão 1, índice 123, do grupo de pessoal auxiliar. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 1084/2006 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril de 30 de Dezembro de 2005:

Elisabete de Oliveira dos Santos — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, na sequência de concurso, para a categoria de auxiliar de limpeza, no escalão 1, índice 123, do grupo de pessoal auxiliar. O contrato tem a duração de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2005. [Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas — artigo 47.º, alínea a), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Eunice Rute Gonçalves*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 1085/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do presidente do Tribunal da Relação do Porto:

Maria de Fátima Aires Monteiro Pinto, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionada no escalão 2, índice 233 — promovida, precedendo concurso, à categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 1, índice 269.

Maria José Correia Nunes Tomé, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionada no escalão 4, índice 254 — promovida, precedendo concurso, à categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 1, índice 269.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

4 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Correia de Paiva*.

Despacho (extracto) n.º 1086/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2006 do presidente do Tribunal da Relação do Porto:

Ana Paula de Araújo Cardoso Areias, assistente administrativa do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionada no escalão 3, índice 218 — promovida, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 2, índice 233.

Maria Gabriela Veiga Lopes, assistente administrativa do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionada no escalão 3, índice 218 — promovida, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 2, índice 233.

Carla Maria Brandão Soares, assistente administrativa do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionada no escalão 2, índice 209 — promovida, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 1, índice 222.

Rui Manuel Pinho Faria Marinho, assistente administrativo do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, posicionado no escalão 2, índice 209 — promovido, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Tribunal da Relação do Porto, passando a auferir pelo escalão 1, índice 222.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

4 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Correia de Paiva*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho (extracto) n.º 1087/2006 (2.ª série):

Licenciada Maria Dulce Reis Oliveira do Couto Ferreira, procuradora da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa — desligada do serviço para efeitos de aposentação/jubilção.

4 de Janeiro de 2006. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 14/2006. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Cláudia Alexandra Mendes Gervásio — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo parcial a 40%, para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de seis meses, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 135.

29 de Setembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 15/2006. — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Neuza Carla do Sacramento Alves Baptista e Costa — autorizado o contrato administrativo de provimento como leitora, em regime de exclusividade, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com

efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, renovado por contratos com a duração de três anos, renováveis por iguais períodos, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 140.

9 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 16/2006. — Por despacho de 12 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Cristina Maria dos Santos Gamboa — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação (50%), para a Escola Superior de Saúde de Faro da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 135.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 17/2006. — Por despacho de 12 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Sandra Maria da Cruz Caetano — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial a 40%, para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

28 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 18/2006. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Maria da Assunção Martinez Fernandez Macedo dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de acumulação (30%), para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

6 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 19/2006. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Ana Maria Simões Alferes Costa — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de acumulação (20%), para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de seis meses, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

9 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 20/2006. — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Cláudia Cristina Guerreiro Luísa — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 7 de Novembro de 2005, pelo período de três anos, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 100.

20 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 21/2006. — Por despacho de 25 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Mestre Luís Miguel Soares Nobre de Noronha e Pereira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 25 de Novembro de 2005, pelo período de um ano, renovável por períodos bienais, auferindo a remuneração ilíquida

mensal correspondente ao índice 185, considerando-se rescindido o contrato anterior.

20 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 22/2006. — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Ulisses Saturnino Duarte de Brito — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de acumulação a 20%, para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

27 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 23/2006. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 7 de Dezembro de 2005:

Licenciado Miguel Reimão Lopes da Costa — autorizada a renovação do respectivo contrato como assistente convidado, em regime de tempo parcial a 30%, da Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

27 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 24/2006. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 7 de Dezembro de 2005:

Licenciada Maria Teresa Ferraz Lúcio de Sales — autorizada a renovação do respectivo contrato como assistente convidada, em regime de exclusividade, para a Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais da Universidade do Algarve, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 2005.

27 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Contrato (extracto) n.º 25/2006. — Por despachos do reitor da Universidade do Algarve:

De 7 de Dezembro de 2005:

Licenciada Teresa Maria Gonçalves Cavaco — autorizada a renovação do contrato como encarregada de trabalhos para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 295.

Licenciada Teresa Margarida Viegas Cabrita Soeiro — autorizada a renovação do contrato como encarregada de trabalhos para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 3 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 305.

Licenciado Nelson Paulo Mendes Pires — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 140.

Licenciado Jaime Miguel Costa Aníbal — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Fevereiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Mestre António Orlando de Andrade Peleja — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 8 de Fevereiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 210.

Mestre Frederico Trovisqueira Fernandes Morgado — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 8 de Fevereiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 210.

Mestre Eduardo Bruno Oliveira Esteves — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Univer-

sidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

Mestre Patrícia Alexandra Reis Nunes Cabrita — autorizada a renovação do contrato como equiparada a professora-adjunta em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Março de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 185.

De 12 de Dezembro de 2005:

Licenciado Nuno Orlando Fernandes Nunes Clemente Ribeiro — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, sem exclusividade, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 11 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 140.

29 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 1088/2006 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado Francisco José Mendonça Pinto — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado, em regime de acumulação a 40 %, para a Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 17 de Novembro de 2005, pelo período de um ano, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 230.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O conselho científico, na sua reunião n.º 126 realizada no dia 14 de Setembro de 2005, com base no parecer previsto no ECDU, subscrito pelos Profs. Doutores João Albino Matos da Silva, professor catedrático, Efigénio da Luz Rebelo, e Paulo Manuel Marques Rodrigues, ambos professores associados com agregação, e após apreciação do *curriculum vitae* do licenciado Francisco José Mendonça Pinto, considerou que pela sua experiência de actividade científica, profissional e pedagógica preenche as condições adequadas ao exercício das funções referidas no artigo 5.º do ECDU, pelo que aprovou por unanimidade a sua contratação como professor auxiliar convidado em regime de acumulação a 40 % para a Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

O Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, *João Albino Matos da Silva*.

14 de Setembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 1089/2006 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 22 de Dezembro de 2005:

Licenciada Maria Valentina Rodrigues Botelho Purificação, técnica superior principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve — autorizada a renovação da comissão de serviço para exercer o cargo de secretária da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve, pelo período de três anos, com início a 28 de Janeiro de 2006.

28 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 1090/2006 (2.ª série). — Por despachos da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente, proferido por delegação de competências:

De 22 de Novembro de 2005:

Doutora Maria João da Anunciação Franco Bebianno, professora catedrática da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País no período de 1 a 3 de Dezembro de 2005.

De 29 de Novembro de 2005:

Doutora Maria Teresa Coelho Pais Vieira Dinis, professora catedrática da Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Uni-

versidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País no período de 12 a 16 de Dezembro de 2005.

28 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Despacho n.º 1091/2006 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, proferido por delegação de competências:

De 25 de Novembro de 2005:

Doutora Alice Newton, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 5 a 7 de Dezembro de 2005.

De 29 de Novembro de 2005:

Doutor Robertus Josephus Hendrikus Potting, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 19 a 23 de Dezembro de 2005.

De 9 de Dezembro de 2005:

Doutor António Eduardo de Barros Ruano, professor associado com agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante os dias 15 e 16 de Dezembro de 2005 e no período de 10 a 17 de Janeiro de 2006.

De 13 de Dezembro de 2005:

Doutor Viktor Grigorovitch Kravchenko, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro no País durante o período de 18 a 20 de Dezembro de 2005.

De 15 de Dezembro de 2005:

Doutor Peter Stallinga, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 2 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2006.

Por despacho de 15 de Dezembro de 2005 da vice-reitora da Universidade do Algarve, proferido por delegação de competências:

Mestre Maria Leonor Alexandre Borges dos Santos Terremoto, professora-adjunta da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 18 a 22 de Janeiro de 2006.

Mestre Maria Isabel Mendonça Orega, professora-adjunta da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseiro fora do País durante o período de 18 a 22 de Janeiro de 2006.

28 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Rectificação n.º 54/2006. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 22 de Setembro de 2005 [contrato (extracto) n.º 1526/2005], rectifica-se que onde se lê «José Manuel Castelhanos Ribeiro Ponte» deve ler-se «Doctor of Philosophy José Manuel Castelhanos Ribeiro Ponte».

28 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.

Reitoria

Aviso n.º 479/2006 (2.ª série). — Sob proposta do conselho directivo da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, aprovada por despacho reitoral de 12 de Dezembro de 2005, a seguir se publica o seguinte:

Curso de especialização em Ciências Documentais

Ramos de Arquivo e de Biblioteca e Documentação

(2005-2007)

1 — Prazos de candidatura — de 2 a 27 de Janeiro de 2006.
2 — Prazo de selecção das candidaturas — de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2006.

3 — Prazos de matrícula e inscrição de alunos efectivos — de 6 a 10 de Fevereiro de 2006.

4 — Prazos de matrícula e inscrição de alunos suplentes que passem a efectivos — de 13 a 17 de Fevereiro de 2006.

5 — Taxa de candidatura — € 50 (paga no acto de entrega da candidatura).

6 — Taxa de matrícula (obrigatória e universal) — € 100 no acto da matrícula e inscrição.

7 — Propina de inscrição — € 2700.

7.1 — Forma de pagamento — € 1500 no acto de matrícula e inscrição e € 1200 no acto de inscrição no 2.º ano.

8 — Vagas — 30 (50% das quais, preferencialmente, para licenciados do Departamento de Letras Clássicas e Modernas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve).

9 — Número mínimo de alunos para funcionamento da edição do curso — 20 (a direcção do curso determinará as especializações a funcionar com base nas candidaturas).

10 — Início das aulas — 13 de Fevereiro de 2006.

11 — Funcionamento — regime pós-laboral, das 18 horas e 30 minutos às 23 horas e 30 minutos, de segunda-feira a quinta-feira.

12 — Planos de estudos:

Curso de especialização em Ciências Documentais

Ramo de Arquivo

Disciplina	Semestre	ECTS	H/sem.	Total de horas
1.º ano				
Teoria e Sociologia da Informação	1	6	3	39
Tecnologias da Informação I: Introdução	1	6	3	39
Organização e Gestão dos Serviços de Informação	1	6	3	39
Metodologia do Trabalho Científico	1	4	2	26
Legislação e Ética Profissional	1	4	2	26
Opção I	1	4	2	26
<i>Total do 1.º ano, 1.º semestre</i>		30	15	195
Administração Central e Local Medieval e Moderna	2	4	2	26
Gestão dos Serviços de Arquivo	2	4	3	39
Organização da Informação I: Sistemas de Informação/Arquivo e Gestão Electrónica de Documentos	2	10	6	78
Preservação e Conservação	2	4	2	26
Legislação e Jurisprudência para Arquivos	2	4	2	26
Desenvolvimento e Gestão das Coleções	2	4	2	26
<i>Total do 1.º ano, 2.º semestre</i>		30	17	221
2.º ano				
Administração Central e Local Contemporânea	1	5	2	26
Organização da Informação II: Sistema de Informação/Arquivos e Arquivos Digitais	1	10	6	78
Tecnologias da Informação II: Tecnologia Web	1	6	3	39
Paleografia e Diplomática	1	5	2	26
Opção II	1	4	2	26
<i>Total do 2.º ano, 1.º semestre</i>		30	15	195
Estágio/Projecto	2	30		160
<i>Total do 2.º ano, 2.º semestre</i>		30		160
<i>Total</i>		120		771

Ramo de Biblioteca e Documentação

Disciplina	Semestre	ECTS	H/sem.	Total de horas
1.º ano				
Teoria e Sociologia da Informação	1	6	3	39
Tecnologias da Informação I: Introdução	1	6	3	39
Organização e Gestão dos Serviços de Informação	1	6	3	39
Metodologia do Trabalho Científico	1	4	2	26
Legislação e Ética Profissional	1	4	2	26
Opção I	1	4	2	26
<i>Total do 1.º ano, 1.º semestre</i>		30	15	195
Catálogo	2	7	4	52
Classificação por Assuntos	2	5	3	39
Sistemas Informáticos de Gestão Documental	2	5	3	39
Preservação e Conservação	2	4	2	26
Gestão de Recursos Humanos	2	5	3	39
Desenvolvimento e Gestão das Coleções	2	4	2	26
<i>Total do 1.º ano, 2.º semestre</i>		30	17	221

Disciplina	Semestre	ECTS	H/sem.	Total de horas
2.º ano				
Indexação e Resumo	1	5	2	26
Tecnologias da Informação II: Tecnologia Web	1	5	3	39
Formação de Utilizadores	1	3	2	26
Fontes de Informação e Serviços de Referência	1	5	2	26
Gestão da Qualidade e Marketing de Bibliotecas	1	5	2	26
Gestão de Arquivos Correntes	1	4	2	26
Opção II	1	3	2	26
<i>Total do 2.º ano, 1.º semestre</i>		30	15	195
Estágio/Projecto	2	30		160
<i>Total do 2.º ano, 2.º semestre</i>		30		160
<i>Total</i>		120		771

Os interessados deverão formalizar a sua candidatura através de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, com a indicação da sua preferência por uma das especializações possíveis (Biblioteca e Documentação ou Arquivo), acompanhado do *curriculum vitae* detalhado (incluindo morada, telefone e *e-mail*), certificado de habilitações com classificação final e certificado com especificação de classificações obtidas nas diferentes disciplinas de licenciatura. A candidatura deverá ser acompanhada de € 50 em numerário ou em cheque à ordem da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

12 de Dezembro de 2005. — O Reitor, *Adriano Lopes Gomes Pimpão*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 1092/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Setembro de 2005:

Doutor Eugénio Óscar Luís Batista Leite — celebrado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, a tempo integral, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Outubro de 2005, ficando exonerado das anteriores funções na mesma data. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1093/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Carlos Manuel Lima Monteiro — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a tempo parcial (30 %) além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1094/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Juan Pedro Garcia Gomez — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a tempo parcial (30 %), além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1095/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Pedro Simões Rosado — celebrado contrato administrativo de provimento como professor associado convidado a tempo parcial (30 %), em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isentos de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1096/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Doutora Maria Luíza Constante Rosado — celebrado contrato administrativo de provimento como professora auxiliar convidada a tempo parcial (30 %) e em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1097/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciada Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada a tempo parcial (30 %), em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1098/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Vítor Manuel Sainhas de Oliveira — celebrado contrato administrativo de provimento como professor associado convidado a tempo parcial (30 %) e em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1099/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 17 de Março de 2005:

Licenciado Joaquim Eduardo Simão Duarte, assistente além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior — dado

por findo o contrato em 30 de Setembro de 2005. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1100/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Laurent Louis Elie Maurice Chavanel — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como assistente convidado a tempo integral e dedicação exclusiva, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

2 de Janeiro de 2006. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 1101/2006 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Setembro de 2005:

Mestre Miguel Vitória Fael Moreira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente além do quadro do pessoal docente desta Universidade, por conveniência urgente de serviço, a partir de 6 de Outubro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

2 de Janeiro de 2006. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Despacho n.º 1102/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Mestre Natália Filipa de Oliveira Marques Leal, assistente além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade — rescindido o contrato por mútuo acordo a partir de 1 de Março de 2006.

21 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 1103/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Mestre Maria do Céu Teixeira Salvador, assistente além do quadro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade — prorrogado o contrato até final do ano escolar, com efeitos retroactivos a 16 de Dezembro de 2005. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 1104/2006 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Agosto de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Licenciado Miguel Ângelo Abreu Lopes Oliveira — contratado como assistente convidado além do quadro, contrato válido por um ano renovável por três vezes, da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, com início em 1 de Setembro de 2005. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 1105/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Mestre Albertina Lima Oliveira, assistente além do quadro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação desta Universidade — prorrogado o contrato até à realização das provas de dou-

toramento, com efeitos retroactivos a 30 de Setembro de 2005. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 1106/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Licenciado José Manuel Laires de Sequeira Alves Portugal, assistente convidado, 60 %, além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 1 de Março de 2006. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 1107/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Licenciado Rui Manuel Missa Jacinto, assistente convidado a 50 %, além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade — renovado o contrato por três anos, com início em 22 de Março de 2006. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Reitoria

Despacho n.º 1108/2006 (2.ª série). — Sob proposta da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, foi, pela deliberação do senado n.º 72/2005, de 2 de Novembro, aprovado o regulamento de propinas de alunos em conclusão de licenciatura, que se rege pelos seguintes termos:

Regulamento de propinas de alunos em conclusão de licenciatura

1 — O presente regulamento aplica-se aos alunos que tenham estado inscritos num número de anos lectivos igual ou superior ao número de anos necessário para conclusão da licenciatura.

2 — Os alunos aos quais falem, para a conclusão da licenciatura, até quatro disciplinas semestrais ou duas anuais pagarão nesse ano lectivo a propina mínima em vigor na Universidade de Coimbra.

3 — Os alunos poderão beneficiar do disposto no n.º 2 anterior uma só vez, isto é, em um só ano lectivo.

19 de Dezembro de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 1109/2006 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Novembro de 2005 do presidente do conselho directivo:

Arquitecto João Nuno Pinto Bastos Moreira Gomes — contratado como assistente convidado, a tempo parcial (60 %), pelo período de um ano, com início em 17 de Novembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

15 de Dezembro de 2005. — A Directora de Administração, *Maria José Amaral Sobral*.

Despacho (extracto) n.º 1110/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia, nos termos do n.º 2.2 do despacho de delegação de competências (FCTUC) do reitor, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 9 de Novembro de 2004, por força do disposto no n.º 3 do despacho de delegação de competências do reitor publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005:

Doutora Maria Margarida Catalão Almiro e Castro, professora auxiliar, em exercício de funções no Departamento de Bioquímica — concedida licença sabática ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do ECDU durante o 2.º semestre do ano lectivo de 2005-2006, com

início em 13 de Fevereiro de 2006. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Directora de Administração, *Maria José Amaral Sobral*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 1111/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da Universidade de Coimbra e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados como presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra pelo despacho reitoral n.º 17 513/2005 (2.ª série), de 16 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005, delegeo e subdelego no Prof. Doutor Manuel Amaro de Matos Santos Rosa, membro do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra:

- 1) Os poderes conferidos pelo despacho reitoral n.º 22 893/2004 (2.ª série), de 19 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 9 de Novembro de 2004; e
- 2) Competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços, nos termos do disposto nos artigos 27.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

A presente delegação e subdelegação é válida para os actos praticados nos dias 28 e 29 de Dezembro de 2005.

27 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco José Franquero de Castro e Sousa*.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Deliberação n.º 86/2006. — Nos termos dos artigos 22.º (n.º 12) e 24.º do Regulamento da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, e do artigo 10.º, alínea e), do regulamento interno do conselho científico da mesma Faculdade, o plenário do conselho científico, na sua reunião de 14 de Dezembro de 2005, aprovou a criação do Núcleo de Psiconomia e Factor Humano.

22 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *José M. Tomás da Silva*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 1112/2006 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 17 de Setembro de 2005:

Doutora Carla do Rosário Delgado Nunes de Serpa, professora auxiliar — rescindindo o contrato a seu pedido, com efeitos a 16 de Dezembro de 2005, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Aviso n.º 480/2006 (2.ª série). — 1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação e nos termos do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso, para admissão a estágio, com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, da área de gestão, do quadro de pessoal não docente do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, conforme despacho rei-

toral de 8 de Janeiro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2002, e despacho reitoral de 13 de Outubro de 2005.

2 — O presente concurso respeita a uma vaga descongelada e atribuída ao Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2004-2005, pelo despacho n.º 17 777/2005 (2.ª série), de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005.

3 — A publicação do presente aviso foi precedida de consulta na BEP, bolsa de emprego público, em cumprimento da orientação técnica n.º 5/DGAP/2004, de 1 de Julho.

4 — Quota de emprego — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e tratando-se de concursos para o provimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares a prover por pessoas com deficiência, tendo o candidato deficiente preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

5 — O concurso visa exclusivamente o provimento da vaga referida, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao lugar a exercer o exercício de funções com base no estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, no âmbito da área para que é aberto o concurso.

7 — Vencimento — o vencimento mensal é correspondente aos índices e escalões a que, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e demais legislação complementar, o funcionário tenha direito e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — O local de trabalho situa-se no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa.

9 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a saber:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

9.2 — Requisitos especiais — consideram-se requisitos especiais de admissão ao concurso, em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro:

Posse de licenciatura em Gestão, Economia ou Administração Pública;

Experiência em planeamento e controlo de gestão:

- a) Estudar, analisar e recomendar medidas a implementar no domínio da sua especialidade, nomeadamente na distribuição do orçamento dentro do Museu Nacional de História Natural e dos contributos de cada um dos espaços museológicos para o orçamento global da politécnica;
- b) Implementar e executar o sistema de controlo interno das despesas seguindo as regras do POC-Educação dadas pela Reitoria da Universidade de Lisboa;
- c) Gerir e planear o economato afecto ao Museu Nacional de História Natural e aos museus da politécnica;
- d) Gerir os trabalhos de gestão no âmbito da contabilidade geral, contabilidade analítica, contabilidade pública e tesouraria;
- e) Desenvolver planos de gestão orçamental e documentos de prestação de contas;
- f) Elaborar o plano de actividades financeiras com o orçamento predefinido;
- g) Optimizar os recursos, analisando os *dossiers* e outros dados para verificar se os objectivos pretendidos são alcançados;
- h) Executar o plano de actividades predefinido pelos órgãos directivos;
- i) Elaborar o relatório anual de gestão;

- j) Colaborar na elaboração financeira de projectos de investigação, ou de outra ordem, realizados pela direcção do Museu Nacional de História Natural e politécnica;
- k) Execução e controlo financeiro do plano científico dos projectos;
- l) Elaboração dos relatórios financeiros dos projectos.

10 — Métodos de selecção a utilizar:

- a) Avaliação curricular;
- b) Provas de conhecimentos gerais e específicos, com carácter eliminatório;
- c) Entrevista profissional de selecção.

10.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) Habilitações académicas;
- b) Formação profissional;
- c) Experiência profissional.

10.2 — A prova de conhecimentos gerais e específicos será efectuada com base no programa de provas publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, e no programa de provas constantes do anexo do despacho n.º 3/R/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 20 de Março de 1996, e terá a duração de uma hora e trinta minutos.

10.3 — A classificação da prova de conhecimentos será atribuída numa escala de 0 a 20 valores e a mesma será eliminatória se a respectiva classificação for inferior a 9,5 valores.

10.4 — A bibliografia e a legislação necessárias à preparação das provas são as constantes do anexo I do presente aviso.

10.5 — Na entrevista profissional de selecção, que visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, serão ponderados os seguintes factores:

- a) Níveis de motivação e interesse;
- b) Capacidade de análise e de síntese;
- c) Capacidade de expressão e fluência verbais;
- d) Experiência profissional de acordo com os requisitos especiais.

11 — A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética das classificações obtidas em todos os métodos de selecção e será expressa numa escala de 0 a 20 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Ficam excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

13 — Legislação aplicável:

- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, e 23/2002, de 1 de Fevereiro;
- Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, 407/91, de 17 de Outubro, 175/95, de 21 de Julho, 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
- Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

14 — As candidaturas deverão ser formalizadas, até ao termo do prazo mencionado, mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa, ou remetido pelo correio, através de carta registada, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado.

15 — Os requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número, data de emissão e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu,

número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone);

- b) Habilitações académicas de base;
- c) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação, estágios e outros);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções desempenhadas relevantes para o lugar a que se candidata;
- e) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;
- f) Identificação do concurso, com referência à categoria a que concorre;
- g) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

16 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou de outro documento de identificação;
- b) *Curriculum vitae* pormenorizado, devidamente datado e assinado;
- c) Certificado comprovativo das habilitações académicas;
- d) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementares, dos estágios, com indicação da entidade que as promoveu e respectiva duração;
- e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;
- f) Documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ao concurso referidos nas alíneas d), e) e f) do n.º 9.1 do presente aviso, os quais podem ser dispensados desde que o candidato declare no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

17 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos legalmente fixados.

18 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final, previstas nos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão afixadas no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa, havendo lugar à notificação, através de carta registada, dos candidatos excluídos, em cumprimento do estatuído no artigo 34.º do mesmo diploma.

19 — Ao estágio é aplicado o regime previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

20 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor Fernando José Arriano de Sousa Bariga, director do Museu Mineralógico e Geológico do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.
Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Maria Amélia Botelho de Paulo Martins Loução, presidente do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria da Graça Morgado Ramalhinho, directora do Museu Bocage do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Vogais suplentes:

Prof. Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, presidente da direcção do Instituto Geofísico do Infante D. Luís da Universidade de Lisboa.

Prof.ª Doutora Fernanda Madalena de Abreu da Costa, directora do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

A 1.ª vogal efectiva substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

28 de Dezembro de 2005. — O Vice-Reitor, *João Augusto de Sousa Lopes*.

ANEXO I

Conhecimentos gerais

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

Regime de férias, faltas e licenças:

- Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
- Decreto-Lei n.º 70/2000, de 5 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública:

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Deontologia do serviço público:

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;
«Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública» (Secretariado para a Modernização Administrativa);

Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso:

Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro (autonomia universitária);
Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro;
Estatutos da Universidade de Lisboa — Despacho Normativo n.º 144/92, de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992.

Conhecimentos específicos

Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro (Estatuto do Trabalhador-Estudante).
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (relação jurídica de emprego), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Dezembro, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho.
Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto (duração e horário de trabalho).
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública).
Estatutos do Museu Nacional de História Natural — despacho n.º 11 002/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 3 de Junho de 2003.

Aviso n.º 481/2006 (2.ª série). — 1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação, e nos termos do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio, com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, da área de formação/educação, do quadro de pessoal não docente, do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, conforme despacho reitoral de 8 de Janeiro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2002, e despacho reitoral de 13 de Outubro de 2005.

2 — O presente concurso respeita a uma vaga descongelada e atribuída ao Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2004-2005, pelo despacho n.º 17 777/2005, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005.

3 — A publicação do presente aviso foi precedida de consulta na bolsa de emprego público (BEP), em cumprimento da orientação técnica n.º 05/DGAP/2004, de 1 de Julho.

4 — Quota de emprego — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e tratando-se de concursos para o provimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares a prover por pessoas com deficiência, tendo o candidato deficiente preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

5 — O concurso visa, exclusivamente, o provimento da vaga referida, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao lugar a prover o exercício de funções com base no estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em

vista informar a decisão superior, no âmbito da área para que é aberto o concurso.

7 — Vencimento — o vencimento mensal é correspondente aos índices e escalões a que, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e demais legislação complementar, o funcionário tenha direito e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — O local de trabalho situa-se no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa.

9 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais de admissão ao concurso — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Requisitos especiais — considera-se requisito especial de admissão ao concurso, em conformidade com alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro:

- A posse de licenciatura em Ciências Sociais e Humanas;
A especialização em gestão de recursos humanos;
Participar, em conjunto com os responsáveis da organização, na definição da política da formação;
Definir os processos e os meios necessários à implementação do sistema, tendo em conta os objectivos definidos na política da formação;
Promover e coordenar os meios afectos ao diagnóstico de necessidades de formação;
Articular as necessidades de formação entre os museus da Rua da Escola Politécnica;
Elaborar plano anual de actividades e de formação;
Promover, divulgar e implementar as acções previstas;
Coordenar a produção do material didáctico e equipamentos afectos;
Realizar o acompanhamento e avaliação das acções formativas e negociar meios afectos;
Promover parcerias com outras instituições de formação e museus nacionais e internacionais;
Implementar metodologias de formação, ligadas às novas tecnologias de informação (*e-learning* e *b-learning*);
Conceber instrumentos de gestão que permitam a análise do desenvolvimento qualitativo e quantitativo da formação ministrada;
Elaborar o relatório anual de actividades e balanço formativo;
Promover a pesquisa e seleccionar meios de financiamento para a actividade (comunitários ou outros);
Promover e coordenar auditorias internas ao sistema de formação e implementar melhorias no âmbito da qualidade.

10 — Métodos de selecção a utilizar:

- Avaliação curricular;
- Provas de conhecimentos gerais e específicos, com carácter eliminatório;
- Entrevista profissional de selecção.

10.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- Habilitações académicas;
- Formação profissional;
- Experiência profissional.

10.2 — A prova de conhecimentos gerais e específicos será efectuada com base no programa de provas publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, e no programa de provas constantes do anexo ao despacho n.º 3/R/96, publicado no

Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 20 de Março de 1996, e terá a duração de uma hora e trinta minutos.

10.3 — A classificação da prova de conhecimentos será atribuída, numa escala de 0 a 20 valores e a mesma será eliminatória se a respectiva classificação for inferior a 9,5 valores.

10.4 — A bibliografia e a legislação necessárias à preparação das provas são as constantes do anexo ao presente aviso.

10.5 — Na entrevista profissional de selecção, que, visando avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, serão ponderados os seguintes factores:

- a) Níveis de motivação e interesse;
- b) Capacidade de análise e de síntese;
- c) Capacidade de expressão e fluência verbais;
- d) Experiência profissional de acordo com os requisitos especiais.

11 — A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética das classificações obtidas em todos os métodos de selecção e será expressa numa escala de 0 a 20 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Ficam excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

13 — Legislação aplicável:

- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, e 23/2002, de 1 de Fevereiro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/95, de 21 de Julho, 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
- Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

14 — As candidaturas deverão ser formalizadas, até ao termo do prazo mencionado, mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa, ou remetido pelo correio, através de carta registada, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado.

15 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número, data de emissão e validade do bilhete de identidade e serviço que o emite, número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações académicas de base;
- c) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação, estágios e outros);
- d) Experiência profissional com indicação das funções desempenhadas relevantes para o lugar a que se candidata;
- e) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;
- f) Identificação do concurso com referência à categoria a que concorre;
- g) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

16 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou de outro documento de identificação;
- b) *Curriculum vitae* pormenorizado, devidamente datado e assinado;
- c) Certificado comprovativo das habilitações académicas;
- d) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementares, dos estágios, com indicação da entidade que as promoveu e respectiva duração;

e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito, ou que possa constituir motivo de preferência legal;

f) Documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ao concurso referidos nas alíneas d), e) e f) do n.º 9.1 do presente aviso, os quais podem ser dispensados desde que o candidato declare no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

17 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos legalmente fixados.

18 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final previstas nos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão afixadas no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa, havendo lugar à notificação, através de carta registada, dos candidatos excluídos, em cumprimento do estatuído no artigo 34.º do mesmo diploma.

19 — Ao estágio é aplicado o regime previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

20 — Constituição do júri:

Presidente — Prof.ª Doutora Maria Amélia Botelho de Paulo Martins Loução, presidente do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Vogais efectivos:

Prof. Doutor Fernando José Arriano de Sousa Barriga, director do Museu Mineralógico e Geológico do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.
Doutora Maria da Graça Morgado Ramalhinho, directora do Museu Bocage do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Vogais suplentes:

Prof.ª Doutora Fernanda Madalena de Abreu da Costa, directora do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.
Prof. Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, presidente da direcção do Instituto Geofísico do Infante D. Luís, da Universidade de Lisboa.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

28 de Dezembro de 2005. — O Vice-Reitor, *João Augusto de Sousa Lopes*.

ANEXO

Conhecimentos gerais

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Deontologia do serviço público — Decretos-Leis n.ºs 184/89, de 2 de Junho, e 413/93, de 23 de Dezembro, «Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública» (secretariado para a modernização administrativa).

Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso — autonomia universitária — Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro.

Estatutos da Universidade de Lisboa — Despacho Normativo n.º 144/92, de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992.

Conhecimentos específicos

Decreto-Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro (Estatuto do Trabalhador-Estudante).

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (relação jurídica de emprego), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Dezembro, Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto,

e Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho.

Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto (duração e horário de trabalho). Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública).

Estatutos do Museu Nacional de História Natural — despacho n.º 11 002/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 3 de Junho de 2003.

Aviso n.º 482/2006 (2.ª série). — 1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação, e nos termos do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão a estágio, com vista ao preenchimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, da área de comunicação, do quadro de pessoal não docente do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, conforme despacho reitoral de 8 de Janeiro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2002, e despacho reitoral de 13 de Outubro de 2005.

2 — O presente concurso respeita a uma vaga descongelada e atribuída ao Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2004-2005, pelo despacho n.º 17 777/2005, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005.

3 — A publicação do presente aviso foi precedida de consulta na bolsa de emprego público (BEP), em cumprimento da orientação técnica n.º 05/DGAP/2004, de 1 de Julho.

4 — Quota de emprego — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e tratando-se de concursos para o provimento de uma vaga, não é fixada quota de lugares a prover por pessoas com deficiência, tendo o candidato deficiente preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

5 — O concurso visa, exclusivamente, o provimento da vaga referida, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao lugar a prover o exercício de funções com base no estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, no âmbito da área para que é aberto o concurso.

7 — Vencimento — o vencimento mensal é correspondente aos índices e escalões a que, nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e demais legislação complementar, o funcionário tenha direito e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — O local de trabalho situa-se no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa.

9 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

9.1 — Requisitos gerais de admissão ao concurso — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos vinculados ou não à função pública, que satisfaçam, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Requisitos especiais — considera-se requisito especial de admissão ao concurso, em conformidade com alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro:

- A posse de licenciatura em Relações Internacionais;
- A especialização em comunicação;

Participar, em conjunto com os responsáveis da organização, na definição da política da comunicação e publicitação dos eventos;

Acompanhar e planear anualmente com os responsáveis da organização a calendarização de eventos a ocorrer nos museus da Rua da Escola Politécnica;

Promover e coordenar os meios afectos à produção gráfica, campanha publicitária, spots televisivos e aquisição de patrocínios; Articular os eventos e as necessidades daí subsequentes entre os museus da Rua da Escola Politécnica;

Participar e promover a elaboração e montagem de exposições em colaboração com os assessores de museografia;

Promover, divulgar e implementar as acções previstas de forma concertada e adequada aos públicos alvo;

Coordenar a produção de conteúdos, acompanhamento, e distribuição das artes finais;

Realizar o acompanhamento e avaliação dos públicos que visitam os museus com vista a uma definição de políticas de alargamento de públicos alvo;

Promover parcerias com outras instituições museológicas, museus nacionais e internacionais;

Elaborar o relatório anual de actividades e balanço de exposições museológicas.

10 — Métodos de selecção a utilizar:

- a) Avaliação curricular;
- b) Provas de conhecimentos gerais e específicos, com carácter eliminatório;
- c) Entrevista profissional de selecção.

10.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) Habilitações académicas;
- b) Formação profissional;
- c) Experiência profissional.

10.2 — A prova de conhecimentos gerais e específicos será efectuada com base no programa de provas publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, e no programa de provas constantes do anexo ao despacho n.º 3/R/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 20 de Março de 1996, e terá, a duração de uma hora e trinta minutos.

10.3 — A classificação da prova de conhecimentos será atribuída numa escala de 0 a 20 valores e a mesma será eliminatória se a respectiva classificação for inferior a 9,5 valores.

10.4 — A bibliografia e a legislação necessárias à preparação das provas são as constantes do anexo ao presente aviso.

10.5 — Na entrevista profissional de selecção, que, visando avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, serão ponderados os seguintes factores:

- a) Níveis de motivação e interesse;
- b) Capacidade de análise e de síntese;
- c) Capacidade de expressão e fluência verbais;
- d) Experiência profissional de acordo com os requisitos especiais.

11 — A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética das classificações obtidas em todos os métodos de selecção e será expressa numa escala de 0 a 20 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Ficam excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

13 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, e 23/2002, de 1 de Fevereiro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/95, de 21 de Julho, 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

14 — As candidaturas deverão ser formalizadas, até ao termo do prazo mencionado, mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente no Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, Rua da Escola Politécnica, 58, 1250-102 Lisboa, ou remetido pelo correio, através de carta registada, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado.

15 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número, data de emissão e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone);
- Habilitações académicas de base;
- Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação, estágios e outros);
- Experiência profissional com indicação das funções desempenhadas relevantes para o lugar a que se candidata;
- Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;
- Identificação do concurso com referência à categoria a que concorre;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

16 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Fotocópia do bilhete de identidade ou de outro documento de identificação;
- Curriculum vitae* pormenorizado, devidamente datado e assinado;
- Certificado comprovativo das habilitações académicas;
- Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementares, dos estágios, com indicação da entidade que as promoveu e respectiva duração;
- Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;
- Documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão ao concurso, referidos nas alíneas d), e) e f) do n.º 9.1 do presente aviso, os quais podem ser dispensados desde que o candidato declare no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

17 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos legalmente fixados.

18 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final previstas nos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão afixadas no átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa, havendo lugar à notificação, através de carta registada, dos candidatos excluídos, em cumprimento do estatuído no artigo 34.º do mesmo diploma.

19 — Ao estágio é aplicado o regime previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

20 — Constituição do júri:

Presidente — Doutora Maria da Graça Morgado Ramalhinho, directora do Museu Bocage do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Maria Amélia Botelho de Paulo Martins Loução, presidente do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Prof. Doutor Fernando José Arriano de Sousa Barriga, director do Museu Mineralógico e Geológico do Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa.

Vogais suplentes:

Prof.ª Doutora Fernanda Madalena de Abreu da Costa, directora do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Prof. Doutor Jorge Miguel Alberto de Miranda, presidente da direcção do Instituto Geofísico do Infante D. Luís, da Universidade de Lisboa.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

28 de Dezembro de 2005. — O Vice-Reitor, *João Augusto de Sousa Lopes*.

ANEXO I

Conhecimentos gerais

Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Deontologia do serviço público — Decretos-Leis n.ºs 184/89, de 2 de Junho, e 413/93, de 23 de Dezembro, «Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública» (secretariado para a modernização administrativa).

Código do Procedimento Administrativo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso — autonomia universitária, Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro.

Estatutos da Universidade de Lisboa — Despacho Normativo n.º 144/92, de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992.

Conhecimentos específicos

Decreto-Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro (Estatuto do Trabalhador-Estudante).

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (relação jurídica de emprego), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Dezembro, Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho.

Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto (duração e horário de trabalho).

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública).

Estatutos do Museu Nacional de História Natural — despacho n.º 11 002/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 3 de Junho de 2003.

Bibliografia

Cardoso, Luís (2001), *Gestão Estratégica das Organizações. Como Vencer os Desafios do Século XXI*, capítulos I, III e X, Edições Verbo.

Hortinha, Joaquim (2001), *E-marketing. Um Guia para a Nova Economia*, capítulos III, XI e XIII, 8.ª ed., Edições Sílabo.

Maria Eduarda Gonçalves (2000), *Cultura Científica e Participação Pública*, capítulos II, V e XX, Celta Editores.

Caraça, João (2001), *Ciência*, capítulos IV, V e VI, Editora Quimera.

Eidelman, Jacqueline, Van Praet, Michele (2000), *La Muséologie des Sciences et Ses Publics. Regards Croisés sur la Grand Galerie de l'Evolution du Muséum National d'Histoire Naturelle*, Presses Universitaires de France (biblioteca do Museu da Ciência UL).

Associação Portuguesa de Museologia, 1982. Museus universitários.

Sua inserção activa na cultura portuguesa. Actas do Colóquio APOM, Coimbra, 29 November-3 December 1978. APOM, Coimbra (existe na biblioteca do MCUL).

Despacho (extracto) n.º 1113/2006 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 24 de Novembro de 2005, proferido por delegação do reitor, foi homologada a eleição do vogal representante do pessoal investigador do conselho directivo do Instituto de Ciências Sociais, com efeitos à data da homologação, Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro, investigador principal do Instituto de Ciências Sociais. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — Pela Administradora, a Directora de Serviços Administrativos, *Maria Isabel Cabral*.

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso n.º 483/2006 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade da Madeira, Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, de 11 de Outubro de 2005:

Doutora Maria Helena Dias Rebelo, professora auxiliar do Departamento de Estudos Romanísticos — autorizado o contrato administrativo de provimento na carreira de professora auxiliar, a tempo integral e dedicação exclusiva, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2005, por um quinquénio, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado, por ratificação, pela lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Isento de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria da Graça Moniz*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 1114/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Novembro de 2005 do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida a equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Helena Almeida Silva Guimarães, professora associada — no período de 9 a 12 de Novembro de 2005.

Doutora Maria Sílvia Maria Vale Mendes Camões, professora associada — no período de 11 a 13 de Novembro de 2005.

Doutora Ana Paula Lima Pinto Oliveira Almeida Brandão, professora auxiliar — no período de 9 a 12 de Novembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1115/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Isabel Cristina da Costa Alves Ermida, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 19 a 22 de Outubro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1116/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Joseph Eugene Mullin, professor associado — concedida equiparação a bolseiro no período de 2 a 6 de Novembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1117/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado José Marques Fernandes, assistente convidado em regime de colocação especial/requisitado — concedida a equiparação a bolseiro no período de 10 a 12 de Novembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1118/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Cristina Maria Moreira Flores, assistente — concedida a equiparação a bolseiro no período de 6 a 10 de Dezembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1119/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Francesca Clare Rayner, professora auxiliar — no período de 16 a 21 de Novembro de 2005.

Doutor João Manuel Cardoso Rosas, professor auxiliar — no período de 25 a 29 de Novembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1120/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Christine Ulrike Godde, leitora — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 20 dias, com início em 16 de Dezembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1121/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa, professora associada — no período de 14 a 20 de Dezembro de 2005.

Licenciado Secundino Vigón Artos, leitor — no período de 12 a 15 de Dezembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1122/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Filomena Pereira Rodrigues Louro, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 7 a 11 de Dezembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1123/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Setembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado Secundino Vigón Artos, leitor — concedida equiparação a bolseiro no período de 22 a 25 de Setembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1124/2006 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Filomena Pereira Rodrigues Louro, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro nos dias 21 e 22 de Outubro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1125/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues Marques, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 10 a 12 de Dezembro de 2005.

20 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1126/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Jaime José Becerra da Costa — celebrado contrato administrativo de provimento como leitor a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 23 de Novembro de 2005 e termo a 22 de Novembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 155, escalão 3, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1127/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre José João Correia Leite Ribeiro — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005 e termo a 30 de Setembro de 2011, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1128/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Paula Machado de Sousa Carneiro — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2005 e termo a 10 de Outubro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 145, escalão 2, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1129/2006 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Luís Francisco Gomes Dias de Aguiar Conraria — celebrado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2005 e termo a 6 de Outubro de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato de assistente a partir da data supracitada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1130/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Francisco José Monteiro Duarte — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 40 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2005 e termo a 1 de Novembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1131/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Eusébio Manuel Pinto Nunes — celebrado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2005 e termo a 27 de Setembro de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1132/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Ana Cristina de Almeida e Carvalho — celebrado contrato administrativo de provimento como professora auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 20 de Outubro de 2005 e termo a 19 de Outubro de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato de assistente a partir da data supracitada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1133/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre António Avelino Batista Vieira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2005 e termo a 20 de Novembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Médicas

Despacho (extracto) n.º 1134/2006 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Maria Eduarda de Jesus Reis Monteiro — autorizada a rescisão do contrato de assistente convidada desta Faculdade, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Licenciado António Manuel Bessa de Almeida — autorizada a rescisão do contrato de assistente convidado desta Faculdade, a partir de 24 de Janeiro de 2006.

(Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas*.

Despacho (extracto) n.º 1135/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciado António Fernando da Cruz Augusto Neves — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Saúde Mental, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 140), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 7 de Dezembro de 2005, por um ano.

Licenciado Rafael Adame Cabrera — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Anatomia Patológica, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 140), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 7 de Dezembro de 2005, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas*.

Instituto de Tecnologia Química e Biológica

Despacho n.º 1136/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Prof.ª Lígia Maria de Oliveira Martins Pinho e Melo, professora auxiliar convidada — celebrado contrato administrativo de provimento com o Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa, por um ano, renovável por iguais períodos, até ao máximo de quatro vezes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

A Prof.ª Doutora Lígia Maria de Oliveira Martins Pinho e Melo coordena um grupo científico na área da Tecnologia Microbiana e Enzimática, através do qual mantém fortes colaborações com outros grupos do ITQB, nomeadamente os dos Professores Adriano Henriques, Arménia Carrondo, Miguel Teixeira e Cláudio Soares. É igualmente responsável científica por dois projectos de investigação, um europeu e um nacional. Adicionalmente é responsável pela formação científica de dois estudantes de doutoramento, uma aluna de pós-doutoramento e uma estagiária.

5 de Janeiro de 2006. — O Subdirector, na ausência do Director, *Cláudio Soares*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 1137/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciado João Gonçalves de Oliveira Neves, professor auxiliar convidado, além do quadro, com 50 % do vencimento, da Faculdade de Engenharia desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado, além do quadro, do Departamento de Engenharia Metalúrgica de Materiais, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005 e pelo período de cinco anos, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

A comissão coordenadora do conselho científico da FEUP tendo apreciado o parecer subscrito pelos professores catedráticos Doutores Henrique Manuel Cunha Martins dos Santos e Luís Filipe Malheiros de Freitas Ferreira e pelo professor associado Doutor Manuel Fernando Gonçalves Vieira, deliberou por unanimidade propor a contratação do licenciado João Gonçalves de Oliveira Neves como professor auxiliar convidado a 100 % do departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais desta Faculdade.

O licenciado João Gonçalves de Oliveira Neves apresenta aptidões comprovadas pelos professores atrás citados de que o Departamento muito pode beneficiar.

26 de Julho de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *Carlos A. V. Costa*.

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1138/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Anabela de Fátima da Costa Leão, assistente estagiária além do quadro da Faculdade de Direito desta Universidade — contratada por conveniência urgente de serviço como assistente além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1139/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Tânia Maria Monteiro Magalhães — contratada, por conveniência urgente de serviço, como monitora além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 8 de Novembro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1140/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Rute Manuela Fernandes Monteiro Teixeira Pedro, assistente estagiária além do quadro da Faculdade de Direito desta Universidade — contratada por conveniência urgente de serviço como assistente além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1141/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Rui Alexandre Carvalhais Costa Padrão — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro com 60 % do vencimento, do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1142/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Maria Gabriela Beirão dos Santos — contratada, por conveniência urgente de serviço, como monitora além do quadro da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1143/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado David Miguel Ramalho Pereira — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1144/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Paulo José Vieira Nogueira — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1145/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Pedro Pereira Rodrigues — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1146/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado António Acácio Couto Jorge Lima, professor auxiliar convidado além do quadro, com 60 % do vencimento, da Faculdade de Engenharia desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado além do quadro, com 50 % do vencimento, do Departamento de Engenharia Metalúrgica de Materiais da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 2005 e pelo período de cinco anos, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

A comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tendo apreciado o parecer

subscrito pelos professores catedráticos Doutores Henrique Manuel Cunha Martins dos Santos e Luís Filipe Malheiros de Freitas Ferreira e pelo professor associado Doutor Manuel Fernando Gonçalves Vieira, deliberou, por unanimidade, propor a contratação do licenciado António Acácio Couto Jorge Lima como professor auxiliar convidado a 50% do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais desta Faculdade.

O licenciado António Acácio Couto Jorge Lima apresenta aptidões comprovadas pelos professores atrás citados, de que o Departamento muito pode beneficiar.

13 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *Carlos A. V. Costa*.

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1147/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Daniel José Rodrigues de Oliveira — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado além do quadro da Faculdade de Arquitectura desta Universidade, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2005 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1148/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Ana Isabel da Costa e Silva, assistente estagiária além do quadro da Faculdade de Arquitectura desta Universidade — contratada por conveniência urgente de serviço como assistente, além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 12 de Julho de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1149/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciado Patrício Ricardo Soares Costa — contratado por conveniência urgente de serviço como assistente convidado além do quadro, com 30% do vencimento, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

27 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1150/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Alexandra Rios de Castro Sousa Martins — contratada como estagiária da carreira técnica superior do Serviço de Assessoria à Gestão e Apoio Jurídico da Reitoria e Serviços Centrais desta Universidade, com efeitos a partir da data da celebração do contrato, não anterior à data da sua autorização. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

28 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1151/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Hugo Manuel Gonçalves da Silva — contratado por conveniência urgente de serviço como monitor além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005 e até 11 de Fevereiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

29 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 1152/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Tiago Aleixo de Sousa Soares, monitor além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

30 de Dezembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Faculdade de Farmácia

Despacho (extracto) n.º 1153/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria São José Garcia Alexandre Nascimento da Fonseca, professora associada com agregação desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País de 16 a 21 de Janeiro de 2005.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Manuel Moreira Gonçalves*.

Faculdade de Letras

Despacho n.º 1154/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Teresa Maria Vieira de Sá Marques, professora associada desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 27 de Dezembro de 2005 a 7 de Janeiro de 2006.

30 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Correia Fernandes*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura

Despacho n.º 1155/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho directivo, publica-se o regulamento interno de doutoramentos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado em reunião do plenário do conselho directivo de 10 de Maio de 2005:

Regulamento de doutoramentos

(versão de 10 de Maio de 2005)

Artigo 1.º

Grau de doutor

O grau de doutor comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico independente (Decreto-Lei n.º 216/92, artigo 17.º).

Artigo 2.º

Ramos de doutoramento

1 — A Universidade Técnica de Lisboa, através da Faculdade de Arquitectura, adiante designada por Faculdade, conferirá o grau de doutor nos ramos de conhecimento já aprovados (Arquitectura e Planeamento Urbanístico), bem como nos novos ramos que venham a ser aprovados pelo senado da Universidade, sob proposta do conselho científico da Faculdade.

2 — O conselho científico poderá ainda aprovar, sob proposta de conselhos de departamento, programas de doutoramento, que serão sujeitos a regulamentação.

Artigo 3.º

Habilitação de acesso

Podem candidatar-se ao grau de doutor:

- a) Os licenciados com a classificação final mínima de 16 valores;
- b) Os titulares do grau de mestre;

- c) Os detentores de um currículo científico, académico e profissional que ateste capacidade para a habilitação ao grau de doutor, precedendo apreciação curricular realizada pelo plenário do conselho científico da Faculdade.

Artigo 4.º

Apresentação de candidaturas

1 — A apresentação de candidatura a doutoramento é feita nos termos deste regulamento e em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 216/92 e no regulamento de doutoramentos da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Os candidatos que pretendam iniciar trabalhos de doutoramento pela Universidade Técnica de Lisboa, através da Faculdade de Arquitectura, devem apresentar um requerimento dirigido ao conselho científico da Faculdade, desse modo formalizando a sua candidatura à obtenção do grau de doutor.

3 — Do processo de candidatura devem constar, para além do requerimento a que se refere o n.º 2, o *curriculum vitae* do candidato, a explicitação do domínio científico a investigar, o nome do(s) orientador(es) escolhido(s) e respectiva(s) declaração(ões) de aceitação e um plano de trabalhos em que, de uma forma clara e sintética, estejam explicitadas as questões de investigação, os objectivos, a metodologia a desenvolver e a bibliografia de referência.

4 — Os candidatos a doutoramento que se encontrem nas condições definidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º deste regulamento podem apresentar-se a provas de doutoramento sob sua exclusiva responsabilidade, portanto, sem orientador.

5 — Os processos de candidatura serão apresentados em dois períodos durante o ano lectivo, a definir pelos órgãos competentes, por forma a uma melhor articulação com o processo da sua apreciação e aceitação.

Artigo 5.º

Aceitação das candidaturas

1 — Compete ao conselho científico da Faculdade apreciar e decidir sobre a aceitação das candidaturas a doutoramento, nos termos do Decreto-Lei n.º 216/92, e do regulamento de doutoramentos da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — A decisão sobre o requerimento de candidatura deve ter lugar nos 30 dias subsequentes ao da sua entrega na Faculdade.

3 — Para os efeitos de emissão de pareceres sobre a aceitação das candidaturas a doutoramento, serão criados júris de candidatura, designados pelo conselho científico e compostos por dois professores da Faculdade de Arquitectura do domínio científico em que é solicitada a realização do doutoramento, para além do orientador ou co-orientador.

4 — A aceitação da candidatura pelo conselho científico está condicionada à apresentação, prévia e obrigatória, de parecer positivo do júri de candidatura constituído nos termos do número anterior.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 216/92, o júri de candidatura poderá recomendar ao conselho científico a imposição da frequência e aprovação em disciplinas de pós-graduação da Faculdade de Arquitectura ou de outras escolas universitárias, tendo em atenção o currículo do candidato e visando proporcionar-lhe a formação adicional necessária ao adequado desenvolvimento do seu projecto de dissertação.

Artigo 6.º

Propinas

1 — No caso de aceitação da candidatura, fica o candidato obrigado ao pagamento de uma propina, nos termos do regulamento de propinas de doutoramento da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — (*Retirado o n.º 2 por se considerar que está abrangido pela legislação em vigor — artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro.*)

Artigo 7.º

Registo do tema e do plano da dissertação

1 — Os candidatos devem proceder ao registo do tema da dissertação de doutoramento e do respectivo plano.

2 — O registo caduca quando nos cinco anos subsequentes à sua realização não tenha sido entregue a dissertação.

Artigo 8.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador com o grau de doutor da Universidade, exceptuando os casos previstos no n.º 4 do artigo 4.º, bem como professores e investigadores de outra instituição.

2 — Podem ainda orientar a preparação da dissertação especialistas na área da dissertação, reconhecidos como idóneos pelo conselho científico da Faculdade.

3 — O conselho científico da Faculdade pode admitir situações de co-orientação a cargo de professores e investigadores da Universidade ou de outra instituição e ainda de especialistas na área da dissertação.

4 — Compete ao conselho científico da Faculdade analisar e decidir sobre os pedidos de mudanças de orientador, quando devidamente fundamentados.

5 — Os relatórios escritos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 216/92 serão elaborados com base em relatórios de progresso apresentados pelos candidatos.

6 — São obrigações administrativas do orientador científico:

- Solicitar relatórios de progresso ao candidato, de acordo com o programa de trabalho acordado entre as partes;
- A apresentação dos relatórios escritos previstos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 216/92, os quais deverão referir explicitamente a evolução dos trabalhos face ao plano de estudos e ao calendário previsional aprovados, uma avaliação crítica dos conteúdos em desenvolvimento e as principais linhas estratégicas definidas pela orientação no período a que se refere o relatório, bem como ao desenvolvimento futuro.

Artigo 9.º

Publicação prévia de materiais da dissertação de doutoramento

1 — Os materiais de preparação da dissertação poderão ser objecto de apresentação em conferências ou de publicação sob a forma de artigo antes da apresentação da dissertação de doutoramento, devendo ser sempre feita a menção expressa da sua inserção num projecto de doutoramento.

2 — Para os efeitos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 216/92, considera-se que os materiais publicados nos termos do número anterior não prejudicam a condição de originalidade ali estipulada.

3 — O texto final da dissertação de doutoramento poderá incluir materiais publicados nos termos dos números anteriores convenientemente articulados com o tema da dissertação.

Artigo 10.º

Entrega da dissertação e requerimento de provas

1 — O candidato não poderá requerer provas antes de decorrido um ano sobre a data da aceitação da candidatura.

2 — Terminada a elaboração da dissertação, o doutorando deve solicitar a realização das provas, em requerimento dirigido ao conselho científico da Faculdade e acompanhado por:

- Dez exemplares policopiados da dissertação, com a indicação expressa de «Documento provisório»;
- Dez resumos da dissertação em inglês e em português, acompanhados da indicação de cerca de seis palavras-chave, em suporte de papel e em formato digital;
- Dez exemplares do *curriculum vitae*.

3 — O conselho científico da Faculdade decidirá, nos 30 dias subsequentes ao da entrega dos exemplares da dissertação e do requerimento de provas, sobre a constituição do júri a propor ao reitor.

4 — Se o júri, constituído nos termos do artigo 13.º deste regulamento, na sua primeira reunião, não sugerir qualquer alteração à dissertação apresentada, aceitando-a como definitiva, o candidato fará a entrega de mais cinco exemplares, incluindo na capa e na primeira página o nome da Universidade e da Faculdade, o título da dissertação, os nomes do candidato e do orientador e co-orientadores, caso existam, e a constituição do júri.

5 — Se o júri solicitar ao candidato a reformulação da dissertação, este procederá de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 216/92 e em conformidade com as recomendações feitas pelo júri.

6 — Reformulada a dissertação, o candidato deve proceder à entrega de 15 exemplares definitivos, observando as normas expressas no n.º 4 deste artigo no que refere à capa e à folha de rosto.

7 — Se o candidato decidir manter a dissertação tal como a apresentou inicialmente, procede-se de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 216/92 e com o expresso no n.º 4 deste artigo.

Artigo 11.º

Constituição do júri

1 — O júri é nomeado pelo reitor, mediante proposta do conselho científico da Faculdade, nos 30 dias subsequentes ao da entrega dos exemplares da dissertação e do requerimento de provas.

2 — Da proposta do júri deverão constar os nomes dos dois vogais que elaborarão pareceres sobre a dissertação.

3 — O júri de doutoramento é constituído de acordo com o disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92.

Artigo 12.º

Prova de doutoramento

1 — As provas de doutoramento iniciar-se-ão por uma exposição oral feita pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, pondo em evidência os seus objectivos, os meios utilizados para a realizar e as principais conclusões obtidas.

2 — A exposição oral referida no número anterior durará até trinta minutos.

3 — A duração da prova de doutoramento não deve exceder duas horas e trinta minutos.

Artigo 13.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão pública da dissertação não pode ter lugar sem a presença do presidente e da maioria dos restantes membros do júri.

2 — Todos os vogais do júri devem intervir na discussão da dissertação.

3 — Na discussão da dissertação, deve ser proporcionado ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

Artigo 14.º

Deliberação do júri

1 — Concluída a discussão referida no artigo 12.º, o júri reúne para apreciação e avaliação da prova e para deliberação sobre a classificação final do candidato, através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.

2 — O presidente do júri dispõe de voto de qualidade e pode também participar na deliberação, desde que tenha sido designado vogal.

3 — A classificação final do candidato é expressa pelas fórmulas de *Aprovado* e *Recusado*.

Artigo 15.º

Casos omissos

Nos casos omissos aplicam-se as normas previstas no Decreto-Lei n.º 216/92, no regulamento de doutoramentos da Universidade Técnica de Lisboa (deliberação n.º 2/UTL/93, do senado) e no Código do Procedimento Administrativo.

Adenda

Atendendo a que ainda não estão em fase de implementação programas de doutoramento na Faculdade de Arquitectura, pretende-se com esta adenda regular, através de regime transitório, o processo de aceitação de candidaturas a doutoramento referido no n.º 3 do artigo 5.º do regulamento em causa.

Disposições transitórias:

- No que respeita à emissão de pareceres sobre a aceitação de candidaturas, mantém-se em vigor o disposto no regulamento de doutoramentos da UTL;
- Os pareceres previstos no referido regulamento da UTL deverão, necessariamente, ter carácter conclusivo.

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Marques Caria*.

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 1156/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 7 de Dezembro de 2005, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Doutora Júlia Maria Vitorino Teles — autorizado o contrato administrativo de provimento por um quinquénio, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar além do quadro desta Faculdade, com efeitos a partir do despacho autorizador, considerando-se rescindido o contrato na categoria anterior, a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Despacho n.º 1157/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 16 de Dezembro de 2005, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Licenciado Fernando António Rodrigues da Silva Cabral — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (20 %), além do quadro desta Faculdade, por conveniência urgente de serviço, com efeitos

a partir de 13 de Janeiro de 2006, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da referida data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do ECDU, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/80, de 16 de Julho

Consideramos que o Dr. Fernando Cabral possui um currículo relevante na docência de cursos de pós-graduação de Segurança e Saúde do Trabalho em diversas Escolas Superiores (INDEG/ISCTE, Universidade de Évora, ISLA, UAL e Universidade Católica). Foi ainda responsável por 14 livros relacionados com a segurança e saúde no trabalho, publicados por várias editoras (IDICT, Almedina e Verlag Dashofer). Foi presidente do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, tendo participado em várias missões e projectos, dos quais destacamos a direcção das campanhas sectoriais de prevenção de riscos profissionais, a direcção da equipa do Livro Verde dos Serviços de Prevenção e a direcção da equipa que estruturou o sistema regulador da prestação de serviços de segurança e saúde no trabalho em Portugal.

7 de Dezembro de 2004. — *Anabela Simões — Francisco Rebelo — Raquel Santos*.

27 de Dezembro de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Instituto Superior de Agronomia

Rectificação n.º 55/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 9 de Dezembro de 2005, a p. 17 233, o aviso n.º 11 245/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê:

«11 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar será o de concurso de provas públicas, que consistirá na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato, complementado com a avaliação curricular.

11.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

- Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- Formação profissional, onde se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional dos lugares postos a concurso;
- Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área funcional posta a concurso, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.»

deve ler-se:

«11 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- Avaliação curricular, com carácter eliminatório;
- Entrevista profissional de selecção, com carácter complementar.

11.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional.

11.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, face ao disposto no artigo 23.º da mencionada disposição legal.»

27 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa*.

Rectificação n.º 56/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230, de 30 de Novembro de 2005, a p. 16 789, o aviso n.º 10 880/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «concurso interno de acesso misto» deve ler-se «concurso interno de acesso geral».

27 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Aviso n.º 484/2006 (2.ª série). — Sob proposta da comissão directiva do mestrado em Educação — História e Problemas Actuais da Educação e ouvido o conselho científico na sua sessão plenária de 21 de Dezembro de 2005, foi aprovada a proposta de alteração da estrutura curricular do citado mestrado, que passa a ter a seguinte redacção:

Estrutura curricular

	AC	NH	UC
1.º semestre:			
Fundamentos da Animação Sócio-Cultural	EP	30	2
Educação Ambiental e do Consumidor	EP	30	2
Opção — Educação e Desenvolvimento Sócio-Económico	EP	30	2
Opção — Educação na Era da Tecnologia	EP	30	2
Opção — História das Ideias Educativas	EP	30	2
Opção — Problemas Axiológicos da Educação Contemporânea	EP	30	2
2.º semestre:			
Educação Intercultural	EP	30	2
Educação/Promoção da Saúde	EP	30	2
Investigação Educativa	EP	30	2
Opção — Família e Escola	EP	30	2
Opção — Educação e Sociedade Contemporânea	EP	30	2
Seminário	EP	30	2
3.º e 4.º semestres:			
Dissertação.			

Legenda:

AC — Área científica;
 NH — Número de horas;
 UC — Unidades de crédito;
 EP — Educação e Psicologia.

29 de Dezembro de 2005. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho (extracto) n.º 1158/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Dezembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de doutoramento na área científica de Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas, Informática Aplicada, requeridas pelo licenciado em Engenharia Electrotécnica, ramo de Informática, Leonel Caseiro Morgado:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 Vogais:

Doutor José Afonso Moreno Bulas Cruz, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 Doutor Pedro José de Melo Teixeira Pinto, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 Doutor José Luís Pires Ramos, professor associado da Universidade de Évora.
 Doutora Maria Gabriel Moreno Bulas Cruz, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 Doutora Teresa Maria Sena de Vasconcelos, professora-coordenadora da Escola Superior de Educação de Lisboa.
 Doutor Manuel José Cabral dos Santos Reis, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
 Doutor David Cavallo, professor of the Massachusetts Institute of Technology.
 Doutor Kenneth M. Kahn, professeur of the CEO Animated Programms.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível.*)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 1159/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Julho de 2005:

José Luís Rego Reis — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, além do quadro, em regime

de tempo integral com exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início em 21 de Novembro de 2005, considerando-se nessa data rescindido o contrato celebrado com o Instituto Politécnico de Beja, em 20 de Setembro de 2005, como equiparado a assistente do 1.º triénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

13 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho.*

Despacho n.º 1160/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 26 de Setembro de 2005:

Pedro de Azevedo Soares Ferreira Martinho — autorizado o contrato administrativo de provimento, pelo período de seis meses, como equiparado a assistente do 1.º triénio, além do quadro, em tempo parcial de 40 %, em regime de acumulação de funções, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início a 26 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho.*

Despacho n.º 1161/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Novembro de 2005:

Augusto Joaquim de Carvalho Lança — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio além do quadro, em regime de exclusividade, para a Escola Superior Agrária de Beja, desde 2 de Novembro de 2005 e até 30 de Setembro de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 140. (Isento de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ramalho.*

Despacho n.º 1162/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Novembro de 2005:

Sandra Maria Alves Fialho de Almeida Palma Ferro — autorizado o contrato administrativo de provimento, como equiparado a assis-

tente do 2.º triénio além do quadro, em regime de exclusividade, para a Escola Superior Agrária de Beja, desde 2 de Novembro de 2005 e até 30 de Setembro de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 140. (Isento de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

Despacho n.º 1163/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Novembro de 2005:

Maria Teresa Borralho Marques dos Carvalhos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, além do quadro, em regime de exclusividade, para a Escola Superior Agrária de Beja, desde 2 de Novembro de 2005 e até 30 de Setembro de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 140. (Isento de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

Despacho n.º 1164/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Setembro de 2005:

Pedro Miguel Tavares Caetano Dias — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, pelo período de um biénio, como equiparado a assistente do 1.º triénio, além do quadro, a tempo parcial de 40 %, em regime de acumulação de funções, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início em 24 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

Despacho n.º 1165/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Novembro de 2005:

António Coelho Vicente — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, além do quadro, em regime de exclusividade, para a Escola Superior Agrária de Beja, desde 2 de Novembro de 2005 e até 30 de Setembro de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 3, índice 150. (Isento de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

19 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ramalho*.

Despacho n.º 1166/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Novembro de 2005:

Hugo Miguel Camacho Leão — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio além do quadro, em regime de tempo integral com exclusividade, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, com início em 21 de Novembro de 2005, considerando-se nessa data rescindido o contrato celebrado com o Instituto Politécnico de Beja em 26 de Fevereiro de 2005 como equiparado a assistente do 1.º triénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

23 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Luís Ildefonso Ramalho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Despacho n.º 1167/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Eduardo Manuel Mendes Costa — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de especialista de informática do grau 2 do Instituto Politécnico de Bragança, com efeitos a partir da publicação no *Diário da República*, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida prevista no mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1168/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Paulo Manuel Costa do Vale — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de especialista de infor-

mática do grau 1 do Instituto Politécnico de Bragança, com efeitos a partir da publicação no *Diário da República*, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida prevista no mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1169/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Agosto de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciado João Manuel Neto Jacob — celebrado contrato administrativo de provimento para o exercício de funções de equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, em regime de tempo parcial, com uma carga horária não superior a seis horas semanais, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de 50 % do vencimento de tempo integral € 680,526 acrescida dos subsídios de Natal e de férias, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e até 31 de Julho de 2006.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1170/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Maria Alzira Rafael Pimenta Guerra — celebrado contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária de Bragança, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e até 30 de Setembro de 2006, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1171/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Maria Infância Lopes Silva — celebrado contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária de Bragança, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e até 30 de Setembro de 2006, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1172/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo Guerreiro — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 27 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, com a duração de um ano, em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1173/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Catarina Margarida da Silva Vasques — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 2 de Janeiro de 2006, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e com a duração de três anos, em conformidade

com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1174/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Ana Maria Alves — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 3 de Janeiro de 2006, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, com a duração de um ano, em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1175/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre António José Santos Meireles — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 18 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, com a duração de três anos, em conformidade com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1176/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre António Miguel de Barros Monteiro — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 22 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, com a duração de um ano, em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1177/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Maria José Afonso Magalhães Rodrigues — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 21 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, com a duração de um ano, em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 1178/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Pedro Miguel Monteiro Rodrigues — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equi-

parado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 14 de Dezembro de 2005, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e terá a duração de um ano, em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

30 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Comunicação Social

Despacho n.º 1179/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Novembro de 2005:

Carla Isabel Agostinho Martins — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 135 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

Despacho n.º 1180/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Novembro de 2005:

Mário Costa Martins de Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

Despacho n.º 1181/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Novembro de 2005:

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

Despacho n.º 1182/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

João Pedro Coelho Gomes de Abreu — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, com dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, a Vice-Presidente, *Maria Emília de Sousa*.

Despacho n.º 1183/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Vanda Maria Ferreira Faria Cardoso Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 100 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, a Vice-Presidente, *Maria Emília de Sousa*.

Despacho n.º 1184/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, com dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 150 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, a Vice-Presidente, *Maria Emília de Sousa*.

Despacho n.º 1185/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Novembro de 2005:

Pedro Manuel Coutinho Diniz de Sousa — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 135 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, a Vice-Presidente, *Maria Emília de Sousa*.

Despacho n.º 1186/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 13 de Dezembro de 2005:

Gustavo Alberto Seabra Leitão Cardoso — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 20 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Março e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, a Vice-Presidente, *Maria Emília de Sousa*.

Escola Superior de Dança

Despacho (extracto) n.º 1187/2006 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa:

De 27 de Outubro de 2005:

Maria Teresa Mourão Sotto-Mayor Lima — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial, 30 %, para a Escola Superior de Dança, e com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 559,55.

De 16 de Novembro de 2005:

Amélia de Jesus Rodrigues Bentes — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, de 17 de Outubro de 2005 a 17 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1865,15.

Francisco Pedro Pimentel Barros Pinto da Costa — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado

a professor-adjunto, em regime de dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Dança, com a duração de dois anos e com efeitos a partir de 26 de Novembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 3402,63.

Ana Isabel Pereira e Silva Marques — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, com a duração de um ano e com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1865,15.

Vanda Maria dos Santos Nascimento — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, com a duração de um ano e com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1865,15.

Maria Luísa Taveira Costa Santos — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-coordenadora, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, com a duração de um ano e com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 2218,01.

De 25 de Novembro de 2005:

Rui Manuel Lopes Graça — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, de 24 de Outubro a 2 de Dezembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1865,15.

De 28 de Novembro de 2005:

Ezequiel Fernando Azevedo dos Santos — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 20 %, para a Escola Superior de Dança, de 3 de Outubro a 31 de Dezembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 373,03.

Vítor Manuel Mendes Garcia dos Santos — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Dança, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2005 e termo em 30 de Junho de 2006, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1865,15.

Aldara Maria Bizarro Leitão Fernandes — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial, 60 %, para a Escola Superior de Dança, de 19 de Outubro a 31 de Dezembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1119,09.

Rui Pedro Malheiro da Silva Ferrão Cidra — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, 20 %, para a Escola Superior de Dança, de 3 de Outubro a 31 de Dezembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 373,03.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Crespo*.

Escola Superior de Música

Despacho n.º 1188/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Manuel Nuno d'Elvas Leitão Ivo Cruz — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (60 %), para a Escola Superior de Música de Lisboa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1179,58. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

Despacho n.º 1189/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Nuno António Simões Inácio — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo parcial (50 %), para a Escola Superior de Música de Lisboa, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de

Outubro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 680,53. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

Despacho n.º 1190/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Aníbal Castanho de Lima — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (50 %), para a Escola Superior de Música de Lisboa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 982,98. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

Despacho n.º 1191/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 25 de Novembro de 2005:

Carlos Miguel Marques da Costa Caires — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (30 %), para a Escola Superior de Música de Lisboa, com início a 1 de Outubro de 2005 e com a duração de um ano, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 559,54. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravares

Despacho (extracto) n.º 1192/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 24 de Setembro de 2005:

Teresa Ramalhal Teixeira da Silva Baptista, professora-adjunta desta Escola — autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração a partir de 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Elisa Maria Bernardo Garcia*.

Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende

Despacho (extracto) n.º 1193/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Outubro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

Isabel Margarida Franco Ferreira Landeiro — autorizado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por um ano, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

Despacho (extracto) n.º 1194/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

César João Vicente da Fonseca — renovado o contrato como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

Despacho (extracto) n.º 1195/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

Maria Madalena Nobre Marreiros de Assunção Mela Martins — renovado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em

regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por dois anos, com efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

Despacho (extracto) n.º 1196/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

Sónia Isabel Pinela Colaço Marques — renovado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por dois anos, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

Despacho (extracto) n.º 1197/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

Rosa Celeste de Oliveira Gomes — renovado o contrato como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por dois anos, com efeitos a partir de 26 de Julho de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

Despacho (extracto) n.º 1198/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Setembro de 2005 da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende:

Jordão Filipe dos Ramos Abreu — autorizado o contrato como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação de funções e em tempo parcial (30 %), válido por um ano, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

22 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paula Mège Pires*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 485/2006 (2.ª série):

Maria Luísa de Sousa Panaças — autorizada a renovação do contrato, após deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea h) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparada a professora-adjunta, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, pelo biénio de 4 de Outubro de 2005 a 3 de Outubro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 486/2006 (2.ª série):

Joelle Odette Hermine Ghazarian — autorizada a renovação do contrato, após deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea h) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparada a professora-adjunta, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, pelo biénio de 1 de Outubro de 2005 a 30 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 487/2006 (2.ª série):

Lopo Guerreiro Pizarro de Sampaio e Melo — autorizada a renovação do contrato, após deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, pelo biénio de 1 de Outubro de 2005 a 30 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 488/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Carlos Manuel Barbas do Rosário — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Março de 2005 a 28 de Fevereiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 489/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 2 de Novembro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Fernando Manuel de Matos Oliveira — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 20 de Outubro de 2005 a 19 de Outubro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 490/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 2 de Novembro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Fernando Alberto Louro Almeida Pires — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 28 de Setembro de 2005 a 27 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 491/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

David Alan Allway — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especial-

mente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 15 de Novembro de 2005 a 14 de Novembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 492/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Rui Filipe Moniz Cambráia — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Outubro de 2005 a 30 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 493/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Dawn Angela Grafton — autorizada a renovação do contrato como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 15 de Novembro de 2005 a 14 de Novembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 494/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Eva Maria Marques Milheiro — autorizada a renovação do contrato como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Outubro de 2005 a 30 de Setembro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 495/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Luís Miguel Ferreira Henriques — autorizada a renovação do contrato como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Setembro de 2005 a 31 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 496/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do

Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Vitor Miguel Monteiro de Lima — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Novembro de 2005 a 31 de Outubro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 497/2006 (2.ª série). — Por deliberação tomada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, nos termos do despacho n.º 11 389/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 20 de Maio de 2005, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Maria Teresa Fernandes de Oliveira — autorizada a renovação do contrato como equiparada a professora-adjunta, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo completo e exclusividade, para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Educação, no biénio de 1 de Setembro de 2005 a 31 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Escola Superior de Saúde de Portalegre

Aviso n.º 498/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, proferido no uso de competências delegadas:

António José Reis do Arco — nomeado provisoriamente na categoria de professor-adjunto para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Saúde de Portalegre, integrada no Instituto Politécnico de Portalegre, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*, na sequência de concurso documental aberto pelo edital n.º 773/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 1 de Setembro de 2005, para a área de Ciências de Enfermagem, vertente de Fundamentos de Enfermagem. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 499/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, proferido no uso de competências delegadas:

Raul Alberto Carrilho Cordeiro — nomeado provisoriamente na categoria de professor-adjunto para o exercício de funções docentes na Escola Superior de Saúde de Portalegre, integrada no Instituto Politécnico de Portalegre, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*, na sequência de concurso documental aberto pelo edital n.º 773/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 1 de Setembro de 2005, para a área de Ciências de Enfermagem, vertente de Saúde Mental e Psiquiatria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Aviso n.º 500/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, proferido no uso de competências delegadas, e nos termos do n.º 9 da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugado com a alínea *h*) do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 166, e ao abrigo da alínea *c*) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

Luís Miguel Leitão da Silva — autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento, pessoal especialmente contratado como encarregado de trabalhos, em regime de tempo completo e exclu-

sividade, com efeitos a partir de 13 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Serviços Centrais

Contrato (extracto) n.º 26/2006:

Virgínia Cláudia Teixeira Moreira — celebrado contrato administrativo de provimento como técnica superior de 2.ª classe, precedendo concurso, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com efeitos a partir de 5 de Outubro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — Pelo Administrador, o Técnico Superior, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Contrato (extracto) n.º 27/2006:

Paula Cristina Ferreira da Silva — celebrado contrato administrativo de provimento como técnica superior de 2.ª classe, precedendo concurso, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, válido por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com efeitos a partir de 5 de Outubro de 2005.

29 de Dezembro de 2005. — Pelo Administrador, o Técnico Superior, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1199/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico do Porto de 30 de Setembro de 2005:

Humberto Ribeiro Pereira — designado coordenador de projecto, com a validade de dois anos, com início em 1 de Outubro de 2005, nos termos dos n.ºs 1, alínea *a*), 2 e 3, alínea *a*), do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

7 de Dezembro de 2005. — Pelo Administrador, o Técnico Superior, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1200/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Sílvia Ivone da Silva Azevedo — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, técnica superior de 2.ª classe, precedendo concurso, com efeitos a partir de 5 de Outubro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — Pelo Administrador, o Técnico Superior, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1201/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Patrícia Carla Rodrigues Mota da Costa, técnica superior de 2.ª classe do Instituto Superior de Engenharia — concedida a equiparação a bolseiro no País, a tempo parcial, no período compreendido entre 19 de Dezembro de 2005 e 31 de Outubro de 2006.

28 de Dezembro de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos S. Fernandes*.

Instituto Superior de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 1202/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico:

Maria da Conceição de Almeida Leite — rescindido, por mútuo acordo, o contrato administrativo de provimento na categoria de equiparada a assistente, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2005.

29 de Dezembro de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos S. Fernandes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DO PORTO**Escola Superior de Enfermagem de São João**

Despacho (extracto) n.º 1203/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de São João:

Maria Joana Alves Campos — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de exclusividade, por um período de um ano, com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2005, para exercer funções na Escola Superior de Enfermagem de São João.

22 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo José Parente Gonçalves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 1204/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Novembro de 2005 do presidente deste Instituto:

Mário João Ribeiro da Silva — autorizada a nomeação em regime de comissão de serviço extraordinária como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de um ano, a partir de 1 de Dezembro de 2005, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Enfermagem de Santarém, deste Instituto, a que corresponde a remuneração relativa ao escalão 1, índice 100, da carreira do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2005. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho (extracto) n.º 1205/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do presidente deste Instituto:

Aurélino Fernando Rosa Lopes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo parcial e acumulação, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2005 e até 31 de Julho de 2006, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Educação de Santarém, deste Instituto, com a remuneração relativa a 30% do escalão 1, índice 135 (sem exclusividade), da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2005. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho (extracto) n.º 1206/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do presidente deste Instituto:

José Maurício Dias — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial e acumulação, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2005 e até 31 de Julho de 2006, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Educação deste Instituto, com a remuneração relativa a 30% do escalão 1, índice 100 (sem exclusividade), da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2005. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho (extracto) n.º 1207/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Outubro de 2005 do presidente deste Instituto:

Marta Maria Gonçalves Rosa — autorizada a nomeação em regime de comissão de serviço extraordinária como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de um ano, a partir de 15 de Novembro de 2005, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Enfermagem de Santarém, deste Instituto, a que corresponde a remuneração relativa ao escalão 1, índice 100, da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho (extracto) n.º 1208/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Novembro de 2005 do presidente deste Instituto:

Dina Maria Gomes Rocha Araújo — autorizada a acumulação, em regime de tempo parcial, como equiparada a assistente do 1.º triénio, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2005 e até 28 de Fevereiro de 2006, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Educação de Santarém, deste Instituto, com a remuneração correspondente a 30% do escalão 1, índice 100 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — Pelo Administrador, (*Assinatura ilegível.*)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Contrato n.º 28/2006. — Por despacho de 17 de Novembro de 2005 do vice-presidente, em substituição do presidente, nos termos da primeira parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do IPVC, homologados pelo Despacho Normativo n.º 23/95, de 21 de Março:

Licenciada Maria Madalena Pereira Domingues — autorizada a contratação como equiparada a assistente do 2.º triénio para a Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico, em regime de tempo parcial, 20%, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005 e até 15 de Setembro de 2006. Vencimento ilíquido de € 272,21. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

Contrato n.º 29/2006. — Por despachos de 3 de Novembro de 2005 do vice-presidente, em substituição do presidente nos termos da primeira parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do IPVC, homologados pelo Despacho Normativo n.º 23/95, de 21 de Março:

Autorizados os contratos para a Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de substituição, com exclusividade, como equiparados a assistentes do 2.º triénio dos seguintes docentes:

Licenciada Carla Maria Gomes Marques de Faria — por um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 a 31 de Agosto de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 135, da tabela do pessoal do ensino superior politécnico.

Licenciado António Jorge Simões Dantas — por um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 a 31 de Agosto de 2006. O vencimento é o correspondente ao escalão 1, índice 140, da tabela do pessoal do ensino superior politécnico.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

Contrato n.º 30/2006. — Por despacho de 18 de Outubro de 2005 do vice-presidente, em substituição do presidente, nos termos da primeira parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do IPVC, homologados pelo Despacho Normativo n.º 23/95, de 21 de Março:

Mestre Manuel Gomes Afonso — contratado, em regime de acumulação, 50%, como equiparado a professor-adjunto para a Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo, deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 2005 e até 28 de Julho de 2006. Vencimento ilíquido de € 932,57. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

Contrato n.º 31/2006. — Por despacho de 17 de Novembro de 2005 do vice-presidente, em substituição do presidente, nos termos da primeira parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do IPVC, homologados pelo Despacho Normativo n.º 23/95, de 21 de Março:

Licenciada Maria Madalena Pereira Domingues — contratada, em regime de tempo parcial, 20%, como equiparada a assistente do 2.º triénio para a Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005

e até 15 de Setembro de 2006. Vencimento ilíquido de € 272,21. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

Despacho n.º 1209/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Novembro do vice-presidente, em substituição do presidente, nos termos da 1.ª parte do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, homologados pelo Despacho Normativo n.º 23/95, de 21 de Março:

Licenciada Carla Luciana Fernandes Moraes — autorizada a rescisão do contrato, por mútuo acordo, como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2005.

30 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Rectificação n.º 57/2006. — Por a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 13 de Dezembro de 2005, a p. 17 337, se encontrar incorrecta, rectifica-se que onde se lê «Licenciada Ana Patrícia dos Santos Neves da Costa Ângelo — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, como equiparada a assistente, em regime de exclusividade, com início em 1 de Setembro de 2005 até 1 de Agosto de 2006.» deve ler-se «Licenciada Ana Patrícia dos Santos Neves da Costa Ângelo — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, como equiparada a assistente, em regime de exclusividade, com início em 1 de Setembro de 2005 e até 31 de Agosto de 2006.»

27 de Dezembro de 2005. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

CENTRO HOSPITALAR DO ALTO MINHO, S. A.

Deliberação n.º 87/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 30 de Dezembro de 2005:

Luísa Filipa Gonçalves Neiva Soares, Ana Cristina Azevedo Alves Brito Ferreira, José Paulo Coelho Orfão, Maria Fátima Cancela Figueiredo Martins, Ana Paula Guedes Rego Felgueiras, Paula Conceição Oliveira Leite Faria Paixão, Sónia Maria Pereira Oliveira, Maria Filomena Rocha Páris Vasconcelos Sousa, Maria Manuela Alves Vila Viana, Ana Paula Aguiar Gomes Araújo, Gracinda Gonçalves Ferreira, Olinda Manuela Martins Ferreira, Júlia Maria Silva Gaivotto, Maria Cristina Gonçalves Teixeira Barreiros, Maria Fátima Rodrigues Faria Sampaio, Olga Maria Torres Silva Rodrigues Rego, Licínio Nuno Mendes Castro, Noémia Dulce Aguiar Gomes Araújo Paço, Conceição Jesus Malheiro Viana, Carla Maria Fátima Lucas Silva Rocha, Filomena de Jesus Gomes Ferreira Fernandes, Paula Cristina Martins Lima, Maria Lurdes Moraes Carvalho Costa, Maria Teresa Fernandes Melo, Florbela Ribeiro Rocha, Maria Teresa Vieira Passos, Maria Conceição Barbosa Tenedório, Carla Alexandra Nobre Castro Moura, Maria Estrela Pereira Cunha Amorim, Carla Susana Pereira Soto Maior, Maria Conceição Gonçalves Pereira, Carlos Jorge Vieira Marques Oliveira, Maria João Rio Ferreira Lima, Maria Celeste Gandrão Alves, Lúcia de Fátima Pinto Felgueiras, Maria Lurdes Pereira Cerqueira, Maria Isabel Nogueira Costa Viana, Natércia Conceição Silva Araújo, Maria José Martins Pereira Brandão Dantas, Sandra Maria Lomba Verde Oliveira, Maria Conceição Amorim Barbosa, Maria Carla Costa Gonçalves, Maria Agonia Silva Cadilha Madalena, Elisabete Regina Rocha Outão Lima Moreira, Maria Isabel Barros Cunha Ribeiro, Francisco José Correia Torres Sampaio, Marco Paulo Mendes da Palma, Otilia Maria Cancelinha Massa, Beatriz Moreira da Cruz, Maria Fernanda Gomes Oliveira da Silva, Rosina Margarida da Fonseca Vieira, Maria José Almeida Correia, Carla Filomena Monteiro Matias Lopes Lages, Maria Teresa Lourenço Paço Viana e Paulo Alexandre Cunha Caldas dos Santos — nomeados na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, precedendo concurso, ficando

exonerados da anterior categoria na data de aceitação da presente nomeação.

4 de Janeiro de 2006. — O Director da Gestão de Recursos Humanos, *Amadeu Martins M. Antas*.

Deliberação n.º 88/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 30 de Dezembro de 2005:

Natércia Armanda Pinto de Vasconcelos Araújo — nomeada na categoria de técnica especialista de farmácia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, precedendo concurso, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação da presente nomeação.

5 de Janeiro de 2006. — O Director da Gestão de Recursos Humanos, *Amadeu Martins M. Antas*.

Deliberação n.º 89/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 30 de Dezembro de 2005:

Ana Paula de Castro Barbeita — nomeada na categoria de assessor da carreira de técnico superior de saúde, ramo farmacêutico, precedido de concurso, ficando exonerada da anterior categoria na data de aceitação da presente nomeação.

5 de Janeiro de 2006. — O Director da Gestão de Recursos Humanos, *Amadeu Martins M. Antas*.

Deliberação n.º 90/2006. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 30 de Dezembro de 2005:

Jorge Augusto Lisboa Carneiro Manso Gigante — nomeado na categoria de técnico especialista de terapia ocupacional da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, precedido de concurso, ficando exonerado da anterior categoria na data de aceitação da presente nomeação.

5 de Janeiro de 2006. — O Director da Gestão de Recursos Humanos, *Amadeu Martins M. Antas*.

CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO, S. A.

Aviso n.º 501/2006 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A., de 28 de Dezembro de 2005:

Nomeados, após concurso, técnicos profissionais especialistas da carreira de secretário-rececionista do quadro da Unidade de Abrantes, com efeitos à data do despacho, os funcionários abaixo mencionados:

Maria do Céu Ferreira de Sousa Bragança.
Elvira de Matos Roldão Batista.

(Não carece de fiscalização pelo Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, *João Maria Roxo Vaz Rico*.

Aviso n.º 502/2006 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, S. A., de 28 de Dezembro de 2005:

Nomeados, após concurso, técnicos profissionais principais da carreira de secretário-rececionista do quadro residual da Unidade de Abrantes, com efeitos à data do despacho, os funcionários abaixo mencionados:

Maria Amélia Neves Correia Gonçalves.
Cristina Maria da Costa Dias Silva Cardoso.

(Não carece de fiscalização pelo Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, *João Maria Roxo Vaz Rico*.

HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM, S. A.

Aviso n.º 503/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Setembro de 2005 do conselho de administração:

Paulo Carlos Raposo Dias Grilo, assistente eventual de cirurgia geral — rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento a partir de 1 de Outubro de 2005.

3 de Janeiro de 2006. — A Chefe da Repartição de Pessoal, *Helena Marques*.

Aviso n.º 504/2006 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração de 21 de Dezembro de 2005, foi homologada a acta da comissão de avaliação curricular que concede a progressão para a categoria de assistente graduado de radiodiagnóstico aos assistentes Dr. Joaquim António Monteiro Cardoso, com efeitos reportados a 25 de Agosto de 2005, e à Dr.ª Maria Isabel Botelho Cabral da Silva Sapeira, com efeitos reportados a 29 de Julho de 2005, datas em que perfazem oito anos de antiguidade na categoria.

3 de Janeiro de 2006. — A Chefe da Repartição de Pessoal, *Helena Marques*.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA, S. A.

Aviso n.º 505/2006 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se publica que a Dr.ª Mónica Alexandra Marques Melo, interna complementar de cirurgia geral, em regime de contrato administrativo de provimento, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, rescinde, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento com efeitos a 9 de Janeiro de 2005, inclusive.

23 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, a Administradora, *Cristina Carvalho*.

HOSPITAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER, S. A.

Aviso n.º 506/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 19 de Dezembro de 2005:

Carlos Manuel Lopes Guerreiro — nomeado definitivamente, precedendo concurso, electricista principal do quadro de pessoal deste Hospital, posicionado no escalão 1, índice 233, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerado das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 507/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 21 de Dezembro de 2005:

Maria Fernanda dos Santos Ribeiro Moreira — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica principal de fisioterapia da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no escalão 1, índice 155, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 508/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 6 de Dezembro de 2005:

João Paulo Mendes Belo, enfermeiro graduado — autorizada a redução de uma hora do seu horário semanal (de trinta e cinco horas para trinta e quatro horas semanais), ao abrigo do artigo 57.º da alínea 3 do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com efeitos a 1 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 509/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 21 de Dezembro de 2005:

Maria Elisa Celeste Jorge — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assessora (ramo de psicologia) da carreira técnica superior

de saúde do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no escalão 1, índice 160, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 510/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 19 de Dezembro de 2005:

Célia Maria Piedade Craveiro Telo — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional principal do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no escalão 1, índice 238, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 511/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 19 de Dezembro de 2005:

Maria Augusta Ratinho Carmo Pereira — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no escalão 1, índice 222, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 512/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 15 de Dezembro de 2005:

António Francisco Félix — nomeado definitivamente, precedendo concurso, assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Hospital, posicionado no escalão 1, índice 710, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerado das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

Aviso n.º 513/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 19 de Dezembro de 2005:

Rui Pedro Pires Pimenta Silva Carvalho — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Hospital, posicionado no escalão 1, índice 222, com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerado das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS, S. A.

Despacho n.º 1210/2006 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde de 30 de Novembro de 2005:

Maria Clara de Oliveira Simões, enfermeira especialista do quadro de pessoal deste Hospital — autorizada a licença sem vencimento por um ano a partir de 1 de Dezembro de 2005.

2 de Janeiro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Alberto Peixoto*.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2006 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
 4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
 5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas@incm.pt).

Preços para 2006

(Em euros)

PAPEL (IVA 5%)	
1.ª série	161,50
2.ª série	161,50
3.ª série	161,50
1.ª e 2.ª séries	302,50
1.ª e 3.ª séries	302,50
2.ª e 3.ª séries	302,50
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	427
Compilação dos Sumários	54,50
Acórdãos STA	105

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 21%) ¹	
E-mail 50	16,50
E-mail 250	49
E-mail 500	79,50
E-mail 1000	148
E-mail+50	27,50
E-mail+250	97
E-mail+500	153,50
E-mail+1000	275

ACÓRDÃOS STA (IVA 21%)	
100 acessos	53
250 acessos	106
Ilimitado individual ⁴	212

CD-ROM 1.ª série (IVA 21%)		
	Assinante papel ²	Não assinante papel
Assinatura CD mensal ...	195,50	243
INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 21%)		
1.ª série	127	
2.ª série	127	
3.ª série	127	
INTERNET (IVA 21%)		
Preços por série ³	Assinante papel ²	Não assinante papel
100 acessos	101,50	127
250 acessos	228	285,50
Ilimitado individual ⁴	423	529

¹ Ver condições em <http://www.incм.pt/servlets/buscas>.² Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.³ 3.ª série só concursos públicos.⁴ Para assinaturas colectivas (acessos simultâneos) contacte-nos através dos endereços do *Diário da República* electrónico abaixo indicados.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 4,80



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>
 Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Força Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29